

Vanderci Benjamin Ruschel

**Cooperação e Trabalho na Escola do MST:
a Cooperativa dos Estudantes da Escola Agrícola
de 1º Grau 25 de Maio**

Florianópolis
2001

Vanderci Benjamin Ruschel

Universidade Federal de Santa Catarina

Programa de Pós-Graduação em Educação

**Cooperação e Trabalho na Escola do MST:
a Cooperativa dos Estudantes da Escola Agrícola
de 1º Grau 25 de Maio**

Orientadora: Dr^a Célia Regina Vendramini

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Florianópolis
2001



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

***“COOPERAÇÃO E TRABALHO NA ESCOLA DO MST: A COOPERATIVA
DOS ESTUDANTES DA ESCOLA AGRÍCOLA DE 1º GRAU 25 DE MAIO”.***

**Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do Centro
de Ciências da Educação em cumprimento
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Educação.**

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 26/03/2001

Dra. Célia Regina Vendramini – Orientadora/UFSC

Dr. Ramón Peña Castro – Examinador/UFSCar

Dra. Edna Garcia Maciel Fiod – Examinadora/UFSC

Daniel Baron Cohen – Examinador

Dra. Maria das Dores Daros – Suplente/UFSC

**Dr. Lucídio Bianchetti
Coordenador PPGE/CED/UFSC**

Vanderci Benjamin Rushel

Florianópolis, Santa Catarina, março de 2001.

*Aos amigos e companheiros da Escola Agrícola de 1º grau 25 de
Maio e dos assentamentos de reforma agrária de Fraiburgo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores da UFSC que durante os dois anos do mestrado me ajudaram com conhecimento e amizade.

Agradeço de forma especial à minha orientadora Célia Regina Vendramini, pelo incentivo, dedicação e paciência.

A meu pai, operário/lavrador que um dia, em algum recanto da minha infância, com seus conhecimentos, possibilitou-me a percepção de um universo maior que a minha casa e despertou-me a vontade de conhecê-lo. À minha mãe pelo amor e aos meus irmão e irmãs pela amizade e pela compreensão das minhas ausências.

A todos os amigos que com a sua amizade fazem este mundo um pouco mais “vivível”.

Agradecimentos especiais aos meus amigos e amigas da Escola Agrícola e dos assentamentos de Fraiburgo, pelo companheirismo e pela partilha de um sonho.

À banca de qualificação, pelas sugestões dadas, Professora Edna Fiod e Maria Ignêz Paulilo.

Aos trabalhadores do PPGE pela sua ajuda.

Aos trabalhadores brasileiros que pagaram minha bolsa durante um ano. Espero que o investimento neste trabalho tenha sido válido.

À Neide, por existir comigo, viver e amar.

Dizemos aos abúlicos, querer é poder, como se as realidades bestiais do mundo não se divertissem a inverter todos os dias a posição relativa dos verbos.

José Saramago. A caverna

SUMÁRIO

Lista das siglas utilizadas.....	I
Lista de Figuras.....	II
Resumo.....	III
Abstract.....	IV
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1 – O Cooperativismo na Sociedade Capitalista.....	05
1.1 O trabalho social: desfazendo os limites da individualidade e realizando a capacidade da humanidade.....	05
1.2 A gênese do cooperativismo.....	12
1.3 Cooperativismo e transição social: possibilidades e limites.....	15
1.4 A proposta de cooperação agrícola do MST.....	19
CAPÍTULO 2 – A Constituição dos Assentamentos Sem Terra no Município de Fraiburgo. 26	26
2.1 O MST e a sua luta pela Reforma Agrária.....	26
2.2 As ocupações e os acampamentos que originaram os assentamentos de Fraiburgo.....	32
2.3 A constituição da cooperação agrícola nos assentamentos de Fraiburgo.....	39
2.4 Educação e Escola no MST.....	51
2.4.1 A proposta pedagógica do Movimento Sem Terra.....	52
2.4.2 A ocupação da escola nos assentamentos de Fraiburgo.....	55
CAPÍTULO 3 – Aprendendo a Cooperar: a Cooperativa dos Estudantes na Escola como Instrumento de Formação dos Pequenos Trabalhadores Sem Terra.....	61
3.1 A presença do MST na Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio.....	62
3.2 A Cooperativa dos Estudantes pela Reforma Agrária.....	70
3.2.1 Os objetivos da CEPRA.....	73
3.2.1 O cotidiano da CEPRA.....	77
3.3 A cooperação no trabalho: a centralidade do trabalho na CEPRA e na vida dos assentados de Fraiburgo.....	85
3.4 Avanços e limites da cooperação na Escola.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
BIBLIOGRAFIA.....	107
ANEXOS	

Lista das siglas utilizadas

- ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
- CCA - Cooperativa Central dos Assentados em Reforma Agrária
- CEPRA - Cooperativa dos Estudantes Pela Reforma Agrária
- CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- CPA - Cooperativa de Produção Coletiva
- CPS - Cooperativa de Prestação de Serviços
- CPSR - Cooperativa de Prestação de Serviços Regional
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- CRE – Conselho Regional de Educação
- CRED - Cooperativa de Crédito
- EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- FAO - Organização das nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
- FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- ONG – Organização Não Governamental
- SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados
- SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
- TRAB - Cooperativa de Trabalho
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Lista das figuras

Figura 01 - Mapa de localização do município de Fraiburgo –SC. P 30

Figura 02 - Vista geral da escola. P 56

Figura 03 - A comunidade utilizando o espaço da escola. P 69

Figura 04 - Aspecto do trabalho na escola. P 87

Figura 05 - Aspecto do trabalho na escola. P 89

Figura 06 - Aspecto do trabalho na escola. P 89

Figura 07 - Aspecto do trabalho na escola. P 96

Resumo

O presente estudo, “Cooperação e Trabalho na Escola do MST: a Cooperativa dos estudantes da Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio”, tem por objetivo analisar a experiência da cooperativa dos estudantes desta escola, visando compreender as relações entre a cooperação, o trabalho e a educação dentro do contexto social dos assentados do município de Fraiburgo – SC e no interior do projeto político e educacional do Movimento dos Sem Terra. Para a pesquisa foram utilizadas observações na escola e nos assentamentos, questionários e entrevistas com pais, alunos e professores da escola, análise de documentos produzidos pelo MST e estudos bibliográficos sobre cooperativismo, educação e trabalho e movimentos sociais. O MST tem o cooperativismo como um instrumento estratégico para a resistência dos trabalhadores na terra, servir de base organizativa aos assentados e proporcionar espaços de vivências coletivas para a formação de sujeitos para a luta social. A Cooperativa dos Estudantes para a Reforma Agrária (CEPRA) tem por finalidade proporcionar o ensino do trabalho coletivo e da cooperação aos alunos da escola. Percebe-se que a CEPRA tem permitido aos estudantes espaços de organização, de planejamento, de crítica, de auto-crítica e de convivência coletiva. No entanto, esta proposta enfrenta dificuldades porque é uma experiência isolada dentro dos assentamentos, que trabalham de forma individual e para o mercado. Percebe-se que a cooperação na escola, assim como nos assentamentos, encontra limites no interior das velhas relações capitalistas.

ABSTRACT

The present study, "Cooperation and Work in the Landless Workers Movement: the Student Cooperative of the May 25 Junior High Agriculture School", aims at analyzing the cooperative experience of the students of that school, trying to understand the relationship among cooperation, work, and education within the social context of the rural settlements in the county of Fraiburgo, Santa Catarina and within the political and educational project of the Landless Workers Movement (*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*: MST). For this research, observations in schools and in rural settlements; questionnaires and interviews with parents, students and teachers; analysis of documents produced by MST; and bibliographical studies about cooperative societies, education and work, and social movements were used. The MST uses cooperative societies as a strategic tool of the rural workers resistance, as an organizational basis for settlements, and as a way to provide a space for collective experience, which forges militants for the social struggle. The Student Cooperative for the Agrarian Reform (*Cooperativa dos Estudantes para a Reforma Agrária*: CEPRA) aims at providing the teaching of collective work and cooperation to the school students. CEPRA has supplied students with a space to experience organization, planning, criticism, self-criticism, and collective living. However, this proposal faces difficulties because it is an isolated experience within the rural settlements, which function individually and for the market. It seems that cooperation in the school, as well as in the settlements, finds limitations in the old capitalist relationships.

Key words: Education; Cooperation; Work; MST

Introdução

Esta dissertação tem como objetivo analisar a experiência da cooperativa dos estudantes da Escola Agrícola 25 de Maio, localizada no assentamento União da Vitória no Município de Fraiburgo – SC, e vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), visando compreender as relações entre a cooperação, o trabalho e a educação na cooperativa dos estudantes desta escola dentro do contexto social dos assentados.

Para o MST,

A grande tarefa de educadoras e educadores Sem Terra que querem ajudar a construir escolas do MST, é se assumirem como sujeitos de uma reflexão permanente sobre as práticas do MST, extraindo delas as lições de pedagogia que permitem fazer (e transformar) em cada escola, e do seu jeito, o movimento pedagógico que está no processo de formação da identidade dos sujeitos Sem Terra, como está também na formação dos sujeitos humanos, de modo geral.¹

O interesse em estudar a experiência da Cooperativa dos Estudantes (CEPRA) da Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio, surgiu durante o ano de 1998, quando estava trabalhando como professor nesta escola. A organização da escola em cooperativa, assim como a adoção do trabalho na terra como instrumentos educativos são sugestões da proposta pedagógica do MST. A organização do trabalho na terra em forma de cooperativa, segundo o entendimento dos assentados e dos professores, deveria proporcionar aos estudantes o aprendizado de técnicas agrícolas e do trabalho coletivo. Os avanços e também os limites desta forma de organização e seu sentido no projeto político do Movimento dos Sem Terra, motivaram os propósitos da dissertação que se apresenta. Portanto, este estudo é sobre uma experiência da qual participei e que em certa medida, também me sinto responsável por ela e espero que possa contribuir com esta reflexão sobre o processo educativo da Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio.

A escola, *locus* desta pesquisa, está inserida na dinâmica do MST. A luta social deste movimento é o sujeito pedagógico maior que forma as pessoas que dela participam e que envolve a escola tornando-a um espaço a mais na educação dos trabalhadores. O MST

¹ MST, Caderno de Educação n. 9. 1999:6

é hoje o mais importante movimento social rural do Brasil. É reconhecido mundialmente. Esta importância não é só pela quantidade de pessoas que fazem parte dele, mas também, por sua proposta de transformação social e, principalmente, pela originalidade na luta e na organização de sua base. O MST deseja imprimir aos Sem Terra, aos excluídos, uma vida com um pouco mais de dignidade e oferecer às demais organizações sociais a esperança de que melhorar este mundo ou mudá-lo ainda é possível. Neste sentido, a relevância social e política do Movimento do qual a Escola Agrícola é parte justifica o desenvolvimento deste trabalho.

Justifica, também, a realização desta pesquisa mais especificamente, aprofundar estudos a respeito da relação trabalho e educação a partir da análise desta experiência em construção onde são privilegiados o trabalho e a cooperação na organização escolar e, portanto, na formação dos jovens.

As questões norteadoras deste estudo são: Quais as relações que se estabelecem entre cooperação, trabalho e educação na escola e no assentamento? Qual é o caráter da cooperação e do trabalho na escola? Eles significam apenas a reprodução da cooperação e do trabalho do assentamento? A escola pensa e propõe outras formas de organização do trabalho e da cooperação? Qual o papel e o sentido da cooperativa dos estudantes no interior da escola, nos assentamentos e no próprio Movimento Sem Terra? O que os assentados pensam a respeito da proposta de trabalho coletivo na escola? Eles participam do processo educativo?

Essas questões, ainda que vinculadas à experiência da “Escola Agrícola 25 de Maio”, refletem e buscam analisar elementos que fundamentam a proposta pedagógica do MST e as possibilidades efetivas para a sua realização. As matrizes pedagógicas dos Sem Terra são extraídas da luta pela Reforma Agrária, do processo de humanização e de construção de suas identidades, ou seja, do próprio Movimento Social. Neste sentido, a centralidade da educação dos Sem Terras está na formação para a luta social, para o trabalho para a cooperação. As cooperativas agrícola são adotadas pelo MST como instrumentos estratégicos de organização social na produção da vida, melhorando seu acesso ao mercado capitalista. As cooperativas são estratégicas, também, porque fornecem recursos e proporcionam a liberação de militantes para a organização dos Sem Terra. Com elas, o Movimento pretende que as lutas econômicas e corporativas transformem-se em luta

política, educando os sujeitos que dela fazem parte. As cooperativas são sugeridas como uma forma organizacional das atividades escolares. Elas devem proporcionar espaços de vivência coletiva para a educação dos sujeitos e para a luta da transformação social.

Na realização desta pesquisa foram analisados documentos do MST produzidos por seus setores de educação e pelo setor do cooperativismo (Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA). Ao longo de sua história, o MST tem produzido muitos materiais sobre todos as áreas de sua organização. Esta análise baseou-se nos documentos mais recentes sobre a educação e o cooperativismo por que eles representam, de certo modo, uma síntese das produções anteriores. Fez-se uma revisão bibliográfica sobre os temas abordados na pesquisa: Cooperação, Cooperativismo, Trabalho e Educação, Movimentos Sociais. A pesquisa de campo, do tipo qualitativa, foi realizada nos seguintes locais: União da Vitória, Vitória da Conquista, Rio Mansinho, Contestado e Chico Mendes no município de Fraiburgo – SC. O primeiro momento ocorreu em julho de 2000, quando foram entrevistados 12 pais e 9 estudantes da Escola Agrícola. O Segundo momento, foi em outubro de 2000, no qual foi acompanhado, o encerramento e a avaliação de um semestre de atividades da CEPRA. A exposição das Brigadas foram gravadas e foram feitos registros escritos das observações desta atividade. O terceiro momento, foi em dezembro, quando foram entrevistados 11 pais de alunos e aplicados questionários a oito professores, de um total de nove e, também, um questionário a 52 alunos: sete da 8ª série, 10 da 7ª série, 20 da 6ª série e 15 alunos da 5ª série. Foram feitas, também, duas entrevistas com estudantes egressos. Foram feitas ainda, visitas à comunidade e a escola.

Em síntese, foram entrevistados 23 pais de alunos, nove alunos e dois ex-alunos com base num roteiro previamente estabelecido e com questões semi estruturadas (ver anexo). Os questionários foram aplicados à oito professores e a 52 alunos (ver em anexo).

Optou-se por coletar depoimentos de pais, alunos e professores, o que demandou um grande número de entrevistas e questionários aplicados e analisados, mas que possibilitou uma reflexão mais ampla da problemática proposta neste trabalho.

O primeiro capítulo do trabalho, trata dos pressupostos gerais da cooperação, engendrada pelo sistema capitalista que revolucionou e desenvolveu forças produtivas sociais. Esta forma superior de produzir, própria da sociedade capitalista se impôs e tornou obsoletas as formas artesanais de produção. É abordada também, a origem do movimento

cooperativista seu desenvolvimento, seus limites e possibilidades como experiências necessárias para a transformação social. Por fim, é analisada a proposta cooperativa do MST, adotada nos assentamentos.

O segundo capítulo trata da constituição dos assentamentos de Fraiburgo tendo como suporte de análise a formação dos Sem Terra e do MST como um todo, que vai se “territorializando” no país inteiro. São focalizadas as ocupações e acampamentos, despejos e reocupações, até a posse da terra, a organização dos assentamentos, a formação e desenvolvimento da cooperação agrícola e, finalmente, a luta pela escola e pela implantação da proposta pedagógica fundada no trabalho, na terra e na cooperativa escolar.

No terceiro e último capítulo, é feita uma análise sobre a implantação da proposta pedagógica do MST para o ensino fundamental na Escola agrícola de 1º Grau 25 de Maio, localizada nos assentamentos de reforma agrária do MST em Fraiburgo. Nesta escola, os estudantes desenvolvem as atividades práticas por meio da Cooperativa dos Estudantes Pela Reforma Agrária – CEPRA. Nela, o trabalho na terra é desenvolvido de forma coletiva com o objetivo de propiciar o aprendizado da cooperação. A análise aborda questões como o caráter da cooperação e do trabalho na escola e sua relações com a realidade social vivida pelos assentados.

Capítulo 1

O Cooperativismo na Sociedade Capitalista

Este capítulo aborda a constituição do trabalho social na produção da riqueza e da apropriação privada desta no bojo da forma capitalista de produzir. O modo de produção capitalista engendra um trabalhador coletivo próprio ao reunir, sob o mesmo chão da fábrica, muitos trabalhadores destituídos dos seus meios de produção, compelindo-os ao trabalho dividido, parcial. A introdução da maquinaria no processo de produção vai determinando a interdependência entre os trabalhadores, derrubando os resquícios do trabalho artesanal.

O trabalho coletivo é superior ao individual em todos os aspectos. Com ele a humanidade pode criar as condições da existência de uma sociedade de homens livres e de abundância material para todos. O que impede que isto se realize é a forma privada de apropriação do que se produz coletivamente.

A imensa quantidade de trabalhadores excluídos e/ou mantidos em reserva é uma das condições que possibilita ao capitalista pagar salários cada vez mais baixos, gerando fome e miséria para a classe trabalhadora. Em decorrência disto, os trabalhadores começam a se organizar e a reivindicar melhores condições de vida. Um dos aspectos do movimento operário, é o cooperativismo que surge como uma forma de defesa à exploração capitalista. O cooperativismo concebido pelos socialistas utópicos tinha por finalidade promover a transformação através de uma organização social diferente daquela existente. O cooperativismo com suas sociedades, pequenos grupos isolados de trabalho coletivo e autônomo foi possível devido ao desenvolvimento das forças produtivas criadas pelo capitalismo, ou seja, a cooperação nestas associações de trabalhadores encontra suas bases materiais na organização capitalista do trabalho.

Com o passar do tempo, este movimento e suas associações foram absorvidos pelo capitalismo. No entanto, o cooperativismo ainda é utilizado pelos trabalhadores como forma de resistência e de organização. O MST, ao organizar os trabalhadores assentados em cooperativas pretende que estas possibilitem uma alternativa econômica e social que supõe a educação dos assentados. Entretanto, sem negar suas possibilidades, elas têm seus limites no interior desta sociedade.

1.1 O trabalho social: desfazendo os limites da individualidade e realizando a capacidade da humanidade

Segundo Marx, a produção capitalista só começa quando um capital particular ocupa, de uma só vez, um número considerável de trabalhadores, fornecendo maior quantidade de produtos pela ampliação da escala do processo de trabalho. Um grande número de trabalhadores atuando simultaneamente no mesmo local, sob o comando de um capitalista, para produzir uma mercadoria constitui historicamente e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista, segundo Marx, (1989).

A transformação que torna cooperativo o processo de trabalho é a primeira que esse processo experimenta realmente ao subordinar-se ao capital. Essa transformação se opera naturalmente. Seu pressuposto, emprego simultâneo de numerosos assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista. Esse ponto de partida marca a existência do próprio capital (Marx, 1989: 384).

Os artesãos, suas ferramentas de trabalho, seus fusos, seus teares e a matéria prima antes espalhados pelos campos, foram reunidos em algumas grandes casas de trabalho. Estes meios que antes garantiam a existência independente do artesão, agora, nas mãos dos capitalistas, tornam-se meios de sua exploração. Inicialmente, o trabalho na manufatura quase não se diferenciava da antiga produção artesanal das corporações de ofícios, a não ser pelo maior número de trabalhadores ocupados pelo mesmo capital. O trabalho na manufatura era apenas uma ampliação da oficina do mestre artesão, havendo uma diferença puramente quantitativa. Porém, “mesmo não se alterando o método de trabalho, o emprego simultâneo de grande número de trabalhadores opera uma revolução nas condições materiais de processo de trabalho” (Idem, 373). A jornada coletiva de trabalho tem maior produtividade do que o trabalho individual porque ela eleva a potência mecânica do trabalho; amplia a escala da produção; utiliza prédios, máquinas e ferramentas em comum, diminui a porção do valor constante da mercadoria e, conseqüentemente, o valor global desta. O trabalho coletivo também desperta “emulação” entre os indivíduos. Imprime às tarefas de muitos a continuidade e a uniformidade. Possibilita realizar diversas operações ao mesmo tempo. Desta forma, imprime ao trabalho de cada indivíduo o caráter de “trabalho social médio” (Marx, 1989).

Em todos os casos, a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social. Ela tem sua origem na própria cooperação. Ao cooperar com os outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie (Marx, 1989: 378).

Para Marx, a cooperação é a forma fundamental de organização do trabalho no modo de produção capitalista. A “cooperação simples” coincide com a produção em larga escala no início da manufatura e da produção agrícola em grande escala.

Com o posterior desenvolvimento da manufatura¹, a cooperação simples cede lugar à cooperação fundada na divisão do trabalho. Porém, ainda neste período, as diferentes fases da produção e da divisão do trabalho coincidem com a decomposição das atividades do artesão, a operação continua manual e artesanal dependendo da força e da habilidade do trabalhador individual em manejar seus instrumentos. O ofício continua sendo a base da manufatura.

No entanto, com a divisão manufatureira do trabalho, consegue-se um incremento considerável de produtividade. O trabalhador, ao executar uma mesma função durante muito tempo, adquire agilidade pela repetição e pela adaptação do seu corpo a esta função. Por isto, leva menos tempo para realizá-la que o artesão que executa toda uma série de diferentes operações na produção de uma mercadoria.

Durante a manufatura, é estabelecido o princípio de diminuir o tempo necessário para produção de uma mercadoria. Cria-se também uma hierarquia nas forças de trabalho, à qual corresponde uma escala de salários. A desvalorização da força de trabalho decorrente da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem de um ofício, ou seja, tornar as tarefas menos complicadas, propicia para o capital, aumento da taxa de mais valia. A crescente simplificação do trabalho decorrente da decomposição das atividades permitiu ao capital contratar mulheres e crianças para o trabalho nas manufaturas. Com essa possibilidade, o capital começa a quebrar a resistência dos trabalhadores hábeis e os obriga a aceitar as novas condições de trabalho.

Esse processo, permite ao capital uma apropriação das forças intelectuais da produção desenvolvidas anteriormente pelos trabalhadores independentes. O conhecimento é dissociado do trabalhador individual e incorporado no processo produtivo da oficina em

¹ O período manufatureiro propriamente dito vai, a grosso modo, de meados do século XVI ao último terço do século XVIII (Marx, 1989:386).

seu conjunto e sob a direção do capitalista. “A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina” (Marx, 1989:413-14). A dissociação entre trabalho e conhecimento que começa na manufatura e se completa na indústria moderna, faz da ciência “uma força produtiva independente do trabalho, recrutando-a para servir ao capital” (idem).

Apesar da decomposição do trabalho, ainda era necessário um longo período de aprendizagem para o trabalho especializado. A habilidade manual constituía o fundamento da manufatura e a organização coletiva do trabalho não necessitava de nenhuma estrutura material independente dos trabalhadores. Esta característica permitiu, durante todo o período manufatureiro, oposição e resistência dos trabalhadores às condições de trabalho existentes.

No entanto, a divisão do trabalho baseada nas habilidades dos trabalhadores cai por terra com a introdução da maquinaria no processo de trabalho. Agora, acontece ao contrário: ao invés do processo de trabalho adaptar-se às habilidades do trabalhador, o trabalhador deve se adaptar à máquina virando um apêndice da mesma. O capital emprega a máquina não para facilitar e diminuir o trabalho (que é a sua potencialidade), mas para baratear as mercadorias, abreviar a parte do tempo de trabalho necessário para a subsistência do trabalhador e ampliar a outra parte, que ele entrega de graça ao capitalista. A máquina é o ponto de partida para a indústria moderna do mesmo modo que o ofício o foi para a manufatura.² A máquina ferramenta pode, ao contrário do ser humano, operar diversos instrumentos de trabalho ao mesmo tempo, superando a barreira orgânica que o trabalhador manual não podia ultrapassar.

Na cooperação simples e mesmo na cooperação fundada na divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individualizado pelo trabalhador coletivizado parece ainda ser algo mais ou menos contingente. A maquinaria [...] só funciona por meio do trabalho diretamente coletivizado ou comum. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho (Marx, 1989:440).

² Para Marx (1989), não foi a máquina a vapor inventada no fim do século XVII que provocou a revolução industrial, mas sim a máquina ferramenta que tornou necessária a evolução desta. Antes da máquina a vapor, a força motriz para as máquinas era obtida da força da água, devendo as indústrias estar onde houvesse uma queda d'água, ou seja, espalhadas pelo interior. A máquina a vapor permitiu a concentração das indústrias nas grandes cidades, perto dos portos de escoamento, dos consumidores e dos trabalhadores.

Segundo Marx, a produção mecanizada teve muitas conseqüências sobre o trabalhador e o processo de trabalho. A máquina torna supérflua a força muscular, permitindo usar com maior intensidade o trabalho das mulheres e das crianças. A máquina, ao mesmo tempo que substitui trabalho e trabalhadores, aumenta o número de assalariados, pois permite que todos os membros da família, sem distinção de sexo e idade, sejam explorados pelo capital. Como conseqüência, os salários dos adultos foram ainda mais desvalorizados, já que uma jornada de trabalho de um adulto podia ser substituída por quatro meninos. Marx afirma que houve uma degradação moral das mulheres e das crianças em decorrência da exploração capitalista.³

Assim, a cooperação no trabalho, ou seja, o trabalho coletivo ou o trabalho social é o fundamento do modo de produção capitalista. Embora a cooperação simples já tivesse sido utilizada pela humanidade ao longo da história, é no capitalismo, na utilização da máquina no processo produtivo que se inaugura, de fato, o trabalho social, o que representa um avanço para a humanidade, porque possibilita a superação dos limites do trabalho artesanal individual na produção da riqueza material. Porém, esta sociedade possível pelo desenvolvimento das forças produtivas ainda não foi concretizada, pois todo o processo de produção continua sendo efetivado pela lógica de valorização do capital.

A produção social ou coletiva é superior à individual ou artesanal. No entanto, a apropriação privada dos frutos do trabalho não permite que ela beneficie a classe que trabalha.

O capitalismo e suas relações sociais são muito dinâmicos e estão em constante movimento e já que passaram por grandes transformações desde o seu início até hoje. No entanto, estas transformações são de ordem tecnológica e visam aumentar a taxa de mais-valia. As transformações sociais que interromperam a apropriação privada do trabalho coletivo limitaram-se a algumas nações e pressionaram o capital a algumas concessões.

A concentração e a centralização do capital, principalmente via sistema financeiro, estão acontecendo em níveis e velocidade jamais vistos. Sentindo-se menos pressionado com a ameaça socialista, o capital está mostrando sua face mais cruel, os benefícios cedidos aos trabalhadores, principalmente aos dos países industrializados (capitalismo central), estão sendo paulatinamente retirados, os trabalhadores dos países em

³ Houve uma “obliteração intelectual dos adolescentes, artificialmente produzida com a transformação deles em simples máquinas de fabricar mais-valia” (Marx, 1989:450). Esta obliteração forçou o parlamento inglês a aprovar uma lei segundo a qual menores de 14 anos para poderem ser empregados deveriam estudar. Foram criadas escolas nas fábricas, muito precárias, muitas vezes os próprios professores eram analfabetos.

desenvolvimento (capitalismo periférico) estão sendo excluídos da sociedade com a intensificação do uso de tecnologias pelo capital, sendo sua força de trabalho rejeitada. O capital é hegemônico no mundo todo, impõe-se e subordina todas as formas de produção, seja na cidade ou no campo. Às vezes destrói as relações de produção existentes, outras vezes conserva ou apenas molda tais formas à sua lógica

As formas de trabalho como o trabalho individual camponês e todas as formas de produção em que os trabalhadores não são diretamente explorados pelo capital, encontram dificuldades para sobreviverem. A exploração do trabalho social médio e a aplicação da ciência no processo produtivo permitem produzir uma mercadoria com menos trabalho, portanto mais barata. O preço da mercadoria cai, o que dificulta a existência daqueles produtores na concorrência do mercado capitalista.

No Brasil, em decorrência do desenvolvimento capitalista na produção agropecuária, verifica-se uma crescente degradação das condições de vida dos pequenos agricultores e da impossibilidade destes se manterem competitivos face aqueles que utilizam tecnologias avançadas e se apropriam da mais-valia. Para garantirem sua reprodução, os agricultores precisam aumentar as horas de trabalho excedente, “trabalhar do clarear do dia até o escurecer da noite”, como dizem os assentados, aumentando sua auto-exploração.

Segundo Martins (1981), o movimento do capital no Brasil não opera necessariamente no sentido da apropriação da terra para explorá-la, só faz isto em setores de alta rentabilidade⁴.

O que vemos claramente, tanto no caso da grande propriedade quanto no caso da pequena, é que fundamentalmente o capital tende a se apropriar da renda da terra. [...] Onde a renda da terra é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado [...] o capital não se torna proprietário da terra, mas cria condições para extrair o excedente econômico (Martins, 1981: 175-6).

O excedente econômico é extraído quando o camponês relaciona-se com o mercado capitalista: por um lado, pelo alto custo dos insumos que compra para usar na

crianças eram amontoadas em salas pequenas, insalubres e mal iluminadas, chamadas de sala de aula. Inaugura-se, então, a escola pública e obrigatória nas sociedades ocidentais.

⁴ Uma estratégia de investimento muito corrente no Brasil é a compra (ou grilagem) de terras (públicas ou privadas) para formar reserva fundiária à serem revendidas no futuro com preços mais altos. Uma evidência disto é a enorme quantidade de latifúndios improdutivos no País. Existem vários “grupos econômicos” que concentram terras. A exemplo do “Grupo financeiro APLUB que possui 2.279.073 ha de terras dos quais utiliza apenas 900 ha e do Grupo Bradesco que possui 839.224 ha, sendo usadas apenas 335.224 ha (Ruschel, 1997).

produção agrícola e, por outro lado, pelos baixos preços pagos quando for vender sua produção. Mesmo que ele tenha a propriedade da terra e dos instrumentos de produção, não pode ser visto como capitalista, pois não explora o trabalho alheio. Ele é apenas um explorador de si mesmo, do seu próprio trabalho.

As coisas não têm preço, como este ano o feijão foi muito ruim, a gente trabalha mas não ganha muito. Quem ganha mesmo é quem empacota o feijão e vende para o mercado. Vale a pena trabalhar, se for coisa para vender não, mas para se alimentar sim. Mas como que a gente vai viver? Temos que comprar açúcar, café e outras coisas, se não for plantar para vender, não tem como comprar. [...] não adianta a gente trabalhar e trabalhar e não ver um resultado, a gente tem que trabalhar mas ver o lucro (Assentada no Contestado).

Apesar dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares, segundo a pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), encomendada pelo governo Collor e publicada em 1992, verificou-se que a renda média das famílias assentadas era de 3,7 salários mínimos contra 0,7 antes de serem assentadas. O patrimônio do assentado, tirando o valor da terra, aumentou em 206% (Stédile, 1997). Segundo o autor, quando se trata do desenvolvimento da produção dos assentamentos deve-se sempre comparar os dados destes com a situação dos mesmos antes de conquistarem a terra e não compará-los com a produção das empresas rurais altamente mecanizadas que exploram trabalhadores assalariados.

Neste sentido, levando em consideração as dificuldades e as possibilidades acima apontadas, o MST propõe que os camponeses reunam-se em cooperativas e racionalizem a força de trabalho para melhorarem seu acesso ao mercado capitalista. Esta estratégia pode prolongar um pouco sua sobrevivência. No entanto, o problema está justamente na relação com este mercado.

Por outro lado, o Movimento pretende que a organização cooperativista dos assentados sirva de retaguarda econômica e de instrumento que proporcione a vivência de novas experiências coletivas de trabalho e, também, uma forma concreta de organizar os trabalhadores para a luta política via organização da produção.

Com o intuito de compreender o atual estágio do cooperativismo, é preciso entender as raízes deste movimento, ou seja, o contexto em que ele surge, seus objetivos, seus limites e suas possibilidades.

1.2 A Gênese do Cooperativismo

O movimento operário inglês no início do século XIX já havia adquirido experiência através de muitas lutas travadas pelas associações de artesãos, pelos sindicatos, pelo movimento Cartista, pelos Ludistas, pelo Jacobinismo e por outras lutas.

À medida em que a indústria se desenvolve, a situação dos trabalhadores piora e em geral é desesperadora. O desemprego, os baixos salários e, em decorrência, a miséria e a fome atingiam mais diretamente algum como os tecelões, mas ameaçava a todos os trabalhadores.

Robert Owen, rico dono de fábrica e filantropo, condoído com a situação dos trabalhadores, propõe uma “nova sociedade” baseada na cooperação entre os seres humanos, um novo milênio de prosperidade e felicidade para todas as classes, ricos e pobres, opressores e oprimidos, pois para ele todos eram fruto das mesmas circunstâncias.

Owen era um homem fascinado pelos avanços econômicos da nova sociedade industrial e pela possibilidade da prosperidade para todos. Neste sentido queria adestrar os trabalhadores para se tornarem operários diligentes. O problema da miséria para ele, era um problema de educação. Para Thompson, (1987), Owen pretendia “remoralizar as classes inferiores” através da educação e formar a “nova sociedade cooperativa”.

Mas a idéia do avanço operário em direção aos seus próprios objetivos, por sua própria atividade pessoal, era estranha a Owen, muito embora tenha sido arrastado, entre 1829 e 1834, exatamente para esse tipo de movimento (Thompson, 1987: 382, v.3).

Segundo Thompson, (1987), as idéias iniciais de Owen fundadas na moralização dos trabalhadores, na busca da felicidade e da prosperidade destes; no fim da luta de classes e do ódio aos patrões (na visão de Owen eles eram vítimas do mesmo sistema que afligia os trabalhadores) e na prática da constituição de “aldeia de Cooperação” em suas propriedades, representava uma barreira quase intransponível, entre Owen e o movimento radical popular e sindical. O movimento dos trabalhadores acusava-o de pretender cobrir o país com asilos de trabalho e de querer constituir uma comunidade de escravos e tornar, deste modo, uma parcela do povo dependente dos capitalistas.

No entanto, os trabalhadores aos poucos aderiam às idéias de Owen. Segundo Thompson, em 1832, existiam em todo o país em torno de 500 sociedades cooperativas, com no mínimo 20.000 membros.

Se observarmos com maior atenção, descobriremos que não foi um frenesi psíquico ou ‘paranóia coletiva’ que permitiu a rápida expansão do owenismo [...] foi a própria imprecisão de suas teorias que ofereceu, porém, uma imagem de um sistema alternativo de sociedade e fê-las adaptáveis a diferentes grupos entre os trabalhadores (Thompson, 1987: 391, v. 3).

Owen ensinou, por exemplo, que produzir pelo lucro estava errado e era desnecessário, idéia que vinha ao encontro da tradição e modo de vida do artífice que produzia suas mercadorias e que cobrava um “preço justo” que era determinado pela tradição e pelo costume. Ele também compartilhava a idéia de que o capitalista era um parasita e que o trabalho manual era fonte de toda riqueza. Como a situação dos trabalhadores das malharias e a dos tecelões era mais desesperadora devido à redução de empregos e salários, foram eles que mais aderiram às “sociedades cooperativas” e que propuseram um plano nacional de cooperação. Os tecelões esperavam terem força com a cooperação para concorrerem com o tear a vapor.

Aos poucos, as idéias de Owen foram sendo reinterpretadas e aceitas pelas diferentes categorias de trabalhadores. Segundo Thompson, o que diferencia este movimento dos outros movimentos milenaristas da época, era o fato de que para Owen, a futura sociedade não estava por acontecer espontaneamente mas “estava por ser feito por seus próprios esforços” (Thompson, 1987:407).

E é aqui que podemos reunir todas as linhas do owenismo: os artesãos, com seus sonhos de curto-circuitar a economia de mercado; os trabalhadores qualificados, com seu impulso para o sindicalismo geral; a fidalguia filantrópica, com seu desejo de uma sociedade racional e planejada; os pobres, com seu sonho de terras ou de Sião; os tecelões, com suas esperanças de autonomia própria e todos aqueles com suas imagens de uma comunidade fraterna justa onde a ajuda mútua substituiria a agressão e a concorrência (Thompson, 1987:407).

As idéias de uma sociedade cooperativa e, posteriormente, o cooperativismo como hoje é conhecido surgiu da mescla entre a doutrina de Owen e o movimento operário inglês. Os operários aos poucos foram adaptando as cooperativas de Owen aos seus próprios interesses.

O que era utópico na doutrina de Owen era a sua fé na propaganda, na educação e na multiplicação da razão através de palestras e folhetos. Utópica, sobretudo era sua interpretação do poder político na sociedade e o desvio da questão da propriedade privada capitalista na resolução dos problemas dos trabalhadores.

O socialismo cooperativo pretendia simplesmente remover o capitalismo, de forma indolor e sem nenhum embate, pelo exemplo, pela educação e pelo seu crescimento dentro do próprio capitalismo, a partir das suas aldeias, oficinas e lojas (Thompson, 1987: 409).

O aspecto ingênuo da doutrina de Owen, como a negação da luta de classes e a construção da nova sociedade pela educação são criticadas por Marx e Engels na terceira tese sobre Feuerbach .

A doutrina materialista sobre a alteração das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são alteradas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. Ela deve, por isso, separar a sociedade em duas partes – uma das quais é colocada acima da sociedade. A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como praxis revolucionária (Marx e Engels, 1996: 12).

O movimento cooperativista surge na Europa em meados do século passado, influenciado pelas idéias de Owen e também pelas de outros pensadores “utópicos” como Saint Simon e Fourier . Tais idéias diferem quanto às interpretações da sociedade e em suas teorias sobre uma nova sociedade. Contudo, tem em comum a necessidade de superação pacífica do capitalismo e, portanto de suas mazelas. Segundo Petitfils, o que caracteriza o pensamento utópico é a “ inversão do mundo pela utopia. Convencidos de serem os donos da verdade, eles acreditam que podem modificar a vida pela força persuasiva de suas idéias, ante as quais o universo inteiro, pasmo e reconhecido, é convidado a inclinar-se” Petitfils, (1977:12). Neste sentido, para o autor, os utópicos recusam o caminho das concessões e negociações dos reformistas e também recusam o caminho revolucionário através da luta de classes.

Os utópicos, na urgência de criar alternativas imediatas em relação à extrema penúria da classe trabalhadora submetida à exploração capitalista, produziam associações em que os interesses coletivos se sobressaíam aos individuais. Porém, essas alternativas careciam de uma visão da sociedade que permitissem a percepção de que as mazelas

sociais eram inerentes à sociedade capitalista e que só seriam resolvidas com a própria superação desta sociedade pela crítica e pela luta política.

A primeira experiência registrada sobre a constituição de uma cooperativa naqueles moldes conhecidos foi implantada pelos chamados “pioneiros de Rochdale” na Inglaterra. Nesta cidade, em 1844, cerca de trinta tecelões formaram uma associação cooperativa com o objetivo de melhorar sua situação econômica (Pinho, 1960). Esta associação baseou-se nos seguintes princípios: democracia (cada indivíduo com direito a um voto), adesão voluntária, autonomia em relação ao governo ou estado, equidade na participação das atividades e na repartição dos benefícios, mutualidade (atuar em conjunto visando o bem comum) e evolução ou expansão (Bogardus, 1964).

Segundo Rios (1989), o cooperativismo como forma de superação do capitalismo proposto pelos socialistas utópicos, não se mostrou possível mas difundiu-se pelo mundo e foi assimilado inclusive, por agências capitalistas.

Diversos organismos internacionais como a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) difundem o cooperativismo como movimento social capaz de levar à transformação desta sociedade baseada na competição e no lucro, em uma sociedade baseada na cooperação e na ajuda mútua (Schneider, 1981).

Apesar dos limites sociais do cooperativismo, ele deve também ser entendido como uma forma histórica (e portanto contraditória, como a própria sociedade que o criou) de resistência da classe trabalhadora. Deve-se entendê-lo como um dos aspectos do associativismo operário.

1.3 Cooperativismo e transição social: possibilidades e limites

A crença na superação do sistema capitalista pelo cooperativismo, conforme proposto pelos socialistas utópicos através da propaganda, das idéias e da propagação de sociedades cooperativas, não é aceita pelos pensadores materialistas dialéticos. Para estes, de uma forma geral o cooperativismo na sociedade capitalista tem um forte valor defensivo para a classe trabalhadora e, em certos casos, pode até ter um peso formativo e capacidade de difusão cultural. Por outro lado, consideram a cooperação agrícola um instrumento

importante na construção do socialismo, nos momentos de transição, como no caso da Rússia e da China.

Marx, ao observar a experiência da “Comuna de Paris”⁵, afirma que o cooperativismo numa conjuntura revolucionária como aquela pode servir de instrumento e meio de mudança social. Para ele a cooperativização era a própria estrutura do sistema comunista (Marx, Engels, 1988).

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista, que será isso, cavalheiros, senão comunismo realizável? (Marx, Engels, 1988: 84).

Entretanto, Marx não deixa de identificar os limites de atuação mais amplos do cooperativismo no mercado capitalista. Em termos de controle da gestão da sociedade, as condições naquele momento, estavam dadas, no entanto restringiam-se somente a Paris. Para o autor, a cooperativa como instrumento estratégico de luta fica ainda mais evidente na análise que fez sobre o papel do crédito na produção capitalista do qual dependem as cooperativas dos trabalhadores.

No interior do regime capitalista, (as cooperativas de trabalhadores) são as primeiras rupturas da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduza e tenha que conduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas dentro delas suprimiu-se a oposição entre o capital e o trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores, como associação, os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho (Marx, 1989: 509).

Marx analisa o cooperativismo como um instrumento de organização e de resistência dos trabalhadores e não como um fim em si, dentro do capitalismo. Assim, critica o cooperativismo proposto pelo programa do Partido Operário Alemão que reivindicava que o Estado alemão motivasse os trabalhadores ao cooperativismo porque tal proposta não era fruto da autodeterminação dos trabalhadores. Ao criticar o

⁵ Na Comuna de Paris, os operários das fábricas fechadas pelos patrões organizaram-se em cooperativas e reiniciaram a produção, também projetaram a organização de todas as associações numa grande federação. (Marx, Engels, 1988)

cooperativismo daquele partido, ele pretende alertar os trabalhadores para não se iludirem sobre o movimento cooperativista. A seu ver, trocar o movimento de classes pelo cooperativismo, seria retroceder ao movimento de seitas (Marx, 1988).

O fato de que os operários desejem estabelecer as condições de produção coletiva em toda a sociedade e antes de tudo em sua própria casa, numa escala nacional, só quer dizer que o bram por subverter as atuais condições de produção, e isso nada tem a ver com a fundação de sociedades cooperativas com a ajuda do estado. E, no que se refere às sociedades cooperativas atuais, estas só têm valor na medida em que são criações independentes dos próprios operários, não protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses (Marx, 1988:220).

Marx e Engels ressaltam e valorizam alguns aspectos importantes dos cooperadores pioneiros, mas criticam e se contrapõem às suas expectativas utópicas. As conquistas, segundo os autores, representam fatos isolados sem oferecer riscos ao capitalismo. A utopia está em dar muita ênfase às conquistas limitadas sem considerar as relações de produção que se estabelecem entre as classes sociais. As cooperativas têm papel importante, porém limitado, na modificação das estruturas sociais. Para eles, elas devem ser tomadas sempre como instrumento e não como um fim.

Para Luxemburgo e Kautsky, o cooperativismo caminha no sentido de afirmar o capitalismo e não para o socialismo. Para ambos, o fato das cooperativas terem trabalhadores assalariados, as iguala às organizações capitalistas. Luxemburgo acrescenta que as cooperativas nos países capitalistas incorporam propostas socialistas. Contudo elas mantêm a lógica de mercado. Também para Fleury, (1983), a cooperativa constitui-se apenas numa pequena produção socializada num contexto de troca capitalista, que domina e determina a produção da mesma em virtude da concorrência, acarretando na exploração da força de trabalho dos trabalhadores cooperativados.

Uma reforma socialista através do cooperativismo para Luxemburgo, (1986) não é possível porque esta abandona a luta da classe trabalhadora contra o capital e atém-se a ataques ao capital comercial e a ramos secundários da economia capitalista.

Para Kautsky, na agricultura, a associação de camponeses em cooperativas de comércio ou crédito poderá ser “um meio, para o camponês, no regime capitalista, de aproveitar as vantagens da grande exploração, a fim de consolidar e fortificar a sua propriedade” (Kautsky, apud Concrab, 2000:45). Para ele, dificilmente o camponês nesta sociedade passará à produção cooperativa devido ao seu apego à propriedade. A aceitação

da produção cooperativa pelos camponeses só será realmente possível depois que o proletariado tiver socializado a produção como um todo e tiver demonstrado suas virtudes, levando os camponeses a abrir mão da propriedade da terra.

Lênin (1988) foi um grande incentivador das cooperativas como instrumento de transição para o socialismo durante a Revolução Russa. A organização econômica do campesinato em cooperativas, segundo ele, deveria ser incentivada pelo Estado porque representava a forma mais fácil e acessível de organizar os camponeses para a revolução cultural, necessária para produção de riqueza sem a qual o socialismo não é possível.

Os autores afirmam que as cooperativas no sistema capitalista, apesar dos seus limites estruturais, possibilitam a resistência econômica dos trabalhadores e o aprendizado de práticas coletivas, desde que organizadas pelos próprios trabalhadores. Para eles, embora as relações democráticas se afirmem no interior das cooperativas inseridas no capitalismo, elas são muito frágeis como instrumentos de transição social, exatamente porque são obrigadas a se inserirem no mercado capitalista que transforma o trabalhador em explorador de si mesmo. De forma geral, as cooperativas, ao darem sobre-vida ao trabalho individual, aos artesãos ou aos camponeses, elas podem fazer com que o trabalhador se iluda e abandone a luta por uma nova sociedade.

A história se encarregou de demonstrar a utopia da proposta de socialização contida na doutrina cooperativista de Robert Owen e outros ideólogos do movimento. A dialética da interação entre o movimento cooperativista e as forças propulsoras do capitalismo não só frustraram a proposta de transformação da sociedade, como possibilitaram a incorporação do cooperativismo na própria dinâmica da expansão do capital, enquanto elementos de complementação à economia de mercado (Schneider, 1981:11).

Segundo Rios (1989), existem hoje, as cooperativas que auxiliam na exploração capitalista e as que visam melhorar as condições de vida e de trabalho dos explorados dentro do sistema capitalista. Em muitos casos, segundo o autor, o cooperativismo é uma “doutrina” eficaz de apaziguamento de conflitos, de fazer acreditar que com essa forma de organização é possível resolver a desigualdade social.

No Brasil, o cooperativismo surge como um movimento contraditório. De um lado, a partir de iniciativas promovidas pelas elites do meio rural, como meio de auferir maiores lucros às atividades de produção e comercialização dos produtos agrícolas de

exportação. Por outro, o cooperativismo é praticado pelos pequenos produtores para comercializar seus produtos e permanecerem na terra (Rios, 1989).

Atualmente, na maioria dos países da América Latina e no Brasil, o cooperativismo foi implantado pelo governo, através de uma legislação e com uma promessa de resolução dos problemas sociais, ou seja, como um antídoto à insatisfação popular, tornando o cooperativismo uma forma de controle social. O modelo original europeu foi modificado de forma que ele se adequasse aos interesses do capital. No entanto, o cooperativismo está longe de ser um movimento homogêneo. Ele é plural. Cada classe possui sua forma de cooperativa. Ela pode fortalecer o sistema capitalista à medida que perpetua a divisão classista da sociedade e a exploração do trabalhador através da apropriação do excedente por ele produzido. Ao mesmo tempo, pode apresentar-se como um modelo alternativo de organização social. Além disso, o cooperativismo como projeto de emancipação social impõe restrições. Ele adquire importância como instrumento de autonomia, como ferramenta de luta contra o capitalismo e como meio estratégico de organização dos trabalhadores para o aprendizado da auto-gestão (Rios, 1989).

1.4 A proposta de cooperação agrícola do MST

A adoção e o desenvolvimento da cooperação agrícola no MST e nos assentamentos de Fraiburgo é um processo que surgiu da necessidade concreta dos assentados de cooperarem para resistirem na terra, e para continuarem lutando pela reforma agrária. As formas de cooperação são frutos das condições objetivas e subjetivas de cada momento histórico e, portanto, adaptadas conforme as necessidades e possibilidades existentes. “São as necessidades econômicas que levam os assentados a cooperarem. Eles cooperam naquilo que for preciso” (Concrab, 1998:72).

Ao iniciar uma experiência de cooperação os assentados envolvidos devem ter clareza de que na medida em que acontecem determinadas condições objetivas a cooperação precisa mudar de forma, precisa avançar. Sem este salto de qualidade a forma entra em crise, estagna e tende a quebrar. A cooperação precisa ser compreendida como um processo (CONCRAB, 1998:22).

Para o MST, o trabalho individual camponês enfrenta limites e dificuldades dentro do modo de produção capitalista, cujo fundamento é o trabalho social. A produtividade do

trabalho cooperativo (apropriada pelo capital) subjuga todas as outras formas de trabalho que não tenham a mesma produtividade. Desta forma o camponês deverá procurar formas de cooperação para poder sobreviver. O MST pretende que a forma camponesa, individual de trabalho seja superada através das cooperativas, aumentando a produtividade no trabalho e gerando novos valores de solidariedade e coletividade, “transformar a ideologia do camponês: substituir o ‘meu’ pelo ‘nosso’ e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo” (CONCRAB, 1998:13). A cooperação agrícola deve: “assentar as condições para o desenvolvimento de formas superiores de produção, que advirão no modo de produção socialista, quando a classe trabalhadora tiver sob seu controle o Estado e as leis do país” (Gorgen e Stédile, 1991: 147).

A agricultura não conseguirá se desenvolver se cada assentado ou pequeno agricultor familiar continuar fazendo tudo sozinho ou com a sua família [...] a Cooperação Agrícola é o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto [...]. E até chegar ao ponto de ter a terra, capital, trabalho em conjunto. Surge assim o **agricultor familiar cooperado** (CONCRAB, 1998:21).⁶

A proposta de cooperação agrícola do MST propõe a organização da produção através da divisão social do trabalho na agricultura. Começando aos poucos pela compra coletiva de ferramentas, máquinas e de insumos até chegar à propriedade comum da terra e ao trabalho coletivo (CONCRAB, 1998).

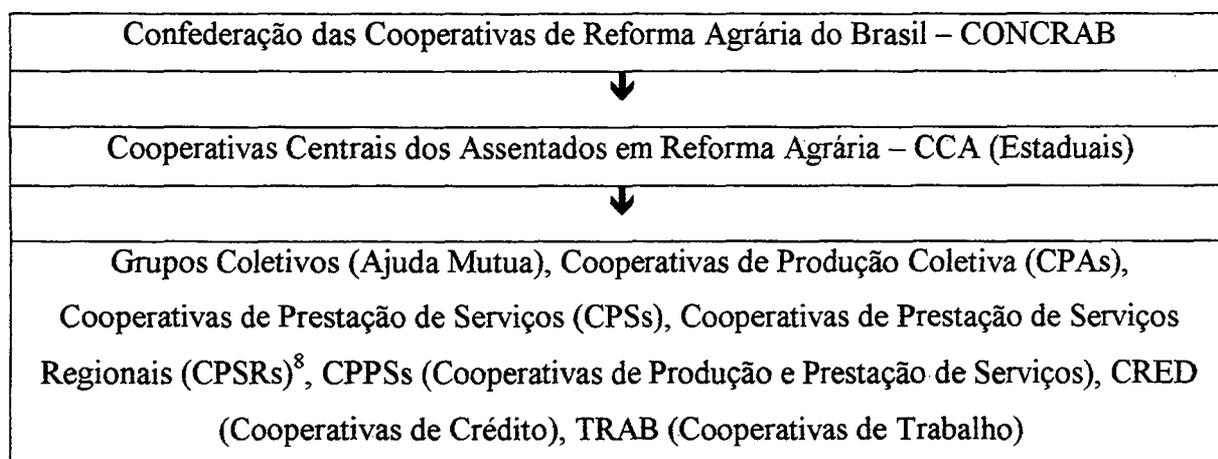
Entendemos que o MST desenvolve o cooperativismo não porque acredita que a generalização de cooperativas, por si só, vá levar à transformação social, mas porque as cooperativas são formas de organização já conhecidas, desenvolvidas pelos trabalhadores ao longo da história do proletariado como instrumentos de resistência. Tendo claro seus limites, o MST adota o cooperativismo como um instrumento para melhorar as chances de sobrevivência do camponês⁷ em seu lote individual e, também, para proporcionar que a luta econômica se converta em luta política.

Para dar conta da complexidade do processo de produção nos assentamentos, o MST organizou em 1990, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) como um setor do Movimento. A intenção é organizar a produção, mobilizar politicamente os assentados,

⁶ Grifo do autor.

⁷ Conforme Martins (1981), foram adotados os termos camponês ou campesinato porque eles têm um sentido político e não porque tenha existido feudalismo no Brasil. Estes termos são importações *políticas* que tentaram dar conta da compreensão da realidade brasileira, mas com o avanço das lutas pela terra no Brasil, os sujeitos destas lutas, conhecidos como caboclos, caipiras, caiçaras e colonos foram denominados pelo termo comum de campesinato.

capacitá-los e contribuir com a organicidade do movimento em termos nacionais. Além disto, o MST pretende massificar a cooperação nos assentamentos, fazendo a integração dos agricultores individuais (Concrab, 1998). Segundo Fernandes (2000), o SCA conta atualmente com 78 cooperativas em todas as regiões do país e está organizado da seguinte forma:



Fonte: Fernandes, (2000) e Sizanoski, (1998).

O SCA, como cada cooperativa, deve ter, ao mesmo tempo, um caráter **POLÍTICO** e um caráter de **EMPRESA ECONÔMICA**. Caráter **POLÍTICO** por atuar na organização política dos assentados, na conscientização e politização de base, levar à mobilização social e articular lutas econômicas e políticas, bem como contribuir com o Setor de Frente de Massa. Caráter de **EMPRESA ECONÔMICA**⁹ por visar a organização da produção, a resistência dos assentados no campo, o crescimento econômico e o desenvolvimento ou melhoria da qualidade de vida dos assentados. [...] as cooperativas devem colocar à disposição da luta a sua infra-estrutura, recursos e pessoal para a mobilização e luta política em vista da reforma agrária e da transformação da sociedade¹⁰ (idem: 11,12).

Segundo o MST, sempre haverá uma tensão entre estas duas faces do caráter do SCA. A face política dificulta a eficiência econômica das cooperativas do MST na concorrência capitalista. Este é um aspecto da *contradição* destacado no depoimento de um assentado, para ele:

⁸ É o caso da Coopercontestado.

⁹ Destaque do autor

¹⁰ Recentemente, no final de 2000, o governo e a imprensa atacaram o MST e suas cooperativas, denunciando desvio de verbas, para o financiamento de atividades políticas. Este ardid usado pelos inimigos do Movimento, influencia a opinião pública contra a reforma agrária e o Movimento.

A Coopercontestado tem dificuldades na competição com as outras empresas porque elas têm preços mais baixos porque explora os seus trabalhadores. Já a Cooperativa que deve trazer em primeiro lugar o benefício para os associados e liberar recursos, infra-estrutura e pessoal para a luta política (Assentado em União da Vitória).

Segundo a CONCRAB, (1998), várias estratégias de resistência ou de superação destas dificuldades devem ser tomadas:

Temos que assumir a construção de um [...] mercado alternativo, com as seguintes características: popular (de massa); local/regional; ideológico/propaganda da reforma agrária; de comercialização direta entre os trabalhadores. Ao mesmo tempo não devemos nos descuidar dos nichos de mercado (espaços comerciais onde comercializaremos produtos diferenciados de elevado valor agregado)¹¹ (CONCRAB, 1998:39).

Neste sentido, o MST propõe um cooperativismo “alternativo, diferente e de oposição” ao cooperativismo hoje existente, próprio da lógica do capital. Um cooperativismo que seja:

- Alternativo ao modelo econômico capitalista, demonstrando a possibilidade de organizar a economia sob outros parâmetros;
- Diferente do cooperativismo atual que se adaptou à lógica do capitalismo e inverteu sua função de beneficiar o associado para beneficiar a empresa. O MST propõe que, em primeiro lugar, se desenvolva economicamente o associado e se promova a cooperação entre eles, respeitando as formas tradicionais de cooperação de cada assentado e organize os associados em núcleos de base ou de produção. Diferente também do cooperativismo tradicional porque opta pela direção coletiva e não centralizada e porque distribui as sobras proporcionalmente à participação dos assentados;
- De oposição frente à política neoliberal, pela compreensão de que a reforma agrária não acontecerá sem mudanças profundas na sociedade. Desta forma, o cooperativismo deve organizar e conscientizar os Sem Terra para contribuir com a transformação desta sociedade (CONCRAB, 1998).

A diferença entre o cooperativismo do MST e o capitalista está na sua adoção como um instrumento estratégico para atingir seus objetivos econômicos, sociais e políticos, apesar dos equívocos de viés economicista. O cooperativismo, em teoria, não tem

¹¹ Em Santa Catarina, a produção de leite e derivados conseguiu conquistar espaço no mercado. O leite “Terra Viva” está sendo vendido, inclusive, em alguns supermercados da capital do estado, com preços mais

um fim em si. Ele é visto como um processo que deve ter seus objetivos ligados e direcionados pelo movimento social, pela luta de classes e estar vinculado a um projeto estratégico que vise à mudança da sociedade. “Para isto deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massivo, de luta e de resistência ao capitalismo” (idem, p. 22). Para evitar que a função econômica do cooperativismo se sobreponha sobre às funções social e política, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) é organizado como um setor do MST igual aos demais (educação, frente de massas, comunicação e outros) voltados para a ação política. Esta foi a estratégia adotada pelo MST para que as cooperativas dos assentados não se desvinculassem da luta social e política, impedindo divisões internas entre os assentados e os acampados.

Carvalho (1999) interpreta a cooperação no MST em dois grandes períodos: antes e depois de 1989. As formas de cooperação adotadas pelos assentados até 1989, caracterizam-se pela constituição espontânea - às vezes induzida por diversas forças sociais como as Comunidades Eclesiais de Base, Sindicatos Rurais - de pequenos grupos de cooperação sem “mediação formal homogênea” para realizar atividades variadas, isoladas ou combinadas entre si, geralmente econômicas e raramente políticas.

Depois de 1989, surge no MST a coletivização da produção que resultou na idéia da CPA como alternativa mais viável para a socialização no campo e a construção de um “*novo homem*”. “Todavia, ainda que essa idéia de inspiração político-ideológica, buscava abranger todas as dimensões ou planos sociais da vida das pessoas, ela tornou-se, no tempo, restrita ao econômico” (Carvalho, 1999:29).

Para este autor, houve uma ruptura política “de fora para dentro”, não consolidada a partir de vivências anteriores dos assentados, de suas histórias de vida, das formas anteriores de organização e cooperação e de suas identidades sociais.

Efetivou-se uma racionalização, portanto, argumentação com escassa fundamentação sócio-antropológica e política das suas possibilidades efetivas, de que a cooperação, ideologicamente suposta como coletivização, poderia efetivar-se, formalmente como cooperativa. [...] a diretriz política de desenvolver-se as mais diversas formas de cooperação ficou, na prática, superada pela forma cooperativa (Carvalho, 1999: 29).

Desta forma, a organização da base, os “núcleos de base” tornaram-se núcleos preocupados com a produção, o êxito econômico e financeiro das cooperativas. Esta

baixos do que as grandes produtoras. Na caixa do leite (longa vida) tem a frase “produto da reforma agrária”, fazendo a “propaganda” proposta pelo Movimento.

dimensão acabou tornando-se a referência mais importante do SCA, “o economicismo prevaleceu e trouxe para dentro dos assentamentos, em função das conjunturas econômicas adversas e das próprias na formação política-ideológica, o corporativismo” (idem:33).

Como já vimos a CPA, para o MST, é uma forma superior e ideal de cooperação. No que tange à tentativa de autogestão e à criação de novos valores coletivos através da organização em CPAs, os Sem Terra vivem uma luta permanente para rechaçar as relações de classe da sociedade em que vivem, (Sizanoski 1998). Dentro da CPA reproduzem-se relações típicas de uma sociedade de classes. No entanto, nota-se também, a construção de uma outra subjetividade que se contrapõe às relações de classes. Para a autora, a autogestão nessas cooperativas depende da presença do Movimento Social.

Por si só, sem o MST, as CPAs configuram-se como empresas capitalistas. Suas possibilidades, enquanto organizações autogestionadas, dependem da presença e do lastro do Movimento [...] é na relação com o Movimento, que faz com que seu caráter de instrumento de luta se sobreponha a objetivos meramente econômicos (Sizanoski, 1998:127).

Grade (1999) constata o crescente endividamento e falência das cooperativas de assentados. Segundo a autora, isto acontece porque “o Movimento reafirma a sociedade burguesa em seu interior porque utiliza a cooperação sob o seu caráter capitalista na sua base produtiva”.

Assim, a forma de organização dos assentados parece estar ponderada pela relação mercantil, no entanto, é o capital que se sobrepõe a elas. O MST deveria organizar a vida dos assentados como o faz com os acampados, criando a solidariedade entre seus membros para a reprodução de homens distintos. A venda eficiente e a gestão do ‘negócio agrícola’ não escapam à lógica burguesa. A agroindústria não libera pessoas, ela as exclui. Determinar a produção e aumentar a produtividade para ampliar o tempo livre de todos, não só para liberar algumas pessoas, mas todas as pessoas para a reprodução da vida. Desta forma, o MST passa a ser a mística e a possibilidade de uma nova sociedade, e não a cooperativa” (Grade, 1999: 279).

Os limites econômicos, políticos e educativos do cooperativismo revolucionário no capitalismo são reais, já foram previstos e muito já foi teorizado sobre. Portanto, as cooperativas parecem não formarem um novo homem, porque historicamente o trabalho cooperativo (coletivo) emerge junto com a sociedade burguesa. É seu pressuposto e seu fruto no processo de ascensão do novo trabalhador e, portanto de ruptura com a

manufatura. Seria o novo o trabalho cooperativo? Trata-se de lutar por uma forma de vida distinta da atual, se nela haverá cooperativas só a história poderá responder tal questão.

Capítulo 2

A Constituição dos Assentamentos dos Sem Terra¹ no município de Fraiburgo

Eu admiro as coisas da luta e acho que esta luta não pode parar por ai. É a única luta que está resolvendo muitos problemas. Busca companheiros na favela, na beira da ponte ou na beira do asfalto, aonde ele está afastado da sociedade, discriminado e reeducando até certos companheiros que precisam ser reeducados. E ele vai ter onde sobreviver, pegando a terra dele, ser uma pessoa que vai produzir dentro da agricultura e ele não vai ficar se envolvendo em coisas que não prestam (Assentado em União da Vitória).

2.1 O MST e a sua luta pela Reforma Agrária

No estudo do MST e dos Sem Terra, sua história ainda recente dentro da secular história da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, buscou-se indicações em Thompson (1987), na sua análise da “formação” da classe operária inglesa. Este autor não vê a classe como um “produto” da Revolução Industrial ou da indústria têxtil, em especial, mas como algo que tem também autodeterminação, pressionado pela circunstâncias. Analisa o processo da sua constituição como “fazer-se da classe operária”, sendo um fato tanto da história política e cultural, quanto da econômica.

As mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutáveis da revolução industrial não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres [...] eles foram objeto de doutrinação religiosa maciça e criadoras de tradições políticas. A classe operária formou-se a si própria tanto quanto foi formada (Thompson, 1987:18).

Como afirma Caldart (2000), ao “olhar para o MST como espaço de formação do sem-terra brasileiro [...] é preciso entender o MST ao mesmo tempo como produto e como agente desta formação”

¹ Conforme Caldart (2000), será adotado neste trabalho o termo Sem Terra quando se refere ao trabalhador que participa do MST e sem-terra para o trabalhador na condição de sem a terra não participante do Movimento.

Quando me refiro à formação do sem-terra brasileiro, trato, inspirada em Thompson, do processo através do qual trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra fizeram-se ou ainda fazem-se este novo sujeito social chamado Sem Terra, com uma identidade e uma consciência que lhes insere nos embates políticos do nosso tempo. Diz Thompson, ao explicar o sentido do fazer-se da classe operária inglesa, que se trata de compreendê-la como um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos (Caldart, 2000:63).

Este trabalho, também inspirado em Thompson, procura focar o MST como um processo em constante transformação, com avanços e recuos que vão constituindo sua história. Este processo constitui o cotidiano das pessoas reais que viveram momentos de ocupação, de acampamento, de assentamento, de estruturação das cooperativas e da conquista da escola. Todas essas fases são momentos de contradições e dilemas da história como um todo *em Movimento*.

O MST nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas no início da década de 80, com maior intensidade na região Centro-Sul do Brasil e que aos poucos, entre 1985 e 1990, foram se *territorializando* pelo país inteiro. O Movimento teve sua gestação no período de 1979 a 1985 e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Este encontro teve a participação de trabalhadores rurais de doze estados (RS, SC, PR, SP, MS, BA, ES, GO, RO, AC, RR, PA), onde já se desenvolviam ocupações e outras formas de luta e de resistência na terra. Participaram, também, outras entidades apoiadoras e articuladoras dessas lutas como a Central Única dos Trabalhadores, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Urbanos, a Associação Brasileira de Reforma Agrária, a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário (Caldart, 2000; Fernandes, 2000; Stédile, 1997).

Dentre os fatores que contribuíram para a gênese do Movimento Sem Terra está a situação sócio-econômica dos trabalhadores do campo, a precarização da vida e do trabalho como fruto da “Modernização Conservadora” ou “modernização dolorosa”, na década de 70 (Silva, 1983). A “modernização” da agricultura brasileira (aumento da produção e produtividade pelo uso da tecnologia de adubos químicos e máquinas) foi possível pela entrada do capital financeiro na agricultura. Em 1965, foi criado o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) que beneficiou somente os grandes proprietários agro-exportadores em detrimento dos pequenos proprietários que produziam alimentos para o

mercado interno. Em decorrência das políticas públicas para a agricultura, as pequenas propriedades foram sendo absorvidas pelas grandes. Os pequenos proprietários foram sendo expulsos da terra, o que gerou um grande êxodo rural. De um país essencialmente rural, a maior parte da população passou a concentrar-se nas cidades, gerando uma população marginalizada nas periferias da cidade. À medida que o capital penetrou nas atividades agropecuárias, incentivado pelas políticas de crédito e fiscais do Estado, a concentração da renda e da terra aumentaram vertiginosamente. Os militares no poder pressionados pelos movimentos sociais que queriam o desenvolvimento e a modernização do campo via reforma agrária, fizeram a modernização "pelo alto", via Estado, através de políticas agrícolas, visando o aumento da produtividade e sem reforma agrária, gerando milhões de trabalhadores excluídos da terra² (Pinto, 1981; Silva, 1983; Delgado, 1985).

Outro fator que contribuiu para o surgimento do MST naquele período, foi o contexto político de abertura democrática, o processo de luta pela redemocratização do país possibilitou a retomada da luta pela reforma agrária e a reação dos trabalhadores à sua difícil situação (Caldart, 2000 ; Fernandes, 2000). No oeste catarinense, de onde grande parte dos assentados de Fraiburgo se originam, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tendo à sua frente o bispo D. José Gomes da diocese de Chapecó, foi o principal responsável pela organização dos sem-terra. Na época, quando os agricultores discutiam religião e problemas sociais nos "grupos de reflexão" que tiveram um papel fundamental na aglutinação dos sem-terra e na formação de lideranças.

Para Caldart (2000), o processo de formação dos Sem Terra do MST precisa ser compreendido em duas dimensões combinadas. A primeira dimensão, refere-se ao processo de formação dos sem-terra, perceptível na história do MST. A autora destaca três grandes momentos na história da formação do Movimento. Os três momentos da formação dos Sem Terra e do MST são cumulativos: "os Sem Terra são ao mesmo tempo os cultivadores e os frutos desta trajetória, e sua identidade se completa em cada um destes momentos." (Idem.:65).

O primeiro, refere-se ao momento da articulação e organização da luta pela terra para a construção de um movimento de massas de caráter nacional. Que começa no final da década de 70 e vai até 1986/87, quando o MST se consolidou como "Sujeito" na luta pela terra no Brasil. Organizou-se em doze (12) estados brasileiros. Os Sem Terra dos

² Entre os anos 1966 e 1978 o crescimento das propriedades rurais com mais de 1000 ha passou de 45,1% para 53,3%. Por outro lado, durante estes mesmos anos houve uma diminuição no percentual das propriedades com menos de 100 ha, de 20,4% em 1966, passou para 13,5% em 1978. (INCRA : Reforma Agrária - Revista da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), N. 3 Vol. 24, Set-Dez 94 Pg 134).

assentamentos mais antigos de Fraiburgo como União da Vitória, Vitória da Conquista e Rio Mansinho participaram desse período histórico no qual os sem-terra do oeste do estado de Santa Catarina começam a se articular, a se identificar como sem-terra e a formar o MST.

O segundo momento refere-se ao processo de constituição do MST como uma organização social dentro do movimento de massas que tem início em 1986/1987 e se estende até hoje. O Movimento começa a se organizar em setores e núcleos gerando formas de atuação que superam a atuação de um “movimento de massas” e passa a constituir-se como uma “organização de massas”.

O terceiro grande momento do processo de formação dos Sem Terra e da história do MST, condiz com a inserção do Movimento na luta por um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil. Neste sentido, no momento atual, partidos de esquerda, alguns sindicatos, movimentos religiosos, movimentos sociais reúnem-se regularmente para discutirem e construírem um projeto popular para o Brasil³. Nos assentamentos de Fraiburgo os núcleos de assentados e os estudantes da Escola Agrícola de 1º grau 25 de Maio estão discutindo também.

A inserção do MST nesta discussão decorre da percepção de que não basta uma reforma agrária no país sem mudanças no atual modelo de desenvolvimento que subordina a economia nacional aos interesses dos capitais internacionais, privilegiando apenas a fração mais rica da sociedade em detrimento dos mais pobres. No projeto atual, a reforma agrária não tem espaço e a produção de gêneros agrícolas é feita pelas grandes empresas agropecuárias principalmente as agro-exportadoras (Benjamin et. al., 1998). Portanto uma Reforma Agrária eficaz e de interesse dos trabalhadores só acontecera com uma mudança social no país. Mas, enquanto a mudança social não acontece, “a implementação dos projetos de assentamento representam apenas um passo, um acúmulo de forças e de pequenas vitórias para os trabalhadores” (Stédile, 1997:45).

A segunda dimensão a ser considerada no processo de formação dos sem-terra, diz respeito às “ações ou vivências que, pela força de atuação sobre as pessoas que delas participam, podem ser compreendidos como processos socioculturais que possuem componentes educativos ou formadores decisivos na constituição da identidade dos sem-terra do MST.” (Caldart, 2000:65). A autora destaca as seguintes vivências sociais básicas: a ocupação da terra, o acampamento, a organização do assentamento, o ser do MST e a

³ Trata-se de um projeto de desenvolvimento social e econômico discutido pela sociedade civil brasileira visando a construção de um país mais igualdade econômica e liberdade.

ocupação da escola. Veremos mais adiante como se deram tais experiências com os assentados do município de Fraiburgo.

Assim, segundo Caldart, “a trajetória histórica da formação do sem-terra como sujeito social é um processo educativo, de formação humana”, produzido a partir da experiência humana concreta na participação das ações do MST em cada um dos três momentos da história do Movimento. Os sem-terra formam-se fundamentalmente pela “vivência pessoal em ações de luta social, cuja força educativa costuma ser proporcional ao grau de ruptura que estabelece com padrões anteriores de existência social destes trabalhadores e destas trabalhadoras da terra, exatamente porque isto exige elaboração de novas sínteses culturais” (idem, p.106). Participar de um movimento social como o MST produz aprendizados coletivos que se transformam em cultura que, por sua vez, extrapolam os limites de cada grupo social específico.

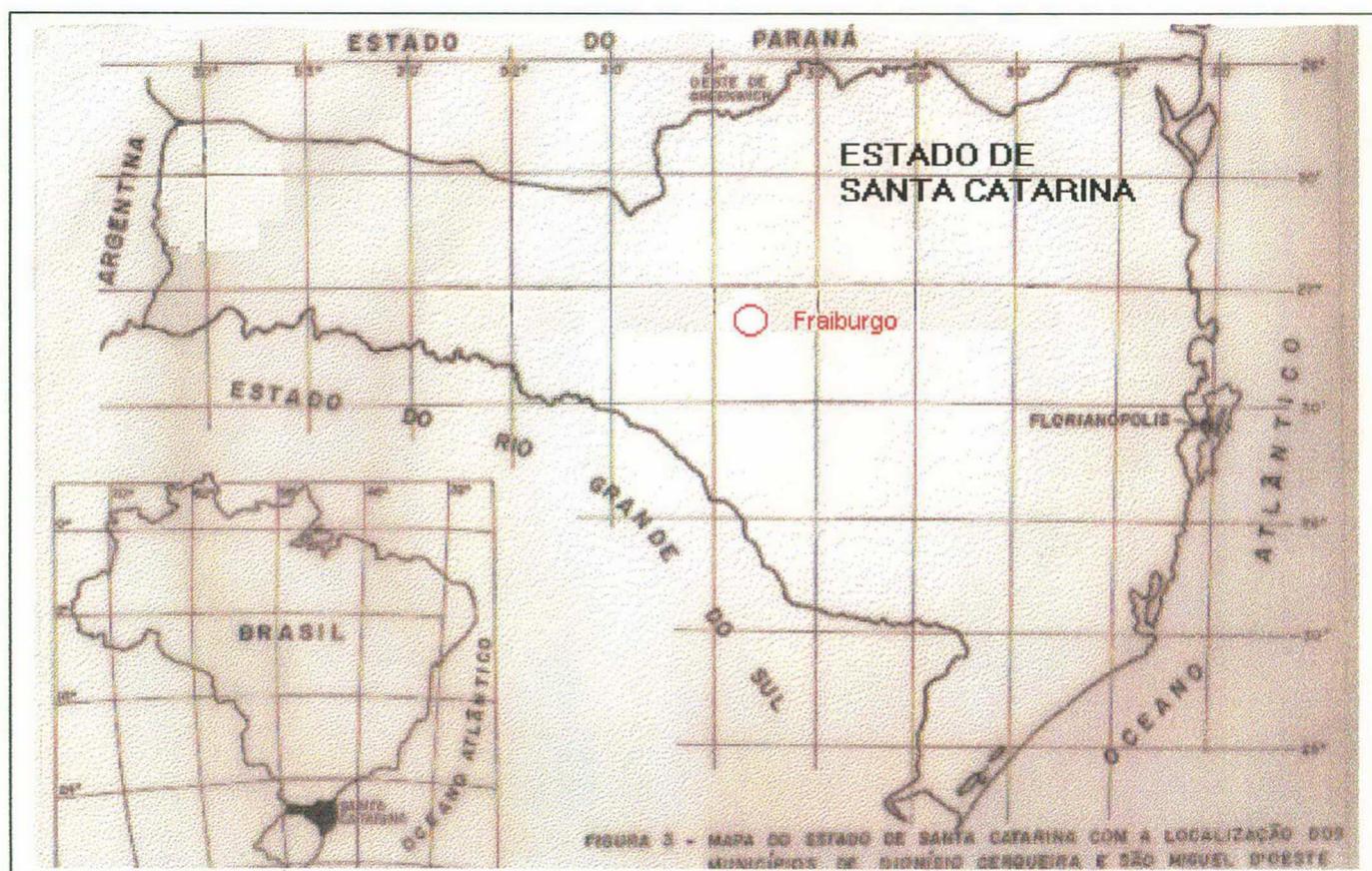


Figura 1 - Localização do município de Fraiburgo - SC

Para compreender este processo foi estudado a formação da comunidade Sem Terra dos cinco assentamentos do município de Fraiburgo, sua constituição, suas formas de cooperação agrícola e a conquista da criação da “Escola Agrícola de 1º grau 25 de Maio”, escola estadual, *locus* desta pesquisa.

Os assentados de Fraiburgo, conforme será comentado a seguir, antes de chegarem a ser assentados tiveram que ocupar e acampar diversas vezes e em diferentes lugares, não havendo uma distinção clara entre essas duas fases. Desta forma, as vivências das ocupações e dos acampamentos se mesclam.

2.2 As Ocupações e os Acampamentos que originaram os Assentamentos de Fraiburgo

Atualmente, no município de Fraiburgo, existem três acampamentos com 150 famílias. Nos municípios vizinhos, Monte Carlo e Frei Rogério, existem mais três acampamentos com 83 famílias, todas elas organizadas pelo MST⁴.

A luta que melhor caracteriza o MST e a principal responsável pelo seu crescimento ao longo das duas últimas décadas, é a ocupação de terras improdutivas consideradas de interesse social e passíveis de desapropriação para a reforma agrária conforme o “Estatuto da Terra”, Lei N. 4.504 de 1964, depois substituída pela Lei Agrária Complementar n. 8624 de 1993⁵.

O ato de ocupação é o início de uma longa fase de experiências de luta e de organização que vão formando a consciência política dos trabalhadores. O MST nasceu das ocupações de terras no início da década de 80, na região sul do país. As ocupações são formadoras da base social do Movimento, ou seja, os acampamentos e os assentamentos.

A maior parte dos assentamentos realizados desde a década de oitenta são frutos de ocupações, que vem crescendo continuamente, na década de noventa aproximadamente 160 mil famílias participaram de ocupações. Só em 1998, o MST registrou trezentas ocupações, envolvendo sessenta mil famílias, em todo o Brasil (Fernandes, 1998).⁶

⁴ Existe atualmente um acampamento organizado pelo Sindicato dos trabalhadores Rurais de Fraiburgo, que faz oposição ao MST. Devido às pressões do MST o INCRA resolveu desapropriar uma área em Fraiburgo. O sindicato organizou os desempregados da cidade para que ocupassem a área destinada ao MST. O MST para garantir a área também resolveu ocupá-la resultando em um confronto e prisões de membros do Movimento. Existe no município uma disputa muito grande entre o MST e o Sindicato, que pretende implantar no município o “banco da terra”, proposta do ex-senador Esperidião Amin, em que o agricultor que quiser um lote de terra, terá que comprá-lo do governo.

⁵ Segundo esta lei o governo poderia dispor de 115 milhões de hectares de 57.188 proprietários, ou seja, apenas 2,8 % do total dos proprietários. Com esta terra, tomando-se como base o módulo médio de 15 hectares, daria para assentar mais de 5 milhões de pessoas. Isto que dizer que poderia assentar todos os trabalhadores sem-terra do Brasil sem desapropriar um único hectare de terra produtiva (Stédile, 1996).

⁶ Segundo Fernandes (op cit), entre 1988 e 1998, no Brasil, aconteceram 2130 ocupações de terra por 302.855 famílias ocupantes (p.260). As ocupações pressionam o governo a fazer os assentamentos, mesmo os não vinculados ao MST, exemplo disto é que entre 1995 e 1999 aconteceram no Brasil 1855 ocupações por 256.467 famílias ocupantes e foram realizados 2.750 assentamentos com 299.323 famílias (p.272). “Quando o governo federal afirma ter assentado mais de 280 famílias, na verdade, essa realidade foi construída predominantemente por causa das pressões resultantes das ocupações de terra, principalmente nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul” (p.301).

A ocupação é a matriz organizativa do MST e, por isto, se constitui também como matriz educativa das mais importantes. Começando pela percepção das diferenças dos conceitos de invadir e ocupar que relativiza o valor absoluto da propriedade da terra. “Do ponto de vista pedagógico, a ocupação de terras é, das vivências aqui analisadas, talvez a mais rica em significados socioculturais que formam o sujeito Sem Terra e projetam mudanças lentas e profundas no modo das pessoas se posicionarem diante da realidade, do mundo” (Caldart, 2000:109).

Em relação à ocupação da terra, a autora destaca três sentidos básicos que a constituem como momentos decisivos na formação do Sem Terra do MST:

- a) Formação para a contestação social ou para a rebeldia organizada, vão perdendo o medo e o conformismo, a ocupação é um ato de desobediência explícita, sem retorno;
- b) Formação para a consciência de classe.⁷
- c) Volta à raiz, “reencontro com a vida” que perderam quando foram expulsos da terra.

A ocupação, dentre todos os momentos de luta dos Sem Terra, acaba sendo a maior fonte de aprendizagem e de formação da sua consciência de classe. Percebe-se isto nas conversas informais. A ocupação acaba sempre sendo mencionada de alguma forma. Um assentado de Fraiburgo conseguiu sintetizar o pensamento dos outros quando afirmou em depoimento *“A ocupação foi a maior escola da vida que eu tive”* (Assentado em União da Vitória).

Na preparação inicial, os sem-terra recebem informações sobre o processo de luta pela reforma agrária e ficam de “prontidão”, esperando o aviso do dia para embarcarem no caminhão ou ônibus e partir para o ato decisivo que mudará sua vida radicalmente: ocupar o latifúndio que o oprime, que oprimiu seus avós e pais durante séculos, entrar para o MST e ser um Sem Terra, lutar por seus direitos e pelos direitos de todos os trabalhadores, ser um lutador do povo. Sua luta pode até tornar-se menos intensa após a conquista do seu lote, mas não cessa nunca. Faltarão escola, estradas, crédito e haverá muito preconceito a ser combatido no município em que irá morar. É possível que perante às dificuldades, alguns desistam do lote ou se acomodem. Porém, mesmo neste caso, a experiência da ocupação terá sido um aprendizado político fundamental.

A ocupação do latifúndio é um momento de perigo, extremamente tenso e requer coragem e determinação como afirmou João Pedro Stédile, um dos coordenadores

⁷ Também Vendramini (1997), entende a consciência de classe “não como uma realidade concluída, um produto, mas sim como um processo, uma realidade dinâmica em permanente formação” (p.54). Para a mesma autora “só se pode falar em consciência de classe na luta de classes” (74).

nacionais do Movimento⁸ “a ocupação é o ultimo recurso do sujeito que não tem mais para onde ir [...]”. Além das lideranças com experiência acumulada, há a participação dos Sem Terra já assentados. O MST tem por princípio a permanente participação dos assentados na luta pela terra, enquanto tiver um trabalhador rural sem-terra querendo um lote para trabalhar e viver.

Nas ocupações, também são comuns a participação de estudantes e professores universitários, sindicalistas, ativistas de outros movimentos sociais e da Igreja. A solidariedade prestada pelos assentados e demais ativistas sociais através da presença física e de doação de alimentos, roupas, remédios, lonas para as barracas etc, é fundamental para os novos sem-terra. Além do apoio material, a presença dessas pessoas dá segurança e coragem aos novos “rebeldes” no sentido de estarem lutando por seus direitos negados e de não serem meros “invasores”.

Nos acampamentos formados na área ocupada pela própria necessidade e pelo aprendizado de longos anos de experiência a disciplina é rígida e as normas de conduta são decididas coletivamente. Quando são desrespeitadas, podem gerar a expulsão do acampamento. A expulsão ou outra atitude em relação aos “transgressores” são sempre decididas em assembléias. Para que a vida de um grande número de pessoas (com origens sócio-culturais diversas, vivendo em um ambiente de tensão e precariedade) seja possível, torna-se necessário uma organização muito eficiente e participativa. Desta forma, as famílias reúnem-se em núcleos. Em cada um deles é escolhido um representante que irá integrar a coordenação geral do acampamento. Acontecem reuniões freqüentes, quase que diariamente nos núcleos e nas coordenações dos acampamentos. Sempre que necessário, são convocadas assembléias gerais em que todos participam.

A participação de todos os membros da família na ocupação e na organização do acampamento é um aspecto importante a ser destacado. A participação das mulheres e das crianças vão rompendo a concepção machista de que só aos homens adultos cabe a ação política. A ida de todos os membros da família para o acampamento e a participação de todos na organização ao mesmo tempo, é necessária e estratégica. Quanto mais gente tiver e quanto mais consciência política tiverem, mais forças terão para resistirem na área ocupada.

Imediatamente após a instalação do acampamento, são organizadas várias comissões que fazem com que a vida no acampamento seja possível: comissão da saúde,

⁸ Entrevista a Revista Caros Amigos, n. 39, junho de 2000, p. 30 a 37

da educação, da alimentação e outras que encaminham soluções para os problemas da vida coletiva no acampamento. Recriam-se de forma coletiva os serviços públicos com os recursos disponíveis. Em pouco tempo percebe-se o resgate da auto-estima e da esperança nesses trabalhadores que estavam à margem do sistema capitalista. Eles começam a participar das comissões, a dar opiniões, enfim, criam disposição para a luta, para mudar o destino que lhes fora reservado nesta sociedade. É no acampamento, na luta diária, no enfrentamento da polícia e das milícias armadas dos proprietários da terra, nas manifestações, na ocupação dos prédios públicos, na solidariedade prestada a outros trabalhadores, que os sem-terra aprendem que não basta somente a terra, que é preciso lutar para mudar a sociedade que gera a pobreza e a injustiça.

Do ponto de vista pedagógico, o acampamento pode ser olhado como um grande espaço de socialização dos sem-terra, que passam a viver um tempo significativo de suas vidas em uma coletividade cujas regras e jeito de funcionar, embora tão diferente da sua experiência anterior, foram eles mesmos que ajudaram a construir (Caldart, 2000:116).

De acordo com alguns assentados, o primeiro assentamento a ser efetivado no município de Fraiburgo foi o Assentamento União da Vitória no dia 24 de junho de 1986. As famílias deste assentamento vieram de um grande acampamento em Abelardo Luz, município da região oeste do estado de Santa Catarina, distante aproximadamente 250 km de Fraiburgo. O acampamento resultou da ocupação da fazenda Eunice na noite do dia 25 de maio de 1985, por aproximadamente, 1300 famílias sem terra.⁹ Nesta mesma noite, também foi ocupada outra área no município de São Miguel do Oeste, no extremo-oeste do estado, por aproximadamente 700 famílias, denominado de “Acampamento Bandeirantes”. Dessas duas grandes ocupações resultaram os assentamentos dos municípios de Anchieta, São Miguel do Oeste, São José do Cedro, Calmon, Lebon Régis e Fraiburgo. Para este último município vieram, ao longo da efetivação dos três primeiros assentamentos, um total de 103 famílias, 34 para o Assentamento União da Vitória, 45 no Assentamento Vitória da Conquista e 12 para o Assentamento Rio Mansinho.

⁹ Desta grande ocupação em Abelardo Luz um acontecimento marcou profundamente os Sem-terra que participaram dela, trata-se de uma demonstração de coragem das mulheres sem-terra que com ramos de árvores apagaram o fogo ateadado numa ponte pela polícia militar no intuito de impedir a passagem dos sem-terra. Esta passagem da história do MST foi resgatada e registrada em um “painel comunitário”, pelo ativista cultural Dan Baron Cohen da Irlanda do Norte, na Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio de Fraiburgo e em outro, nos Assentamentos de Abelardo Luz.

[...]...ali ficamos no máximo 60 dias (acampamento em Abelardo Luz). No sexto dia de acampamento começou a negociação com o governo do estado e federal. O governo assumiu e colocou a gente em acampamentos provisórios em áreas do estado, uma parte do povo foi para o município de Faxinal dos Guedes e uma parte ficou em Abelardo Luz mesmo. O governo Federal assumiu que em 120 dias assentaria as 2.000 famílias, mas demorou mais do que isto. Nós fomos assentados em um ano e um mês depois da ocupação (de Abelardo Luz), e para sair estas desapropriações e nós sermos assentados, neste período, houve muitos protestos e pressões, caravanas, acampamento no INCRA, manifestações e passeatas (Assentado de Vitória da Conquista).

Então foi feito um acordo de ocupar as áreas para pressionar o assentamento. Na época de transição Tancredo e Sarney tinha um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para assentar um milhão e 200 mil famílias, o presidente do INCRA era o José Gomes da Silva, e o ministro da Reforma Agrária era o Nelson Ribeiro, indicado pela CNBB, então foram duas pessoas que botaram para valer, eles entraram no governo para fazer a Reforma Agrária, até descobrirem que era uma farsa e saíram. Então naquela época chamava o pessoal do INCRA e fazíamos acordos fantásticos (Assentado de União da Vitória).

Do acampamento provisório de Faxinal dos Guedes, o INCRA trouxe as famílias sem-terra para tomar posse da área do Assentamento União da Vitória, já desapropriada, que pertencia à família Zanoto. Isto não foi possível porque havia muita pressão do prefeito para também assentar nesta área famílias sem terra do município, não organizadas pelo MST. Por outro lado, também havia muita pressão dos madeireiros que fizeram com que esta primeira tentativa de emissão de posse e assentamento das famílias sem-terra fosse frustrada.

A maioria dos processos de emissão de posse ficavam presos na justiça, os juizes locais não assinavam porque os fazendeiros ficavam pressionando, ganhando tempo para tirar o resto da madeira. Esta área era de pinhal (araucária) e tinha muita imbuíia (árvore de excelente madeira), muita, então eles ficavam segurando no juiz a emissão de posse ao INCRA, para o INCRA não assentar ninguém e eles tirar tudo e deixar a terra limpa (Assentado de União da Vitória).

Houve três tentativas de entrar na área. Na primeira tentativa, os madeireiros barraram as famílias sem-terra, obrigando-as a acamparem provisoriamente em uma área já desapropriada em Lebon Régis. Dali retornaram para Faxinal dos Guedes. Na segunda tentativa, as famílias foram trazidas por um ônibus fretado pelo INCRA e novamente foram impedidas pelos madeireiros.

Os madeireiros não nos deixaram entrar de novo, a área já estava desapropriada, só faltava a emissão de posse, eles estavam ganhando tempo para tirar a última madeira que tinha na área, aí de novo queriam levar a gente para Lebon Régis e nós não aceitamos, levaram-nos para ficar hospedados num hotel em Lebon Régis, ficamos 2 dias por conta do INCRA que não conseguiu negociar com os madeireiros para nos levar aqui dentro, aí voltamos lá para Faxinal dos Guedes (Assentado de União da Vitória).

Finalmente, na terceira tentativa, conseguiram entrar na área para serem assentados, depois de os madeireiros e ex-proprietários conseguirem, com recursos jurídicos, postergar a emissão de posse para retirar quase toda a madeira da área. Assim foi formado o primeiro assentamento de reforma agrária de Fraiburgo, Assentamento União da Vitória¹⁰, com 34 famílias, após um ano e um mês de acampamentos.

Na terceira vez, que foi no dia 24 de junho de 1986, nos trouxeram de novo e fomos assentados, isto era o Faxinal I (União da Vitória) (Assentado de União da Vitória).

O segundo assentamento, Vitória da Conquista (Faxinal II), foi criado em 30 de outubro do mesmo ano. As 45 famílias a serem assentadas na área, antes pertencente a uma família (Deboni), vieram direto dos acampamentos de Abelardo Luz e Faxinal dos Guedes.

O assentamento Rio Mansinho também foi efetivado em 1986 e as 12 famílias ali assentadas vieram do “Acampamento Bandeirantes” de São Miguel do Oeste. As outras famílias restantes dos acampamento de Faxinal dos Guedes foram assentadas no extremo-oeste (Municípios de Anchieta, São Miguel do Oeste e São José do Cedro).

O Assentamento Contestado foi fundado em 1995. As famílias que acamparam na área não foram organizadas pelo MST. Eles o fizeram por conta própria e tinham vínculo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curitiba. Depois, acabaram integrando-se ao Movimento. De um total de 24 famílias cinco constituíram uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA)¹¹. As outras famílias foram assentadas individualmente.

Eles fizeram a ocupação e depois avisaram a gente do Movimento. O primeiro contato que este pessoal fez com o movimento, para eles foi uma decepção, o movimento tinha receio porque não conhecia eles, de onde

¹⁰ Este nome foi escolhido pelos assentados, assim como o nome do assentamento vizinho Vitória da Conquista, inspirados na luta pela terra. No entanto, o INCRA ignorou esta escolha e denominou-os oficialmente de Faxinal dos Domingues I e Faxinal dos Domingues II, respectivamente.

¹¹ Nas CPAs a propriedade dos meios de produção e o trabalho são coletivos.

vieram, mas depois foram aceitos e acabaram se integrando (Assentado de União da Vitória).

O MST é o movimento mais conhecido, mais organizado e mais atuante em quase todos os estados do Brasil. No entanto, existem outros movimentos de trabalhadores. Alguns estão vinculados aos sindicatos de trabalhadores rurais que apoiam o MST. Outros estão vinculados a sindicatos contrários ao MST, outros ainda, a movimentos que disputam hegemonia política com o MST. Existem também grupos de trabalhadores que ocupam a terra sem qualquer organização.

O último assentamento conquistado pelos sem-terra em Fraiburgo foi o assentamento Chico Mendes. Isto se deu no final de 1997 e início de 1998. Este assentamento resultou da ocupação, em 1996, de uma empresa produtora de maçã falida, (Pomasa). Neste assentamento, formado por 40 famílias, existem algumas associações que adquiriram máquinas em comum, porém não foi formada nenhuma CPA.

Ao ocupar terras como forma de pressão para a desapropriação, o MST está contestando a propriedade privada, fundamento da estrutura social capitalista. Parece haver neste ato radical um aprendizado muito importante na formação da “consciência de classe” dos trabalhadores. Por outro lado, há uma contradição difícil de ser resolvida pelo MST como movimento pela reforma agrária: que é contestar a propriedade privada latifundiária e, ao mesmo tempo, formar pequenas propriedades. No entanto, entre as duas formas de propriedade há uma diferença fundamental: o capitalista quer a “terra para o negócio” e o camponês quer a “terra para o trabalho” Martins, (1991).

As pequenas propriedades agrícolas encontram grandes dificuldades de sobrevivência em um sistema regido pela lei da concentração incessante do capital. Os problemas do campo são os problemas da sociedade como um todo, do modo de produção dominante. O capitalismo opera tanto no campo como na cidade, pois esta é a sua lei: a lei da reprodução crescente e ampliada (Vendramini 1997).

Contudo, tais contradições não eliminam a necessidade de uma reforma agrária no Brasil. Muito pelo contrário, como afirma Ademar Bogo, (apud, Caldart, 2000:119),

*Se não pudermos dar um passo no futuro
não tem problema: muito caminho foi feito
nossas crianças já não morrem mais de fome
e nosso povo conquistou seu respeito.
Naquela sede que escondia pistoleiros
hoje é uma escola que funciona sem parar*

*ali adiante onde tinha uma porteira
há uma bandeira convidando pra chegar.*

Um “pedaço de terra” para o camponês significa a sua vida, pois, nela, poderá tentar sobreviver plantando seu alimento. No entanto, na análise da produção teórica do MST e de suas propostas para a sociedade brasileira, percebe-se que a posse da terra não resolve. É preciso construir o socialismo. O movimento entende que o latifúndio é fruto da sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção e a terra não foge a esta lógica.

Portanto, a cooperação agrícola é tida como um instrumento para a organização, a resistência e o aprendizado de valores coletivos nos assentamentos. Ainda serve para auxiliar na preparação de caminhos, para a construção e implantação de um projeto popular de sociedade. Portanto, a luta pela terra para o MST, é uma forma de luta pela sobrevivência-resistência dos camponeses e é um aprendizado na “luta de classes”. Manter o Sem Terra assentado em movimento, construir algo diferente do que só resistir na terra, talvez seja o maior desafio que o MST tenha que enfrentar após seus 15 anos de história de desapropriação de latifúndios e de organização de assentamentos.

2.3 A constituição da cooperação agrícola nos assentamentos de Fraiburgo

Nos assentamentos, os trabalhadores começam uma nova etapa de luta pela subsistência na terra arduamente conquistada. Começam as reivindicações por crédito, estradas, escolas e infra-estrutura de um modo geral. Os assentados, em grande parte, continuam participando das atividades do MST. Prestam solidariedade aos novos acampados e participando de manifestações políticas do Movimento.¹²

O assentamento “é um processo histórico de transição e transformação, de organização do território, do espaço agrário em questão” (Fernandes, 1998b:22, apud Caldart, 2000:120).

É fundamental olhar para o assentamento como um lugar social em movimento, ou seja, que vai sendo produzido através das relações que ali se

¹² Entre 1979 e 1999 em Santa Catarina foram realizados 102 assentamentos e assentadas 4.282 famílias em 72.880 ha. No mesmo período no Brasil foram realizados 3.958 assentamentos e assentadas 475.801 famílias em 22.996.197 ha (Fernandes, 2000:274).

estabelecem, e que resultam das decisões que vão sendo tomadas pelas famílias sem-terra (de cada assentamento, mas também do conjunto dos assentamentos, no caso, do MST) no processo de organizá-lo e de reorganizá-lo permanentemente, a partir das pressões impostas pela realidade (Caldart, 2000:120).

Uma das características mais importantes de um assentamento do MST é a busca da organização da produção através da cooperação. Desde que o MST decidiu que os assentados são parte de sua base social e de organização, passou-se a pesquisar na história outras experiências que ajudassem na organização do assentamento. É neste contexto que na década de 90, começa-se a discutir a produção e a cooperação agrícola, a partir de temas como organizar a vida social nos assentamentos para que se tornem uma espécie de retaguarda econômica e política da luta pela Reforma Agrária no Brasil.

A cooperação agrícola representa para o MST, hoje, uma opção de estratégia de desenvolvimento econômico e social baseada na organização dos trabalhadores do campo em vista de sua resistência ao processo de destruição das relações camponesas de produção e de vida social, levado a efeito pelo avanço implacável das formas capitalistas de (des)organização da agricultura brasileira (Caldart: 2000:122).

O ideal de organização das atividades produtivas, para o movimento, é a coletivização total da propriedade e do trabalho, porém esta proposta encontra resistência por parte de assentados, pois, entraram para a luta, justamente para obter um *pedaço de terra* para trabalhar com sua família, do mesmo jeito que trabalhavam com seus pais antes de se tornar um sem terra.

Para Caldart, a proposta de cooperação agrícola do MST tem como base as formas coletivas de trabalho e produção, condição para gestar um tipo de vida comunitária capaz de romper com os modos de vida tradicionais do campo até então vinculados à inviolabilidade da propriedade privada, responsável pelo isolamento social das famílias.

Quando os Sem Terra são assentados, segundo a autora, são pressionados ao mesmo tempo pela vontade em fazer com que os momentos extraordinários de mudança vividos no acampamento tornem-se também seu cotidiano (no entanto, mais estável) e pela busca de tentar voltar a ter aquele modo camponês de vida que eles tinham antes de entrar no MST.

Começa, então, um novo capítulo na história de formação da identidade dos sem-terra, de modo geral marcado por muitos conflitos. Conflitos entre os elementos da cultura que traz em si pela herança de gerações, e novas vivências socioculturais que projetam a produção de uma outra cultura, pela pressão de um tempo que foi proporcionalmente curto, mas cuja intensidade e densidade de experiência foi tão forte que não pode simplesmente ser esquecido sem que permaneçam algumas de suas marcas (Caldart, 2000:123).

A tensão entre a contradição, “desejo de estabilidade e a necessidade do movimento permanente”, é um fator de geração de conflitos, segundo a autora.

Entende-se o processo de discussão e implantação das formas de cooperação e associativismo entre os assentados de Fraiburgo como algo aprendido na prática da resistência na terra arduamente conquistada. Os assentados aprendem no acampamento que sozinhos não conseguiriam vencer a polícia e os jagunços, que precisariam unir-se com seus companheiros e suas companheiras para realizar seu sonho de conquistar a terra. Aprendem também com análise de experiência de outros movimentos sociais e revolucionários no Brasil e no mundo, que são repassadas aos Sem Terra pelas lideranças do MST. A cooperação é, embora fortuita, fruto também da herança da sua cultura camponesa, dos mutirões, da ajuda mútua, da solidariedade prestada a pessoas doentes das comunidades, entre outros.

Quando falavam de Cuba para nós, das comunas, das cooperativas deles, do jeito que eles trabalhavam, que até o prefeito dele ia para a roça. Para nós foi uma coisa impressionante né, nós queríamos também grupos coletivos, mas não tínhamos elementos, tinha a idéia de que lá o socialismo era bom, mas a maioria das lideranças da época vivia dentro da igreja, então se alguém falasse que Cuba era comunista nós ficávamos com medo. Hoje já temos muita experiência acumulada (Assentado em União da Vitória).

No período em que os assentamentos União da Vitória, Vitória de Conquista e Rio Mansinho foram efetivados, o INCRA pautava-se pelo “Estatuto da Terra” de 1964, na qual o direito a um lote de terra era obtido segundo uma pontuação baseada em características do requerente: idade, estado civil, número de filhos e outras. A lei dificultava o acesso de pessoas que não se enquadrassem em suas normas, mas a solidariedade entre os Sem Terra conseguiu superar tais empecilhos legais.

Os solteiros não conseguiam somar pontos suficientes para ter a terra, porque eram sozinhos, então nós juntávamos os grupos que eram

organizados e somava a quantidade de pontos de todo mundo, quer dizer que um dava pontos para o outro, a média tinha que somar 500 pontos. Então eu, por exemplo, somava 780 e levava mais 2 solteiros que somava 420 e daí saiu a definição de fazer o trabalho em grupo (Assentado de União da Vitória).

A demora na divisão dos lotes e a posse definitiva da terra também foram fatores que determinaram a cooperação entre os Sem Terra de Fraiburgo. Não saber onde seriam seus lotes contribuiu para o cuidado e a conservação daquilo que ainda era de todos. Derrubar uma árvore ou poluir uma nascente de água poderia prejudicar sua própria sobrevivência no futuro, porque tal lote poderia vir a ser seu.

Nós viemos em 3 grupos para esta área, somando 34 famílias. Estes 3 grupos permaneceram até 3 anos depois. Então cada grupo definia onde queria ficar, do lado esquerdo da água, do direito, ou no meio. Os grupos faziam a roça deles com o cuidado de preservar a água, cuidar das árvores, sempre pensando que aqueles lotes poderiam ser de qualquer um e não vai querer uma área depredada. A madeira que sobrou duma reserva que tinha, era pouco mas ficou. Esta madeira foi dividida entre todos para que pudessem fazer as suas casas. Toda a madeira que tivesse em qualquer lote era dividida entre todos. Para a época isto foi muito interessante, ninguém se adonou, sempre foi do coletivo e do geral (Assentado de União da Vitória).

Se discutia muito em formar grupos coletivos, de 6 famílias, 10 famílias [...] no início, antes das terras serem dividida, as roças foram feitas todas em grupo. Os lotes foram divididos depois de um ano e pouco mais, enquanto ninguém sabia onde ficava o seu lote, as roças eram feitas em grupos [...] Então era bem variado, mas a princípio era para se formar grupos para trabalhar em grupo coletivo. Não se falava em CPA, era chamado grupo coletivo. O assentamento já foi dividido de acordo com as famílias que se achava que iriam se entender, e ia dar certo, para que realmente as famílias que iriam ficar perto formassem um grupo, só que não se conseguiu (Assentado de Vitória da Conquista).

Com a conquista da terra, os assentados de Fraiburgo perceberam que precisavam organizar a produção e viabilizar o acesso ao mercado e que a melhor forma de fazê-lo seria através da cooperação agrícola.

Aí quando saiu a propriedade da terra foi cada um para o seu lote. Na época, cada um lutava por seu pedaço de terra e tínhamos pouca discussão sobre o coletivo, só dizíamos que o coletivo era bom, mas era uma coisa que era só propaganda. Na época, começamos a discutir o socialismo, ninguém entendia direito, mas isso ainda era um bicho para nós, imagina

saindo do regime militar, ninguém podia falar nada, uma repressão do diabo. Então nós começamos a fazer a discussão do coletivo, mas nós não sabíamos nem para que esse coletivo. No fundo, entendíamos que a terra deveria ser dividida para cada um ter sua casa, seu lote, nós fazíamos questão, parece que era uma questão de honra de ter a terra. No passar do tempo começamos a discutir cooperação, cooperativa de produção. Nós éramos os pioneiros, então nós tínhamos grupos, intenção de coletivo, que era só intenção, nós não sabíamos como fazer e para que a coletividade, então dividimos os lotes. Inclusive, ocupamos o INCRA uma vez para (apressar) dividir os lotes, isto nós não faremos nunca mais, mas na época fizemos. Ai fizemos os grupos, mas cada um em seus lotes, não tinha consciência política do que significava isto. O que aconteceu? No primeiro probleminha o pessoal estando nos seus lotes, separava, mas acho que foi um aprendizado (Assentado de União da Vitória).

Os depoimentos sugerem que a posse da terra, o tão sonhado lote individual foi aos poucos minando, reduzindo a coletividade e a cooperação. Quando cada família conseguiu realizar seu propósito, a posse da terra, desfez-se a base material da prática do trabalho em grupo. A necessidade de cooperação gerada pela situação indefinida e instável em relação ao lote de terra que a cada um cabia, aos poucos, com a posse definitiva do lote, foi superada pela vontade de trabalhar com sua família na sua propriedade individual. A partir deste momento, cada qual começou a preocupar-se, fundamentalmente, com aquilo que era seu, ou seja, sua propriedade e o trabalho passaram a ser familiar e individual. Era esta a forma de organização do trabalho que esses assentados conheciam: o trabalho familiar individual. Nesse momento, o próprio MST ainda não discutia a formação de cooperativas, a coletivização do trabalho e da propriedade. Discutia e incentivava a constituição de associações para a compra conjunta de máquinas e insumos para a produção agrícola.

Efetivado o assentamento das famílias, cada qual com seu lote de terra, os assentados começaram a perceber as dificuldades que teriam que enfrentar: valores culturais diferentes, clima e solo também diferentes do conhecido por eles e falta de mercado para os produtos cultivados. Tais dificuldades concretas, somadas ao conhecimento sobre organização da produção discutidas no MST, levaram os assentados a refletir sobre a criação de uma associação que ajudasse a resolver esses problemas.

Em 1987 começou-se a discutir como nós iríamos comercializar nossa produção e como nós iríamos comprar os insumos. Surgiu daí a idéia de criar a associação [...]e se conseguiu construir o armazém com secador, tinha também uma loja dentro da associação e também tinha um caminhão (Assentado de Vitória da Conquista).

Em 1988 foi fundada a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Fraiburgo, que começou a funcionar em 1989, após um período de discussão do seu estatuto. Segundo depoimentos, essa associação foi considerada um exemplo para os assentados do Estado devido à sua organização e liberação¹³ de grande número de militantes para o MST. Chegou a receber do Movimento um prêmio nacional.

Esta associação foi muito longe, fizemos um convênio com o qual foi feito o silo e o secador e tudo. Pelo nível de organização, veio este recurso de Brasília e não teve nem discussão, vinha direto para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Fraiburgo. Foi feito então o secador, a base da produção eram grãos, por isso foi feito o secador e o armazém, inclusive, na época, os técnicos faziam uma avaliação que ali seria nossa menina dos olhos do estado (Assentado de Vitória da Conquista).

A Associação enfrentava várias dificuldades em função do seu não reconhecimento como pessoa jurídica o que implicava em não poder vender, emitir nota fiscal e nem comprar. Os associados tinham que vender seus produtos como particulares, ficando a mercê dos comerciantes “atravessadores” que comparavam a produção por preços muito baixos. Houve muitos casos de não pagamento, cheques frios, atrasos no pagamento por parte dos comerciantes. Esses problemas levaram à discussão sobre a formação de uma Cooperativa de Prestação de Serviços para dar conta dos limites da Associação. As discussões iniciaram em 1998 e desembocaram na constituição da Cooperativa Regional do Contestado (Coopercontestado), que incorporou a Associação já existente. A idéia inicial era constituir uma cooperativa só dos assentados de Fraiburgo. No entanto, as discussões levaram à formação de uma cooperativa de caráter regional, que abrangem os assentados da região.

A associação ainda não foi dissolvida, só que com a associação se encontravam certas barreiras para comercializar, aí começou-se a discutir a idéia de uma cooperativa. A princípio, nós queríamos uma cooperativa só dos assentamentos de Fraiburgo. Foi aí quando começou a ganhar força a discussão da criação de uma cooperativa regional, de todos os assentados do planalto norte, Curitibaanos, Campos Novos, Lebon Régis e Fraiburgo. Ao invés de criar a nossa cooperativa local, foi criada a regional, a Coopercontestado, que foi criada em 1998. O centro administrativo e a sede

¹³ Para o MST, enquanto houver luta pela terra os assentados devem colaborar com esta luta, no entanto o trabalho na produção agrícola obviamente não permite que todos os assentados possam o tempo todo estar organizando e participando diretamente desta luta. Para isto as associações e as cooperativas liberam um associado para trabalhar no MST. São os chamados liberados, ou seja, são sócios da cooperativa liberados do trabalho da cooperativa para trabalhar no Movimento.

dela ficou no (então) Acampamento Chico Mendes, (hoje assentamento), foi aproveitado as instalações da antiga sede da Empresa (Pomasa) para ser a sede da Coopercontestado, pela facilidade de acesso e pela estrutura já pronta (Assentado de Vitória da Conquista).

Por exemplo, a (produção) da fruta, a idéia da cooperativa para a fruta, a idéia que se discutia era nos conseguir financiar nossa câmara fria, nosso próprio mercado. Mas até hoje não conseguimos recursos. Você colhe a fruta e você depende do mafioso da cidade, que tem a câmara, ou tu vende para eles ou aluga a câmara deles, ou você não tem onde colocar a produção. A plantação do pêssego foi feita sem planejamento (Assentado de União da Vitória).

Percebe-se uma crítica por parte dos assentados sobre o tamanho da cooperativa, os altos investimentos feitos e, ao tipo de produção e sobre o tipo de mercado que atende. Também é criticada a falta de discussão política mais ampla da cooperação, seu significado no contexto da luta pela reforma agrária, suas dificuldades e limites dentro da concorrência do mercado capitalista.

Se discutiu muito a cooperativa em cima de necessidades econômicas, se perdeu muito não tendo aquela idéia de cooperativa como formação política para combater um projeto, [...] ela foi muito em cima da necessidade achando que iria resolver o problema da produção de frutas, do feijão, e agora a gente tá vendo que não tá resolvendo bosta nenhuma. Além disto, muitas vezes o cara não tem benefício econômico com a cooperativa e ele se revolta com a cooperativa, porque se ele vender para a empresa ele vai ter dinheiro antecipado e a cooperativa não tem dinheiro. Faltou também um trabalho político na cooperativa regional, buscar mercado para o povo. Porque a idéia era nós buscarmos mais mercado para a mídia e não para o povo, fazer grandes embalagens, a nossa assessoria técnica da EPAGRI dizia assim: a apresentação do produto tem que ser X, principalmente na fruta, então nós começamos a botar caixa bonita, bandeja, uma apresentação, mas isso é para quem? Quem vai comer esta fruta? A apresentação é ótima mas o custo se eleva e compra só quem tem um certo nível e condição de vida de 10 salários acima e esquecemos que tem um povão, que nós podíamos fazer diferente, mais barato. Então com isto ainda estamos quebrando a cara (Assentado de União da Vitória).

Este depoimento apresenta uma das grandes questões do MST hoje, ou seja, como produzir e para quem produzir? Produzir para o mercado capitalista ou produzir para os excluídos deste mercado? Como conciliar a produção para os excluídos e as necessidades financeiras desta produção e da reprodução dos assentados? Em Fraiburgo e em outros assentamentos, a produção para o mercado submete os assentados às suas regras, o que

resulta em exploração. Já se conseguiu provar, via produtividade, que a Reforma Agrária é viável e necessária. No entanto, ainda não se conseguiu criar a liberdade dos trabalhadores que conquistaram a terra. É certo que a liberdade só é possível com a superação desta sociedade. Contudo, a produção e a vida nos assentamentos hoje, parece estar desviando os trabalhadores da busca da libertação.

Fundada em 1998, a Coopercontestado terá em 2001 sua primeira troca de direção. Ela abrange assentamentos de cinco municípios: Lebon Régis, Fraiburgo, Curitibaanos, Vargem e Campos Novos. Tem também, pequenos agricultores associados de Rio das Antas.

Não obstante e apesar de todas as estratégias políticas e de mercado tomadas pelo MST para que as suas cooperativas sobrevivam no mercado, elas têm passado por graves problemas financeiros. Os limites econômicos da cooperativa de Fraiburgo são percebidos pelo descontentamento dos associados. Segundo eles, foram feitos investimentos sem estudos de viabilidade econômica. A produção do pêssego, principal produto comercializado por eles está encontrando dificuldades devido à falta de infra-estrutura adequada para sua comercialização, essa tem levado à perda da produção na lavoura e resultado em preços muito baixos na época de venda do produto. Os assentados estão começando a arrancar os pés de pêssego e a substituí-los por outras plantações. A Coopercontestado, no intuito de melhorar a comercialização desse produto, promoveu em dezembro de 2000, a “primeira festa do pêssego”, a exemplo dos assentados de Campos Novos que há vários anos, com sucesso, vêm promovendo a festa da melancia.

As Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) existentes na área de abrangência da Cooperativa Regional, segundo um dirigente da mesma, (devido a uma lei que rege as cooperativas brasileiras) não podem ser filiadas diretamente como um coletivo, somente seus sócios individualmente é que podem. Ainda segundo essa pessoa, o INCRA não assenta os sem terra numa área coletiva, mas assenta individualmente. A formação de áreas coletivas depende das possibilidades reais e das capacidades dos assentados.

O MST tem como ideal de cooperação a constituição de CPAs. No entanto, o último grande assentamento do município de Fraiburgo, o Chico Mendes, não conseguiu formar nenhuma CPA e a outra ocupação, em vias de assentamento, conforme depoimentos dos assentados, também não irá formar nenhuma. Neste sentido, a adoção ou não de determinadas formas de cooperação são influenciadas pela conjuntura política e econômica do país e de cada região em particular. Dependem, em grande parte, da trajetória das famílias e de suas experiências anteriores, da sua constituição enquanto grupo

no acampamento, da identidade ali construída e, por último, dependem da capacidade das coordenações de acampamentos e de lideranças em formar politicamente os acampados para a cooperação. Além disso, a experiência dos outros assentamentos conta muito.

De 1985 a 1990 nós fizemos as nossas maiores ocupações, porque nós tínhamos um povo no campo e nós pegamos muita juventude, filhos de pequenos proprietários que não eram excluídos do processo produtivo. O pai dele tinha uma lavoura, tinha certas condições, então ele veio para a ocupação e tinha um nível de consciência política e um gosto de trabalhar na terra. As ocupações de 85 foram mais trabalhadas, mais preparadas. Depois com o Collor, com toda a repressão, infiltrações do governo e da polícia, nós fizemos arrastões nos bairros das cidades, não tinha mais como trabalhar 2 anos na consciência do povo que vai ocupar uma terra, você levaria mais policial do que sem-terra. Então o que nós fizemos? Arrastões, só quem não tinha emprego e quem já não tinha mais esperança, levamos os excluídos, começamos a trabalhar exatamente com os excluídos de verdade. Em função disto, nós tivemos problemas de formação de lideranças. Primeiro, tivemos que reeducar o povo. Neste ponto, é muito difícil, de uns anos para cá não conseguimos formar CPAs exatamente por causa disto. Você puxa um arrastão para o acampamento e depois você trabalha com ele, se o assentamento sai logo, aí você tem pouco tempo para trabalhar, se o assentamento demora para sair, o desgaste é muito grande, começa a dar problema interno, começa a dar mil e uma coisa. É a conjuntura que determina a nossa ação, então se a gente tiver que continuar fazendo arrastão, dificilmente sairá CPA (Assentado de União da Vitória).

Um fator que também dificulta a adoção de cooperativas é a burocracia oficial exigida para sua criação e implementação. São necessários registro da empresa, contabilidade e contador. Estas exigências são estranhas ao “modo camponês” de trabalho e de vida.

Na formação das CPAs existe muita burocracia e formalidade, se fosse pelo povo, não entraria nesta, porque tem que ter escritório, contador, muita burocracia, mas por enquanto não tem outro jeito, tem que ser legal senão não recebe recursos, então tem coisas que você tem que entrar dentro da burocracia sem querer (Assentado de União da Vitória).

A exemplo disto, a grande maioria das famílias assentadas encontra-se sob o regime de trabalho individual familiar, com exceção da Copercam, uma cooperativa de produção agropecuária (CPA), localizada no Assentamento Contestado. Ela é composta por cinco famílias associadas. Nessa cooperativa, a propriedade é coletiva e o trabalho é dividido em setores. As casas estão dispostas em linha reta, distantes aproximadamente 20

metros uma da outra e são servidas por uma estrada e por uma rede elétrica. As refeições são feitas num refeitório comum para todas as famílias.

As CPAs possibilitam além do trabalho coletivo, melhor aproveitamento da força de trabalho da infra-estrutura, a formação de agrovilas. O MST defende a formação de agrovilas, mesmo que a propriedade e o trabalho sejam individuais, devido a economia em infra-estrutura como água, esgoto, luz, estrada etc. e, principalmente, pela possibilidade de maior convívio social. A distância geográfica entre as moradias dificulta os encontros e a formação de uma cultura coletiva.

Existem estudos e projetos de assentamentos em que os lotes seriam divididos em forma de “raios-de-sol”, no centro da circunferência ficariam a escola, o posto de saúde, o pavilhão para encontros, a praça, enfim, uma área comum. Todos os lotes se encontrariam com este espaço coletivo central e as casas ficariam dispostas em forma de círculo, nos seus devidos lotes, ao redor do espaço público.

Outro formato de agrovilas proposto é a abertura de uma estrada ou travessão no meio da área desapropriada. As casas ficam dispostas ao longo desta via. Esta forma de agrovila já existe na Copagro de Campos Novos e na Copercam em Fraiburgo, ambas CPAs.

Se nós fossemos governo, nós defenderíamos com unhas e dentes esta idéia de agrovila, pela economia nas instalações da infra-estrutura. Também socialmente seria muito melhor porque seria mais fácil reunir o povo para discutir e conviver. Nós estamos discutindo nos acampamentos, que já são mais antigos, e que possivelmente serão assentados agora, mesmo que eles não queiram CPA, estamos discutindo agrovilas em forma de raio de sol, todos eles vão morar na cabeceira do lote, ou pode ser um linha reta (Assentado de União da Vitória).

À medida em que são percebidas as vantagens econômicas e políticas do trabalho e da propriedade coletiva, os Sem Terra podem ir constituindo-se as CPAs com mais facilidade, pois, toda a estrutura já estaria disposta de forma a colaborar com a formação das mesmas.

O potencial das agrovilas como formadoras de uma cultura coletivista é somente uma hipótese que está sendo testada na prática do MST. Os conflitos na vida coletiva em agrovila têm de serem resolvidos assim que aparecem. Ao contrário do que acontece nas formas tradicionais de organização espacial, em que a resolução dos problemas do dia-a-dia podem ser postergados, com a recolha do camponês a sua propriedade, podendo transformarem-se em profundas inimizades.

Eu posso falar pela experiência das nossas experiências de formar grupos coletivos, [...] eu fiz parte de 3 a 4 grupos coletivos. O que acontece, eu acredito que a gente foi criado dentro do próprio individualismo de nossos pais talvez, a gente foi criado totalmente individualista e que hoje a gente encontra muita dificuldade em se juntar porque cada um tenta mais pensar o lado dele, ninguém consegue se sujeitar a respeitar uma decisão tomada pelo grupo, eu quero que a minha prevaleça, porque eu fui criado desta forma. Dificilmente conseguimos respeitar uma decisão que foi tomada pelos outros (Assentado de Vitória da Conquista).

Nas conversas informais com os assentados e assentadas sobre o acampamento e os primeiros anos de assentamento, eles (elas) contam com saudades de tempos ainda não distantes e tão vivos em suas memórias. Entretanto, a sua realidade, a necessidade do trabalho diário para o mercado fazem com que a terra de outrora, na época de seus pais e de sua infância -“era terra para a vida”- hoje, se resume, principalmente, em “terra para o trabalho”.

Para o Movimento, a intenção da produção e do cooperativismo não é competir com as grandes cooperativas tradicionais. No entanto, quando pretendem demonstrar que a reforma agrária é viável através do desenvolvimento econômico do assentamento estão admitindo a competição no mercado. O cooperativismo proposto pelo MST é de resistência e enfrentamento. Parece que, isto ainda não está bem claro para os assentados, para aqueles que efetivam a produção e a cooperação no dia-a-dia. Parece que o suor dos trabalhadores assentados, assim como dos demais trabalhadores, está servindo para alimentar o sistema que deveria ser combatido.

Em Fraiburgo, pelo que se pôde perceber, a cooperação foi perdendo seu sentido mais amplo de auto-ajuda e de vida coletiva que os Sem Terra mantinham durante os anos de acampamento. Aos poucos, centrou-se no cooperativismo cujo objetivo foi melhorar o acesso ao mercado capitalista, ou seja, a organização baseada na solidariedade foi tornando-se uma organização para as relações mercantis. Há uma certa nostalgia na fala dos assentados quando se recordam do passado.

A cooperação no início era mais forte do que está hoje, mesmo que nós não tínhamos entendimento político de associativismo e da cooperação, mas tinha aquela tradição onde nós morávamos antes, fazendo mutirões para quem estava doente, fazia trabalho em grupo, faltava equipamento para alguém, arado, emprestava. As pessoas que saíam ou ficavam doentes não precisavam se preocupar com isso. Hoje foi perdido muito disso e agora a gente está tentando recuperar. Falando em um dos erros cometidos, é

aquela idéia de formar grandes cooperativas como nós fizemos aqui, para agregar valor no produto (Assentado de União da Vitória).

Nos assentamentos de Fraiburgo produz-se praticamente de tudo: frutas (pêssegos, nectarinas, ameixas, quiwi, uva, caqui), mandioca, milho, trigo, arroz, feijão, batata doce, batata salsa, amendoim, abóbora, pimentão, hortaliças e fumo. Lá são criados frangos de corte, bovinos para o trabalho na lavoura, para o leite e para a carne. Criam-se, também, suínos para o fornecimento de carne e banha.

Existem grandes diferenças econômicas entre os assentados. As propriedades mais desenvolvidas economicamente são as que adotaram a diversificação da produção e aquelas que produzem no lote tudo que for possível para a subsistência da família. Desta forma, quanto menos o assentado depende do mercado e consegue produzir no seu lote mais renda parece ter. Existem assentados em Fraiburgo que compram hortaliças e outros gêneros alimentícios nos supermercados da cidade, produtos facilmente produzíveis nos seus lotes. Ocupam suas energias e as melhores faixas de terra produzindo milho, feijão e fumo para o mercado.

Há a preocupação por parte do MST em inculcir nos assentados a percepção de produzir primeiro para a satisfação das necessidades básicas da família. Entretanto, tal intenção é suprimida pelas necessidades da vida em sociedade. Produz-se para o consumo, para comprar uma televisão, um carro, roupas, cadernos para os filhos, remédios e dinheiro para ir a um baile. Não haverá, como diz o MST, uma reforma agrária viável se não mudar o atual modelo econômico. Os assentados estão deixando de se encontrar para fazer política, conviver, organizar porque estão no seu lote, isolados, trabalhando. É preciso perder a ilusão de conseguir progredir no atual estado das coisas. É preciso que os assentados mantenham-se coesos e em movimento como era no acampamento, como sugere Grade (1998). Para a autora, o acampamento cria o novo e liberta. O assentamento, através da cooperação para o mercado, sufoca o novo.

O assentamento é a fase mais difícil para a organização e manutenção dos trabalhadores no e em Movimento. O trabalho na propriedade toma muito tempo da família. Dificulta sua participação nas atividades do MST e da comunidade. A participação é ainda dificultada pela distância entre as moradias, a falta de transporte e de meios de comunicação principalmente nos assentamentos individuais.

Atualmente, o município de Fraiburgo conta com aproximadamente 40 mil habitantes e é reconhecido como a “capital brasileira da maçã”, Esta fruta é a maior fonte

de renda do município, seguidos da produção de grãos como feijão e milho, alho e pêssego. A maçã é produzida quase que totalmente pelas grandes empresas agro-industriais devido à necessidade de alto investimento em insumos (adubos e agrotóxicos) e equipamentos. Os demais produtos são produzidos por propriedades familiares.

A necessidade de muito trabalho em determinados períodos do cultivo da maçã e do alho, faz com que o município seja procurado por trabalhadores temporários locais, de outras localidades e de outros estados. Muitos assentados complementam sua renda trabalhando na colheita do alho, inclusive estudantes da escola estudada nesta dissertação. Os estudantes ficam semanas sem aparecer nas aulas para trabalharem na lavoura do alho. Alguns alunos também se ausentam das aulas para trabalharem no “raleamento¹⁴” das macieiras. O afluxo de muitos trabalhadores beneficia as empresas pressionando os salários para baixo. Segundo depoimentos de assentados, as empresas demitem os trabalhadores no fim da colheita e para a safra seguinte vão à procura de força-de-trabalho mais barata. Elas não contratam os antigos trabalhadores que ficaram morando na cidade à espera desse tipo de trabalho. Este fator, aliado à falência de algumas empresas, fizeram com que o município tivesse em 1999, um dos maiores índices de desemprego no estado de Santa Catarina e, como corolário, graves problemas sociais.

Na segunda metade da década de 90, várias empresas produtoras faliram e, subsequentemente, foram ocupadas pelo MST, é o caso da empresa Pomasa, desapropriada e transformada no Assentamento Chico Mendes no final de 1998. Também, neste mesmo ano, foram ocupadas as terras da empresa produtora de maçãs União Frutas que ainda não foi desapropriada. Várias outras áreas de empresas falidas foram ocupadas, mas posteriormente, foi dada a reintegração de posse aos proprietários legais.

Em síntese, estão consolidados hoje no município de Fraiburgo cinco assentamentos de reforma agrária: União da Vitória (34 famílias), Vitória da Conquista (45 famílias), Rio Mansinho (12 famílias), Contestado (24 famílias) e Chico Mendes (40 famílias), somando um total de 155 famílias assentadas. A área de cada assentado gira em torno de 15 hectares (150.000 metros quadrados).

2.4 Educação e Escola no MST

¹⁴ Espécie de poda das árvores em que são escolhidos os frutos que permanecerão e poderão desenvolver-se e os que serão retirados por estarem em excesso.

Conforme um assentado em Fraiburgo, “o Movimento é minha escola, eu não tenho estudo, mas ninguém passa a perna em mim” (Assentado em Contestado), compreendemos o próprio MST como o “sujeito pedagógico” maior dos Sem Terra. A formação do “lutador do povo”, da sua consciência política se dá no dia-a-dia da luta social. A escola é apenas um aspecto, (também importante), da educação dos Sem Terra.

Logo que se implanta um acampamento, começa a educação das crianças, dos jovens e dos adultos, mesmo que a escola não exista. Nos assentamentos, a escola é uma das primeiras reivindicações dos assentados e sempre ocorrem conflitos com os órgãos oficiais de educação porque o MST visa implantar a sua proposta pedagógica e escolher os seus professores, simpatizantes ou companheiros que se formaram na luta social. O próximo item trata da proposta pedagógica do Movimento e da luta dos assentados de Fraiburgo pela Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio, objeto de estudo desta dissertação.

2.4.1 A proposta pedagógica do Movimento Sem Terra

O MST, através do seu Setor de Educação desde 1986, vem realizando encontros dos professores de assentamentos e acampamentos para discutir sobre a educação adequada e desejada pelos trabalhadores rurais (Passos, 1997). Deste período até hoje, o Setor de Educação também elabora e distribui materiais didáticos destinados aos educadores. Aprendendo com a prática da educação durante longos anos, “transformando e transformando-se”, o Movimento construiu uma proposta pedagógica própria, um Setor de Educação estruturado e um Curso de Magistério em Veranópolis - RS¹⁵.

Para Caldart (2000), o MST é o “sujeito pedagógico” que educa e acaba envolvendo a escola formal, transformando-a ou moldando-a à sua imagem e às suas necessidades. Para a autora, não é possível compreender a experiência de educação do MST quando se olha somente para a escola e não se considera o conjunto do MST em sua dinâmica histórica, que inclui a escola. Neste sentido, deve-se compreender que a “educação pode ser mais que educação, e que a escola pode ser mais que a escola, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nesta realidade.” (op cit: 143)

Suas matrizes pedagógicas básicas são extraídas do processo de formação dos Sem Terra, ou seja, do próprio Movimento, da luta pela Reforma Agrária, do processo de

humanização e da construção da identidade Sem Terra. A Pedagogia do Movimento está em Movimento e transforma-se transformando. O MST não criou uma pedagogia nova, mas uma nova forma de lidar com as matrizes pedagógicas existentes, ele não se filia a nenhuma delas, mas põe todas elas em movimento (MST, 1999).¹⁶

O MST sugere as seguintes pedagogias para suas Escolas de Ensino Fundamental:

* “Pedagogia da Luta Social” – Brota da aprendizagem da luta que o Movimento propicia. Ensina que:

Nada é impossível de mudar e quanto mais inconformada com o atual estado de coisas mais humana é a pessoa [...] Numa Escola do MST, além de garantirmos que a experiência de luta dos educandos e de suas famílias sejam incluídas como conteúdo de estudo, precisamos nos desafiar a pensar em práticas que ajudem a educar ou a fortalecer em nossas crianças, adolescentes e jovens, a postura humana e os valores aprendidos na luta. (MST, 1999:7).

* “Pedagogia da Organização Coletiva” – Nasce da identidade Sem Terra, construída na organização MST desde o acampamento até a vida no assentamento. O integrante desse Movimento sente-se parte de uma “grande família” com um passado comum e construtores de um mesmo futuro (MST, 1999).

No MST esta pedagogia tem também a dimensão de uma **pedagogia da cooperação**, que brota das diferentes formas de cooperação desenvolvidas nos assentamentos e acampamentos. [...] É o desafio permanente de quebrar pelas novas relações de trabalho, pelo jeito de dividir as tarefas e pensar no bem-estar do conjunto das famílias, e não de cada um por si, a cultura individualista. [...] Uma escola que se organiza do jeito do MST, educa principalmente através das novas relações sociais que produz e reproduz, problematizando e propondo valores, alternando comportamentos, desconstruindo e construindo concepções, costumes, idéias. E quando a escola funciona como uma cooperativa de aprendizagem, onde o coletivo assume a co-responsabilidade de educar o coletivo, torna-se um espaço de aprendizagem não apenas de formas de cooperação, mas principalmente de uma visão de mundo, ou de uma cultura, onde o ‘natural’ seja pensar no bem de todos e não apenas de si mesmo (MST, 1999:7 e 8).

* “Pedagogia da Terra” - Provém da vida e do trabalho na terra e da luta por ela, das lições que podem tirar disso: a percepção de que as coisas não nascem prontas. Ao

¹⁵ A Escola Josué de Castro faz parte do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), além do Magistério ministra outros cursos.

¹⁶ O “Caderno de Educação n. 9”, publicado em 1999, que serve de base para tratar da pedagogia do MST, é uma síntese da prática e do pensamento pedagógico do MST. Ele recupera outros documentos importantes sobre a educação do Movimento como: o “Boletim da Educação n. 1 – Como deve ser uma escola de assentamento” de 1992; “Boletim da Educação n. 4 – Escola Trabalho e Educação” de 1994; “Caderno de Educação n. 8 - Princípios da Educação no MST” de 1996 e outros documentos.

contrário, precisam ser cultivadas. Os educandos e educadores devem ser desafiados a praticar atividades diretamente ligadas à terra (MST, 1999:8).

* “Pedagogia do trabalho e da produção” - O trabalho identifica o Sem Terra com a classe trabalhadora. “As pessoas se humanizam ou se desumanizam, se educam ou se deseducam, através do trabalho e das relações sociais que estabelecem entre si no processo de produção material de sua existência” (MST, 1999:9). Pelo trabalho, os educandos produzem conhecimentos, habilidades e formam sua consciência. O trabalho em si mesmo tem uma potencialidade pedagógica e a escola pode torná-lo mais educativo à medida que ajude na percepção dos vínculos do trabalho com as demais dimensões da vida. “Por isto, a nossa escola precisa se vincular ao mundo do trabalho e se desafiar a educar também para o trabalho e pelo trabalho” (MST, 1999:9).

Além dessas, o MST ainda elenca a “pedagogia da cultura”, “da escolha”, “da história” e “da alternância”. Para efeito desta pesquisa, as pedagogias transcritas são as mais próximas da realidade da “Escola Agrícola” aqui estudada. Nesta escola, é adotado o trabalho na terra, desenvolvido através da Cooperativa dos Estudantes, como uma de suas matrizes pedagógicas.

A escola para o Movimento deve ser uma escola pública, integrada à vida e ao trabalho do campo, à luta dos Sem Terra, que integre a comunidade na prática educativa, uma escola que forme sujeitos críticos para a luta social. O MST propõe uma educação “de classe, massiva, orgânica, para o trabalho e a cooperação e para a transformação social”¹⁷ (MST, 1994 e 1999).

Para Vendramini, os Sem Terra vêem a educação como um processo que se realiza na vida, no assentamento e na escola. “A educação é pensada em termos de construção de um saber que tenha como fundamento a realidade concreta dos grupos ligados aos MST, deve estar comprometida com os seus interesses e lutas, sendo seu papel o de fortificar a capacidade de resistência e de organização dos assentados” (Vendramini, 1992:127).

O MST, além de estar desenvolvendo sua pedagogia, também está participando, juntamente com outros movimentos sociais do campo, da construção de uma pedagogia e de uma “educação do campo”. A Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo” realizada em 1998, na cidade de Luziania – GO, é parte desse intento. Durante o evento, discutiu-se a situação da educação do campo e constatou-se que a educação nas escolas rurais hoje, não é pensada pelo campo e pelos seus moradores. Ela é apenas uma

educação pensada “para o campo” por educadores que não levam em conta a vida e a cultura do meio rural.

O grau de transformação da escola depende do grau de organização dos Sem Terra, das correlações de forças e da conjuntura política e econômica geral. Cada assentamento ou acampamento terão a educação que conseguirem conquistar. Terão de lutar para Ter, no mínimo, o ensino básico e se tiver forças para tanto, implantarem a pedagogia do movimento. Nos assentamentos de Fraiburgo a luta pela educação começou logo depois da implantação do assentamento e continua até hoje, como será visto a seguir.

2.4.2 A ocupação da escola nos assentamentos de Fraiburgo

A Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio, *locus* desta pesquisa, situa-se no Assentamento de Reforma Agrária União da Vitória, município de Fraiburgo, SC, na região do Planalto Central Catarinense, uma das regiões mais frias do país. No ano de 2000, estavam matriculados 68 alunos, 19 alunos na 5ª série, 22 na 6ª, 15 na 7ª e 12 na 8ª, sendo 15 alunos do Assentamento contestado, 4 do Assentamento Rio Mansinho, 17 do Assentamento União da Vitória, 10 do Assentamento Vitória da Conquista, 14 do Chico Mendes, 4 estudantes filhos de não assentados, (pequenos proprietários vizinhos do assentamento) e 4 alunos vindos de outros assentamentos da região, abrigados pelos assentados que moram próximos da escola.

A escola em questão, como já mencionamos, tem sua sede no Assentamento União da Vitória, que faz divisa com o Assentamento Vitória da Conquista. Alguns alunos desses dois assentamentos moram até 5 Km de distância da escola. Os assentamentos Rio Mansinho e Chico Mendes ficam cerca de 8 km de distância da escola e separados da mesma e de dois assentamentos vizinhos por uma fazenda de criação de gado pertencente à empresa Perdigão. O assentamento Contestado é o mais distante de todos. Fica situado a 15 km de distância da escola. Os estudantes que moram mais de 3 Km distante das escolas são transportados por ônibus pagos pela prefeitura municipal. Existem casos em que o isolamento é tamanho que as crianças precisam andar por vários quilômetros para chegar na via do ônibus que as levarão à escola.

¹⁷ MS T - Escola trabalho e cooperação - Boletim da Educação n.4, 1994.

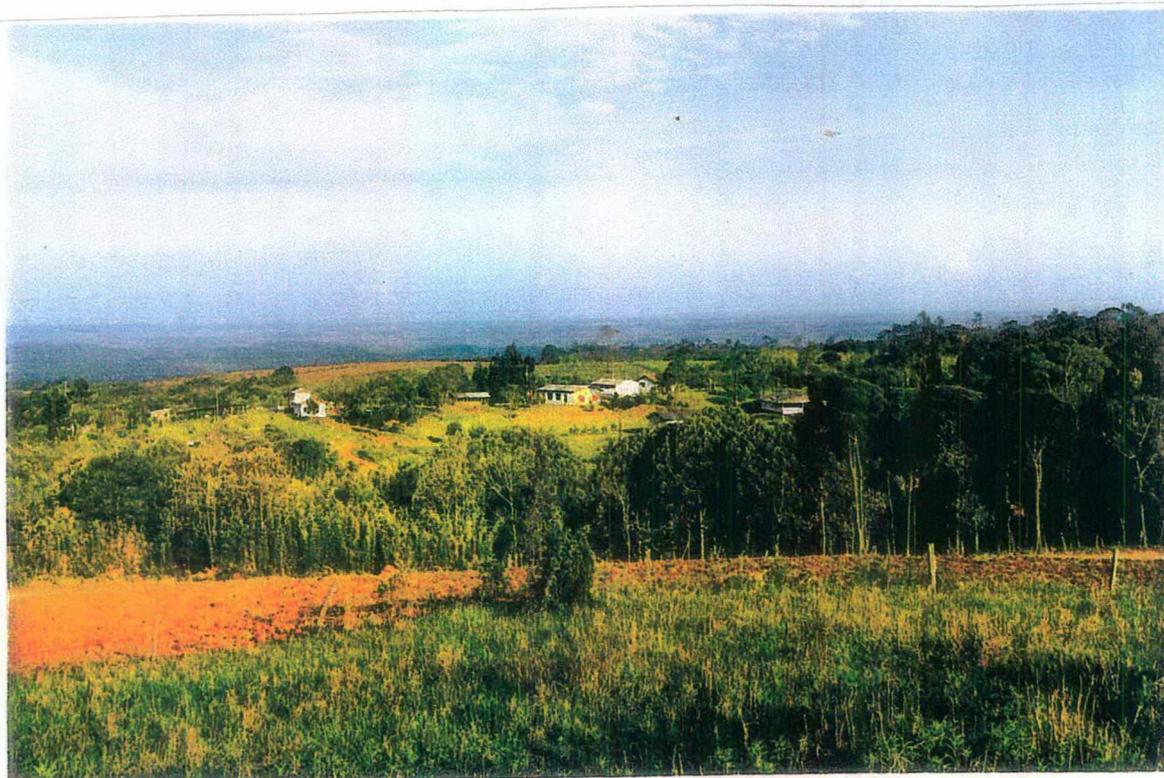


Figura 2 – Vista da "Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio"

Foto: Dan Baron Cohen

As estradas que servem os assentamentos e demais famílias, são de terra com cobertura de cascalho. Seu estado de conservação é razoável. Porém, em dias de chuvas mais fortes, as aulas são canceladas por falta de condições de tráfego para os ônibus escolares. A conservação das estradas é de responsabilidade da prefeitura, que recebe verbas do INCRA para tal.

Para conseguir a instalação da Escola Agrícola no assentamento muita luta foi necessária. A consciência dos assentados sobre a importância da educação e a vontade de lutar pela escola nos assentamentos, foram frutos da aprendizagem e da formação que o próprio Movimento propiciam aos seus integrantes na luta pela reforma agrária.

Porém, antes de chegar aos momentos atuais, já com uma elaboração teórica para a educação do meio rural e, principalmente, dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária do MST, muita prática pedagógica espontânea e a luta por educação escolar foram travadas. Em Fraiburgo, por exemplo, antes da conquista da "Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio" houve um longo processo de discussão e luta para a constituição da educação escolar formal no assentamento. Esse processo começou ainda no

acampamento. Os assentados destacam a atuação da Sem Terra educadora Margarete Santin.

Nós tivemos uma vantagem que poucos assentamentos tiveram, nós na época da ocupação em Abelardo Luz, com um acerto com o Governo Federal fomos para Faxinal dos Guedes e ficamos quase um ano numa área provisória. Então lá nós tínhamos a Margarete Santin, e a vida dela foi pensar educação, ela trabalhava de forma espontânea, a prefeitura não assumia nada, ela trabalhava com as crianças no acampamento fazendo manifestação, passeata, bandeiras, era incrível, ensinava ler, escrever, fazer desenhos. [...] Ela veio junto para cá, (Assentamento União da Vitória) e a educação ela já tinha pensado no acampamento e foi a primeira coisa que ela quis fazer aqui. Então a educação que tivemos e temos, apesar dos problemas, nenhum assentamento teve isto. Antes de construir a escola ela dava aula debaixo de uma árvore de açoita-cavalo, ela reunia as crianças e fazia teatro, era muito criativa (Assentado de União da Vitória).

A educação formal e a construção de salas de aula para os Sem Terra são uma reivindicações imediatas após a efetivação do assentamento.

Uma das lutas dentro do Movimento era em relação à educação, entendíamos que não adianta apenas ter a terra, trabalhar e não se ter uma formação (Assentado de Vitória da Conquista).

Os assentados de União da Vitória, Vitória da Conquista e Rio Mansinho fizeram o pedido da construção da escola das séries iniciais do ensino fundamental à Coordenação Regional de Ensino (CRE) de Caçador que, por sua vez, os enviou à diretora da CRE de Fraiburgo para conversar com os assentados.

Ela disse que não ia dar escola e se as crianças quisessem estudar que fossem para Santa Luzia e na época tinha só uma madeira para passar por cima do rio. Dissemos não! As crianças não vão! São uns 8 km de distância e dissemos que nós conseguiríamos a nossa escola mesmo que fosse a pau. Ai conseguimos as duas escolas de 1ª a 4ª série (Assentado de União da Vitória).

Através da organização e da pressão conseguiram que fossem construídas duas escolas, uma em cada assentamento. A princípio, os prédios foram feitos de madeira e, depois, substituídos por construções de alvenaria que correspondem hoje, à Escola Isolada Nossa Senhora Aparecida e à Escola Isolada 24 de Junho.

Cientes do preconceito e da oposição aos sem-terra por parte da população urbana de Fraiburgo, eles começaram a pensar na educação para os seus filhos após a 4ª série. Também havia um forte desejo por parte dos assentados de construir uma escola voltada para a realidade rural.

Mas daí começamos a pensar se a gente é discriminado, como que depois as crianças que terminaram a 4ª série não vão ser discriminadas na cidade, não vão aceitar nossos filhos e começamos a querer o ginásio (Assentado de União da Vitória).

A discussão girava em torno da implementação da escola que não atendesse apenas aos alunos das séries finais do ensino fundamental, mas que, também, servisse para os assentados, para sua formação escolar e profissional.

Antes da criação da escola agrícola, no "Centro" eram ministrados cursos de capacitação profissional para os assentados. Teve várias turmas, eu participei de três que fiquei sabendo, teve curso de gado leiteiro, de administração rural e o último de apicultura, os cursos foram excelentes. (Assentado de Vitória da Conquista)

Eles pretendiam uma escola na qual tivessem autonomia para fazê-la do jeito que lhes interessasse e voltada à realidade dos assentados para contribuir com a resistência e com a luta pela terra.

Tinha na época gente dentro do Incra com vontade de fazer a reforma agrária e aí chamamos o pessoal para fazer a discussão, mas já com uma idéia política de nós termos uma escola não simplesmente de 1º grau, mas também agrícola, que fosse uma escola adaptada, que falasse da nossa realidade, que não tivesse vergonha de falar da Reforma Agrária, do nosso passado, da nossa história e que ensinasse os nossos filhos a gostar da terra, porque deu muito trabalho de conseguir esta terra, então o povo deveria gostar da terra, (queríamos que fosse escola agrícola) para que os nossos filhos permanecessem na terra e aprender a trabalhar com ela. Porque nós fomos ensinados a passar veneno e não propriamente cuidar da terra. Na luta pela escola agrícola, tinha muito solteiro no assentamento, e todos eles participavam das reuniões que se discutia a escola, porque sabiam que um dia teriam filhos para estudar lá. A conquista da escola unificou os dois assentamentos na época (Assentado de Vitória da Conquista).

No dia 06 de junho de 1988, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e a Secretaria de Estado da Educação, sob a responsabilidade da 14ª

Coordenação Regional de Ensino (CRE), criaram o “Centro de Apoio e Desenvolvimento Comunitário Rural”. Firmaram um contrato assumindo a gestão administrativa, pedagógica e financeira deste “Centro” que corresponde às atuais estruturas físicas da Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio. Porém, logo a comunidade percebeu que não tinha participação na gestão do “Centro”, o que gerou descontentamento e indignação. Formaram-se comissões de discussão e de elaboração de propostas para implementar mudanças que permitissem autonomia da comunidade na condução do “Centro”. Utilizando-se do Decreto nº 911 de 19 de novembro de 1987, pelo qual o governo do estado instituiu os Conselhos Comunitários Escolares para a administração das unidades escolares do estado de Santa Catarina, os assentados criaram o “Conselho de Apoio e Desenvolvimento Comunitário Rural da Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio”. O estatuto do Conselho foi elaborado pelos próprios assentados, aprovado no dia 04/07/89, publicado no Diário Oficial nº 13.809 no dia 20/10/89 (Silva, 2000).

Formamos um conselho, nós não queríamos APP, era um Conselho Comunitário Rural que administraria. O estado tinha o compromisso de pagar os funcionários, a Funabem construiria a estrutura e repassava algum recurso para subsídio e nós escolheríamos os professores, até hoje nós (Conselho Comunitário) temos autonomia para isto (Assentado de Vitória da Conquista).

Finalmente, no dia 15 de fevereiro de 1990, através da portaria 067/90, a Secretaria Estadual de Educação instituiu as séries finais do ensino fundamental. A comunidade fez questão que o ensino na escola tivesse um caráter de formação para o trabalho agrícola.

Os filhos dos pequenos agricultores estão todos indo para a cidade, cada vez mais a população sobrando nas periferias das cidades, cada vez menos agricultores e maior concentração de terra na mão de menos gente. Então estes são motivos para que a escola fosse agrícola e se criar uma estrutura para incentivar a criança a ter aquilo que a criança precisa, aqui na escola, não ir buscar lá na cidade. Então nós todos tendo estes benefícios aqui foi uma forma que encontramos para manter pelo menos parte destes nossos filhos na agricultura. Mesmo que não conseguissem ter condições de estudar mais tempo, com a escola agrícola pelo menos a criança já iria aprender a ser um agricultor melhor que nós, um agricultor mais bem preparado que nós (Assentado de Vitória da Conquista).

Tabela 1 – Alunos matriculados na Escola Agrícola por ano e por séries.

Séries	Ano Letivo											
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
5 ^a	20	14	20	9	24	10	8	29	24	28	24	19
6 ^a			7	16	5	13	9	12	14	21	28	22
7 ^a				4	14	4	6	9	5	12	14	15
8 ^a					4	12	3	5	5	5	12	10
Total	20	14	27	29	47	39	26	55	48	66	78	67

Na tabela acima pode-se ter um panorama geral da evolução das matrículas efetuadas na escola durante sua existência. Entre os anos de 1989 e 1990 antes do reconhecimento oficial da Escola, já havia aulas para pressionar a Secretaria Estadual de Educação. Em 1995, percebe-se uma queda significativa de alunos, que coincide com o ano em que as verbas para o setor agrícola são cortadas pelo governo. Contudo, não se pode afirmar que queda se deva a essa causa. Analisando os números de alunos de uma série que no ano seguinte deveriam matricular-se na série seguinte, percebe-se que, invariavelmente, ele cai. Tal fato sugere que o aluno não passou de ano, desistiu ou matriculou-se em outra escola.

A área da escola possui 36 hectares de terras planas, com quatro banhados (terras baixas e úmidas) dos quais, três foram transformados em açudes para a criação de peixes. Para as atividades escolares propriamente ditas, existem dois prédios de alvenaria: um composto por uma sala de aula e uma outra sala menor, transformada em sala dos professores, biblioteca e secretaria, todas no mesmo espaço; o outro prédio, um pouco menor, compõe-se de uma sala de aula e de um pequeno depósito.

Para a prática agrícola, a escola possui um aviário, uma pocilga, um trator, um micro-trator e demais implementos necessários para os trabalhos na lavoura. Além disso, tem um refeitório e duas casas de madeira para a moradia de professores. Foi também transformada em moradia de professores uma outra construção que, em princípio, serviria de depósito. Próximo das salas de aula foi construído um posto de saúde para atender à comunidade que não funciona por falta de médico.

A escolha dos professores e a pedagogia a ser adotada nas escolas dos assentamentos são pontos centrais das dificuldades e conflitos com os órgãos oficiais de educação. O setor de educação do Movimento produz materiais didáticos para a orientação dos seus professores. Além de um curso de magistério para a formação dos mesmos. Neste

sentido, há uma tensão permanente entre o poder público (com sua proposta pedagógica oficial e professores concursados) e o Movimento Sem Terra com sua proposta pedagógica e seus professores oriundos dos acampamentos e dos assentamentos.

Uma constatação importante que deve ser evidenciada é o interesse que a escola vem despertando na sociedade. Ela é muito visitada por indivíduos das universidades, da imprensa, ONGs e outros. Os cursos de pedagogia de educação física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) vem há quatro anos, desenvolvendo seus estágios na escola. Esse interesse é fruto da proposta pedagógica que a escola vem desenvolvendo.

De uma forma geral, entende-se o processo de constituição e desenvolvimento da educação nos assentamentos de Fraiburgo e, em especial, da Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio como uma das dimensões da luta do MST pela reforma agrária no Brasil. Os avanços e as dificuldades da escola são reflexos desse processo. A manutenção da escola voltada para o ensino agrícola, apesar das dificuldades, é possível (ou quase impossível) pela determinação dos assentados.

Capítulo 3

Aprendendo a Cooperar: a cooperativa dos estudantes na Escola como um instrumento de formação dos pequenos trabalhadores Sem Terra

As vantagens da divisão e da organização coletiva do trabalho são os pressupostos que justificam a adoção dessa forma de organização nos assentamentos. Na produção capitalista, estas vantagens são apropriadas pelos donos dos meios de produção, que são os agentes da divisão do trabalho e da junção dos trabalhadores neste processo. Nas cooperativas do MST, estas vantagens podem ser apropriadas por todos os associados. A organização coletiva do trabalho propicia, além das vantagens econômicas, novas vivências que vão constituindo experiências fundadas na cooperação entre as pessoas e na solidariedade, prosseguindo na organização dos trabalhadores, via MST, para a conquista da Reforma Agrária e de transformações sociais.

A educação se constrói na vivência desta luta e a escola é considerada como um dos espaços educativos, devendo estar inserida nesta realidade e produzir/socializar conhecimentos com base nesta mesma realidade. Desta forma, a escola do MST busca educar as pessoas com base na luta social, no trabalho e na cooperação tal como pode ser verificado na sua Proposta Pedagógica.

Na Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio a experiência da Cooperativa dos Estudantes é bastante recente. Ela existe há três anos e, por este motivo, não permite que se tire conclusões sobre o aprendizado da cooperação na escola e sua influência futura na escolha dos alunos em serem trabalhadores coletivos em uma CPA. Isto vai depender de um conjunto de fatores objetivos e subjetivos, de um futuro que ainda não aconteceu. Pode-se, contudo, analisar o cotidiano da Escola, o processo em si, suas possibilidades e limites em um meio em que não se vivencia (ou só de forma limitada) a experiência do trabalho coletivo e da cooperação no dia-a-dia dos assentamentos, de propriedade individual-familiar.

3.1. A Presença do MST na Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio

Nesta escola, a maioria dos educandos são filhos de assentados, conhecem e discutem sobre as atividades do MST. Participam de atividades, como os Encontros da Juventude do MST, dos “Sem Terrinhas”, de passeatas e protestos, das atividades culturais, políticas e religiosas na própria comunidade e outras. Dois alunos da 8ª série participaram da “Marcha Nacional” em 1998, e ficaram incumbidos de fazer um relatório de sua experiência para os demais estudantes da escola. Outros, junto com os pais, participam de ocupações. Os professores, escolhidos pela comunidade¹, incluem a luta social nos temas tratados em sala de aula.

Para todos os alunos, a Escola faz parte do Movimento porque foi ele quem possibilitou sua construção, ou seja, se os Sem Terra não tivessem ocupado aqueles latifúndios, resistido na terra e lutado pela Escola, ela não existiria.

[...] foi do movimento que surgiu a escola, uma idéia dos próprios assentados e dos líderes do MST (Estudante da 8ª série).

Ela é uma escola dentro de um assentamento do MST e atende às pessoas do MST (Estudante da 7ª série).

Se não fosse o Movimento a escola não existiria (Estudante da 6ª série).

É uma escola que o MST ajudou a construir. O MST ajuda a escola e a escola ajuda o MST (Estudante da 5ª série).

Para alguns alunos, o vínculo da Escola com o MST não se dá somente pelo fato dela ter sido conquistada por ele. Avançam na compreensão do que é ser escola do Movimento, complementando suas respostas ao afirmar que a Escola ensina sobre o MST e adota sua pedagogia, trabalha os ideais do Movimento, discute a realidade brasileira e os fatos que acontecem na luta pela terra no país. Os alunos parecem compreender que o fato de estar localizada em área de assentamento e ter sido conquistada pelo MST, não basta para ser considerada “Escola do Movimento”, para isto ela precisa estar “Em Movimento”.

¹ Os professores são indicados pelo Conselho de Pais com o aval da comunidade e do MST, o que gera “má vontade” e conflitos com a CRE.

[...] Porque a escola tem como lema formar um aluno com consciência crítica, ou seja, formar cidadãos com coragem de erguer a mão e dizer não para as injustiças (Estudante da 8ª série).

Sim, porque luta junto com o MST por um Brasil e por um mundo melhor (Estudante da 7ª série).

Muito, porque ela foi fundada com a ajuda de todos os assentados e os professores ensinam muito sobre o MST (Estudante da 6ª série).

Sim, porque ela luta junto com a reforma agrária (Estudante da 5ª série).

A ligação da Escola com o Movimento faz com que ela se diferencie das demais escolas. Todos os alunos, com exceção de apenas um, responderam que a Escola Agrícola possui características que a torna singular entre as demais da região.

Para alguns deles, esta singularidade concretiza-se na existência de maior liberdade de expressão e de uma relação de amizade entre professores e alunos. O leitor poderia argumentar que esta amizade é facilitada pelo fato de todos se conhecerem naquela comunidade. Embora este argumento tenha uma certa validade, parece não ser determinante. Esta relação de amizade também está vinculada ao reconhecimento recíproco de todos serem companheiros de uma mesma luta.

A diferença é que a Escola Agrícola tem mais espaço para falar as idéias, e as outras tem pouco tempo para ter comunicação com os professores e outros colegas (Estudante da 8ª série).

Ela também é vista como diferente das outras escolas porque é agrícola, tem aulas práticas e os alunos organizam-se pela CEPRA. Percebe-se uma valorização da escola por ela trabalhar com as questões relacionadas ao dia-a-dia dos estudantes, nela aprendem a se valorizarem como agricultores.

Nesta escola tem cooperativa de alunos, tem brigadas e aulas práticas (Estudante da 5ª série).

A escola agrícola ensina diferentes tipos de aprender as coisas. Ensina as formas de viver na agricultura. Não tudo, mas um pouco. As escolas na cidade não ensinam a forma de viver na agricultura (Estudante da 5ª série).

Outro aspecto que aparece é que as escolas da cidade (Fraiburgo) são muito exigentes em relação ao estudo e ao uniforme.

O estudo na cidade é mais forte que aqui (Estudante da 7ª série).

Nas escolas da cidade existe muita exigência, tem que ir de uniforme, os professores são muito exigentes, querem mais do que a gente pode dar (Estudante da 7ª série).

[...] Aqui ninguém dá importância à roupa que o outro usa e sim ao seu caráter (Estudante da 7ª série).

A visão de que o ensino nas escolas da cidade é “mais forte” talvez tenha sido um dos motivos para alguns pais retirarem seus filhos da Escola Agrícola e colocá-los na cidade de Fraiburgo, distante aproximadamente 20 Km do assentamento. Somados a este fator supõe-se que tenha a questão da divergência de alguns pais com a orientação política da escola.

A Escola Agrícola nunca exigiu uniforme escolar. Este fato não resulta da recusa dos estudantes em usá-lo por questões de estética ou qualquer outra, mas da compreensão das dificuldades econômicas de algumas famílias para compra-lo.

Os depoimentos dos pais também tratam da questão da não obrigatoriedade do uniforme e do pouco custo em manter os estudantes na escola. A permissão de usar qualquer roupa na Escola decorre de um entendimento político humanista: o de não excluir ou discriminar estudantes mais pobres e, também, de valorizar o ser humano pelo que ele é. Ali são todos Sem Terra, alguns em melhores condições econômicas que os outros, mas não há discriminação, pelo menos por parte da direção da Escola. Se ela existe entre os alunos, não se pode afirmar com certeza, mas seguramente é menor do que em outras escolas. Alguns depoimentos e a observação do dia-a-dia na Escola e nos assentamentos permitem que se observe a ausência desta discriminação de caráter econômico.

Ah! A Escola Agrícola pra nós é melhor. Porque ela é de menos despesa, desde a roupa da criança. Porque lá, indo de qualquer jeito, limpinho eles recebem. Porque lá fora não (nas outras escolas), tem uniforme, uma taxa para pagar por mês. E ali não, a criança tem aula prática, vão dois dias por semana meio período, mas pra nós é mais fácil (Assentada em Chico Mendes).

Olha eu vou ser bem sincera pra você, eu acho melhor aqui do que na cidade. Sei lá, eu não tenho o que me queixar da Escola Agrícola. [...]

Diferença é que na cidade tem que ir bem vestido. Aqui não, estando bem limpinho, for do que jeito que for. Pra gente que é da roça, é pobre é melhor. E depois aprende, o meu filho aprendeu muita coisa na Agrícola: plantar, fazer canteiro. Foi ele quem nos ensinou a fazer canteiro, aquela estufinha (Assentada em Chico Mendes).

Nos assentamentos, ao contrário da cidade, não se dá muita importância para o jeito de vestir, a pessoa não é julgada pela aparência, é comum algumas crianças irem para a Escola descalças. Estes estudantes, se não existisse a escola no assentamento, dificilmente iriam estudar na cidade, onde há uma discriminação do rural, em grau maior dos Sem Terra e maior ainda a um “colono”, Sem Terra e descalço.

Todas estas diferenças apontadas pelos alunos, são possíveis pela presença do MST nesta escola. Esta presença possibilita que os alunos se identifiquem pelo lugar que ocupam nesta sociedade e pela vontade de querer mudá-la para que tenham existência plena como seres humanos.

A escola é socialista. Com idéias de mudar o país e porque é uma entidade do MST para que (os alunos) aprendam a vida digna, não como na cidade – injustiça e briga. Isso devido à falta de ensino nas escolas públicas pois o governo quer fazer a cabeça dos jovens do jeito que eles querem! (Estudante da 8ª série).

As diferenças são que esta escola estuda e luta por uma sociedade melhor e as outras não (Estudante da 7ª série).

[...] ela também ensina e faz com que a gente reconheça nossos valores e acima de tudo é uma escola que luta pelos direitos do povo e não da burguesia (Estudante da 7ª série).

Fato marcante nesta escola e na comunidade é a preocupação dos pais para que seus filhos não abandonem o trabalho na terra para irem para a cidade. A cidade é mostrada como um lugar degradado e perigoso, onde reinam drogas e corrupção. Este entendimento aparece em vários momentos como reuniões, festas, conversas informais, nas salas de aula e manifestou-se de maneira mais explícita em um teatro apresentado pelos alunos no Encontro Estadual do MST em Chapecó, em 1998. Era contada a história de um jovem que à revelia dos pais foi tentar uma vida melhor na cidade, atraído pela visão apresentada pela televisão, de felicidade e vida boa. O jovem foi e logo se viciou em drogas e virou traficante por influência das más amizades que fez. O relatado drama não está longe da verdade sobre o destino de grande parte de jovens atingidos pelo êxodo rural. Desta forma, há uma luta constante para manter os jovens em casa, evitando que sejam

atraídos pela promessa de felicidade na cidade. No entanto, a vida dos jovens nos assentamentos e no meio rural, em geral, não é nada atraente devido às poucas possibilidades de lazer, de continuação dos estudos e, principalmente, pelas dificuldades econômicas da agricultura familiar. O MST, com sua luta e sua mística, está conseguindo valorizar e recriar o espaço rural² afirmando certos aspectos e transformando outros.

Quando perguntados se existe diferença entre a “Escola Agrícola” e as outras escolas estaduais, todos os professores indicam claramente que ela existe e se expressa primeiramente pela abordagem de temas ligados à luta de classes. Por ser uma escola vinculada ao MST, na escola são celebradas datas comemorativas e personalidades históricas ligadas à luta dos trabalhadores. A auto-organização dos alunos também é referida pelos professores. A existência da cooperativa dos alunos é feita pela auto-organização. Eles discutem e planejam as atividades práticas, não só agropecuárias, mas também, atividades culturais como teatros e festas. Os professores ainda alegam que há diferença entre esta escola e as outras pela possibilidade da junção entre a teoria e a prática no ensino agropecuário e, por último, pelo envolvimento da comunidade com a escola.

Para os professores, as propostas do MST estão sendo implementadas em parte pelo estudo da realidade local, da agroecologia, do vínculo com a luta do Movimento e da auto-organização dos estudantes. No entanto, a maior dificuldade é a formação de um coletivo de professores que facilitaria a implantação do ensino por “temas geradores”,³ que ainda não foi consolidado. Tal ensino ajudaria na vinculação da teoria ensinada em sala de aula, pelas disciplinas curriculares, com a prática da agricultura.

Por não estarmos trabalhando com temas geradores não se trabalha integrando as disciplinas (Professor).

[...] os professores ainda trabalham de uma forma muito individualizada (Professor).

É um processo lento e progressivo. Se está sendo implantada a proposta do MST posso afirmar que sim pelos frutos que estamos colhendo, através dos nossos novos militantes e companheiros, os alunos (Professor).

² Wanderley (1997) e Silva (1997) discutem a necessidade de se pensar em novos critérios para definir o espaço rural, uma vez que os limites entre rural e urbano estão cada vez mais tênues.

³ Método educativo de Paulo Freire.

A Escola, para viabilizar o ensino agrícola, tem necessidade de maiores recursos, no entanto estes não são custeados e assumidos pelo governo do Estado. Por outro lado, há um certo esquecimento daquela escola pela CRE.

O estado sabe que tem a escola pelos professores que paga, nada mais. É uma escola de promessas e esquecimentos. A autonomia pedagógica é demagogia, pois é sempre uma briga pela grade das disciplinas agrícolas. Em sala de aula cada um faz o que deve ser feito, até porque não recebe visita da secretaria da educação. Nestes termos eu me sinto livre (Professor).

A nível governamental a escola é tratada como qualquer escola pública, poucos recursos financeiros e descaso com a particularidade. A autonomia pedagógica se tem pois o estado não contribui nem verifica (Professor).

A autonomia pedagógica [...] tudo pode ser feito desde que não onere o Estado (Professor).

Os professores reconhecem que a participação da comunidade é pouca, que já esteve melhor e que vem diminuindo a cada ano. Ressaltam que são sempre as mesmas pessoas que participam dos mutirões e das reuniões. Quando as atividades são festivas, esta a participação se amplia. Contudo ainda fica aquém do desejado.

Está meio que distante, está faltando que a comunidade se sinta parte da Escola e a Escola como um elemento que faz parte da comunidade e acho que não é difícil fazer os pais voltar a participar (Professor).

É pequena a participação da comunidade na Escola, se restringe a alguns pais em algumas atividades. É difícil promover a participação, pois a escola não tem proposto novas formas (Professor).

Tem uma relação boa, mas são poucos que participam e sempre os mesmos. É preciso buscar não só para trabalhar (Professor).

A falta de participação na escola é um reflexo da pouca discussão ou desestruturação dos “núcleos de base”⁴. Os núcleos quase não existem mais. A Escola ficou isolada, quem cuida dela são os professores. Por outro lado, como se percebe no depoimento acima, parece que a Escola só procura os pais para o trabalho. O próprio

⁴ Núcleo de Base, como o nome expressa, é a organização dos assentados, a base (uma parte dela porque a outra é constituída de acampados) em núcleos de famílias, geralmente por proximidade geográfica. Os núcleos. São fundamentais para manter a coesão social dos assentados, pois é onde se discutem todos os assuntos do Movimento.

professor admite que não é possível agregar as pessoas só pelo trabalho. Parece haver um superdimensionamento do caráter do trabalho e da produção na escola. O trabalho está presente em tudo. É difícil para os pais largarem o trabalho em casa e virem trabalhar na escola. Desta forma, o trabalho sufoca e dificulta a possibilidade de atender outras dimensões da vida, como a convivência e o lazer.

Todos os pais identificam a Escola Agrícola como sendo do MST, o que para eles a torna diferente das demais escolas. A singularidade desta está na existência das aulas práticas de agropecuária, no aprendizado político propiciado e na ausência de despesa para as famílias em manter os alunos na Escola.

Ela (a escola) abre a visão das pessoas, das crianças. Eles aprendem a se defenderem, aprendem a conhecer o sistema de hoje e aprendem a defender os seus direitos. Então eles tem uma meta que vale a pena pros nossos filhos. Acho muito melhor, tem aluno aqui que quando termina o ginásio discute com uma pessoa que tem faculdade e a pessoa que tem faculdade aprende com ele (Assentado em União da vitória).

O depoimento reafirma o caráter da escola para além do aprendizado formal. O Movimento é o sujeito pedagógico maior que alimenta a prática educativa. Neste sentido, como afirma Caldart (2000), ela acaba sendo mais do que escola, ela é o próprio Movimento na Escola.

Nos espaços da Escola Agrícola também acontecem as reuniões dos diversos setores de organização da comunidade e do MST. A organização das Mulheres, dos Jovens, cursos para os assentados dados pela EPAGRI e etc. A escola, como as demais do meio rural, é um centro de referência, um centro aglutinador da vida comunitária. Desta forma, a proposta de “nucleação”⁵ do governo é combatida pelo MST e pelos demais movimentos e organizações sociais do campo, nos Encontros Estaduais e Nacionais “Por uma Educação Básica do Campo”. Fechar uma escola, por menos alunos que ela tenha, é uma forma de desintegrar as comunidades rurais e suas identidades e acelerar o êxodo rural.

⁵ Reunião de escolas isoladas num polo, o que significa o fechamento de muitas delas, com a justificativa de racionalização dos recursos materiais e humanos.



Figura 3 - A comunidade utilizando o espaço da escola

Foto: Dan Baron Cohen

Para que a escola seja “mais do que escola”, para que o MST esteja efetivamente nela, não basta que esta esteja localizada em área de assentamento. Ela precisa ser orientada pela e para a luta social. Isto significa que ela precisa do suporte e da participação do coletivo dos assentados, não só das lideranças. Deve formar um coletivo de professores que trabalhem os “temas geradores” sugeridos pelo conjunto de assentados.

Apesar das dificuldades para formar um coletivo de professores, de utilizar a método dos “temas geradores” de Paulo Freire, de integrar as disciplinas do “núcleo comum” com as de ensino agropecuário e de obter a efetiva participação dos assentados, a escola está inserida na dinâmica do Movimento. A luta e a vida dos assentados e acampados, com as dificuldades já evidenciadas são, de certa forma o seu suporte pedagógico.

Se a comunidade está distante da escola, tal fato é um indicativo do momento atual dos assentados que vivem uma crise econômica e política por conta da conjuntura nacional e internacional, marcada pela exclusão social e pelo crescente sufocamento dos movimentos de oposição e principalmente do MST. Como a tarefa principal dos assentados é produzir para mostrar que a reforma agrária é viável, eles são obrigados a trabalhar muito

para cobrir os empréstimos feitos para a produção. Grande parte da dificuldade dos professores em trabalhar efetivamente com a proposta pedagógica do MST é fruto desse contexto geral, do domínio do trabalho sobre a vida das pessoas no Assentamento e na escola.

3.2 A Cooperativa Dos Estudantes Pela Reforma Agrária

Em 1998 foi fundada a Cooperativa dos Estudantes, concretizando um dos aspectos da Proposta Pedagógica do MST. Os estudantes ficam dois períodos a mais por cada semana na escola para a aprendizagem de teorias e técnicas agropecuárias.

Desde a sua criação, a Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio possui em sua grade curricular disciplinas voltadas ao ensino da agropecuária e, segundo um professor, desde que a escola foi fundada, a grade com as disciplinas extras é provisória.

A escola não é reconhecida como profissionalizante. Vale mais para a comunidade e para os alunos que estudam aqui para a formação que eles têm a mais, não profissionaliza. O estado acha pela nova LDB, pela lei complementar 170 que é do Conselho Estadual de Educação, que a escola é ilegal. Eles (Secretaria da Educação) insistem em dizer que esta escola é profissionalizante de 5ª a 8ª séries e nós dizemos o seguinte: que ela não é profissionalizante, apenas adequa o currículo à realidade dos assentamentos. Pela nova LDB o ensino profissionalizante só pode ser no ensino pós-médio. Então desde que a LDB entrou em vigor em 1996, eles insistem em dizer que esta escola e a escola de Lebon Régis não podem continuar com as disciplinas agrícolas porque são profissionalizantes. Ai também se enquadra na questão do trabalho infantil e assim por diante. Nós não queremos que ela seja profissionalizante, ela apenas complementa o estudo em relação à realidade que se vive, para fixar o homem no campo. Em 2000 o estado ainda está pagando os professores técnicos agrícolas. Esta é uma grade provisória que nós estamos conseguindo manter desde a criação da escola em 1989, não é uma grade efetiva do estado (Professor).

Conforme nos relatou o professor, para o ano de 2001, o estado defende que os recursos destinados ao pagamento dos professores do ensino agrícola sejam obtidos através da própria escola sob a forma de projetos financiados pela prefeitura, EPAGRI, iniciativa privada e outros.

Apesar de não ser reconhecida oficialmente pela Secretaria da Educação como escola profissionalizante agrícola, a escola mantém em seu currículo o ensino agrícola por

vontade dos assentados.⁶ Atualmente, as aulas teóricas são lecionadas em uma sala adaptada no prédio onde ficava a antiga pocilga. A “sala” é bastante precária, mas foi o único espaço disponível. O aumento no número de salas de aula é uma reivindicação antiga da comunidade que até hoje, não foi atendida. Em 1998, foi feito, por conta própria, um barracão através de mutirão, utilizando materiais disponíveis na área da escola, para lecionar as disciplinas agrícolas, hoje, esta “sala” encontra-se inviabilizada.

A grade curricular de 1998 continha as disciplinas de teoria agropecuária como zootecnia, fruticultura, agricultura, sociologia rural e horticultura. De 1999 em diante, as disciplinas foram abolidas para que a teoria fosse ensinada a partir das necessidades surgidas na prática agrícola. Isso foi um avanço porque antes, era difícil integrar o tempo ou o cronograma letivo com o tempo do desenvolvimento das atividades práticas, do crescimento das plantas e de suas necessidades de cultivo.

Assim, em função do ensino agrícola, dois dias por semana os estudantes ficam na Escola o dia todo e almoçam no refeitório. O almoço é feito por duas funcionárias da escola que fazem os lanches dos intervalos de aula e a limpeza das salas e dos banheiros. O Estado não fornece alimentação para o almoço pois, não reconhece a escola como agrícola, ficando ao encargo da Cooperativa a responsabilidade. As atividades das funcionárias, assim como as atividades pedagógicas dos professores, deveriam ser incluídas na cooperativa. E desejo era de que todas as atividades da escola funcionassem como um coletivo. Contudo, essas expectativas foram frustradas e a cooperativa ficou restrita às atividades práticas dos alunos.

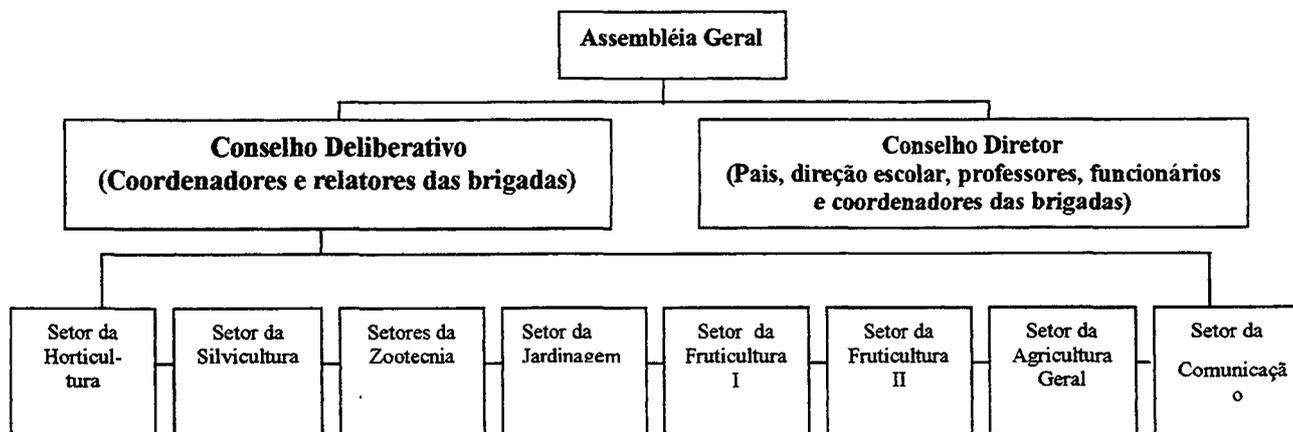
Antes da criação da Cooperativa, as atividades práticas eram planejadas pelos professores e pelo Conselho dos Pais e executadas pelos alunos. A cooperativa foi criada para que os alunos também participassem do planejamento destas atividades. A criação de uma cooperativa dos estudantes já vinha sendo discutida há vários anos por pais, alunos e professores, mas, só em 1998, ela foi formalmente instituída. Sua estrutura e sua dinâmica inspiram-se na Cooperativa dos Estudantes da Escola do Movimento em Braga - RS⁷, onde um professor e uma professora da Escola Agrícola se formaram.

A partir da criação da CEPRA, todo trabalho na Escola envolvendo a produção agrícola, limpeza e organização foi dividido em oito setores ou “brigadas” tal como são denominados pela comunidade. As brigadas são as seguintes: Agricultura Geral,

⁶ A especialidade e a quantidade das disciplinas variam a cada ano, dependendo dos professores da área agrícola e do espaço disponível para a realização destas aulas.

⁷ Posteriormente transferido para Veranópolis no mesmo Estado.

Fruticultura I, Fruticultura II, Horticultura, Silvicultura, Zootecnia, Comunicação e Cultura e Jardinagem e Embelezamento. Todos os alunos da Escola Agrícola participam de um destes setores, nos quais deverão permanecer durante um semestre. Segundo a proposta da Escola, todos os estudantes deverão (durante os 8 semestres que permanecerão na escola para concluir o ensino fundamental), passar por todas as brigadas. A estrutura organizacional da cooperativa dos estudantes é a seguinte:



Fonte: CEPRA, 1998.

Em 1998, havia o princípio de que todas as brigadas contivessem alunos de todas as séries para permitir troca de experiências. Desta forma, o planejamento das atividades das brigadas era realizado com a participação de todos os membros das brigadas. Mas, as tarefas planejadas eram realizadas somente pelos alunos das duas séries que não estavam em aula. Assim, os alunos das diversas séries planejavam juntos mas, na execução da atividade planejada, havia somente duas séries. Isto fazia com que em algumas brigadas ficassem poucos alunos, desestimulando-os. Por outro lado, havia muitos atritos entre os dois “turnos” de trabalho de uma brigada e acusações de não cumprimento das tarefas planejadas.

A partir de 1999, para evitar os problemas acima citados, decidiu-se que as brigadas contivessem alunos do mesmo turno, ou seja, 5ª e 6ª séries nas brigadas de horticultura, silvicultura, jardinagem e embelezamento e zootecnia e 7ª e 8ª séries nas brigadas de fruticultura I e II, comunicação e cultura e agricultura geral.

Cada brigada elege um coordenador e um relator responsáveis pela coordenação e registro das atividades. As atividades são planejadas mensalmente. Antes de ser executado

o plano de trabalho deve ser aprovado pelo Conselho Deliberativo, que é composto por todos os coordenadores e relatores das brigadas.

No Estatuto Social da CEPRA⁸ existem objetivos bastante amplos: políticos, como formar militantes para o Movimento Sem Terra que lutem pela reforma agrária e pela transformação da sociedade brasileira; educacionais, como proporcionar experiência de organização cooperativa e servir de espaço para o exercício dos objetivos filosóficos e pedagógicos do MST e econômicos, como desenvolver capacidade administrativa, de produzir, industrializar, comercializar de forma solidária sem atravessadores (CEPRA, 1998:01).

3.2.1 - Os objetivos da CEPRA

A finalidade da CEPRA para os alunos da 8ª série é ensinar o trabalho coletivo. *“É para cada aluno e professor ter mais participação do trabalho e trabalhar em grupo, ou em brigada ou coletivo que é importante”* (Estudante da 8ª série). Alguns ainda complementaram que a Cooperativa existe para ajudar na manutenção da escola, na limpeza e produção de alimentos servidos na merenda. Para um certo aluno, a cooperativa *“existe para mostrar que o trabalho em coletivo dá certo”* (Estudante da 8ª série). Esta resposta resume o “espírito” dos assentados. As ações sociais são individualizadas. As experiências de trabalho coletivo têm apresentado muitas dificuldades e isto tem gerado entre os assentados, resistências a propostas que envolvam o trabalho coletivo. No entanto, o MST alimenta em seu discurso a necessidade da coletivização e o depoimento do referido aluno parece refletir esse fundamento. Em outro depoimento, aparece o caráter estratégico da Cooperativa para o MST, ou seja, ela serve *“para formar militantes do MST [...]”* (Estudante da 8ª série).

Para a 7ª série, o principal objetivo da CEPRA é ensinar a “viver” coletivamente, a organizar as atividades da escola, a repassar técnicas agrícolas e ensinar os alunos a ter responsabilidade.

A cooperativa existe para que todas as atividades que a escola precisa sejam realizadas, para discutir os rumos da escola e para que todos cresçam e acordem para o mundo (Estudante da 7ª série).

⁸ Ver em anexo.

Para que os alunos saibam viver em sociedade e trabalhar em grupo (Estudante da 7ª série).

O principal objetivo é fazer com que os alunos aprendam a viver cooperadamente e demonstrar técnicas alternativas para que usem em seus terrenos (Estudante da 7ª série).

Para muitos alunos da 6ª série, o objetivo da CEPRA é orientar os estudantes nos trabalhos de ajuda à escola. Somente um apontou que a cooperativa servia para os alunos trabalharem em conjunto e outro respondeu que era para ensinar a trabalhar na lavoura com os pais. Quase a metade dos alunos da 6ª série não responderam à questão que perguntava sobre os objetivos da existência da Cooperativa dos Estudantes. Isto também foi verificado entre os alunos da 5ª série. Poucos responderam. Os que responderam afirmam o seguinte:

A cooperativa dos estudantes existe para os alunos trabalhar em conjunto, ela é formada por alunos professores e demais membros da escola (Estudante da 5ª série).

A cooperativa dos estudantes foi criada para defender os direitos dos alunos (Estudante da 5ª série).

Comparando os depoimentos dos alunos da 5ª, da 6ª series, com os da 7ª e 8ª séries, percebe-se que o entendimento dos objetivos da cooperativa não estão bem claros para os primeiros. Supõe-se que isto reflita uma evidência que é gradativa, que ela ocorre à medida que os alunos avançam nas séries posteriores. Os alunos que vêm das escolas de séries iniciais não conhecem a proposta pedagógica da Escola Agrícola. Tal fato reflete um distanciamento e uma falta de integração entre as escolas, mesmo estando próximas nos assentamentos e apesar de terem professores que trabalham nas escolas de séries iniciais e na Escola Agrícola. Há planos de centralizar as escolas no pátio da Escola Agrícola. Mas até agora, não há verbas do Estado para tal. A integração poderia ser buscada mesmo com a distância geográfica, mas sem dúvida, é um aspecto que dificulta a integração entre elas. A distância entre as escolas é corolário da organização da vida dos assentados. Eles trabalham de forma individual em seus lotes e se reúnem ocasionalmente, isto é, quando os seus afazeres na propriedade o permitem. Por isso, geralmente as reuniões acontecem à noite ou nos fins de semana.

As duas escolas das séries iniciais foram construídas em locais diferentes, (distantes aproximadamente 3 km uma da outra e ambas a 1,5 km da Escola Agrícola, que

fica entre as duas) para facilitar o acesso das crianças. No entanto, com o passar do tempo, as turmas foram crescendo e necessitando de mais salas. Como em cada escola tem somente uma sala, só é possível atender duas turmas: uma de manhã e, outra, de tarde. Assim, as crianças que não estão nestas séries precisam deslocar-se para a outra escola.

O agrupamento das escolas facilitaria o acesso da comunidade, a integração pedagógica e a participação da comunidade que hoje, está em baixa. No entanto, ficaria mais distante das moradias de algumas crianças. Além disso, existem pessoas contrárias à aproximação das escolas. A divisão geográfica por assentamento divide também politicamente os assentados dificultando sua integração. O INCRA, ao dividir os assentamentos, parece que aplicou aquela máxima que diz: para governar é preciso dividir.

Para alguns professores, a CEPRA tem por finalidade fazer com que os alunos aprendam a trabalhar cooperadamente, desenvolvendo o espírito coletivo, dividindo tarefas e responsabilidades. Outros, indicam como objetivo da CEPRA, criar nos alunos, a capacidade de autogestão e de diálogo. Aparece também aparece como finalidade da Cooperativa, o ensino da cooperação como estratégia e resistência dos trabalhadores no sistema capitalista.

Construir espaços que garantam o diálogo entre os educandos, garantir a autogestão cooperada e distribuir tarefas e responsabilidades (Professor).

Buscar através do trabalho coletivo e da auto-organização provar que a saída para a classe trabalhadora é a união e não o individualismo (Professor).

Proporcionar aos alunos um espaço maior onde eles planejam, desenvolvem as atividades, avaliam com a contribuição dos professores, pais, enfim a comunidade escolar. É um dos espaços da escola onde os educandos se sentem mais responsáveis e valorizados, onde os professores deixam de ser aqueles que sabem tudo para estar construindo conhecimento juntos (Professor).

Para os professores, na Cooperativa os alunos aprendem principalmente a se organizar e conviver em um coletivo.

A se organizar e trabalhar como grupo. Avaliar, se auto-avaliar, criticar, discutir idéias, ser autônomo [...] (Professor).

Eles aprendem a se relacionar melhor nos trabalhos que são realizados no coletivo. Aos poucos eles compreendem que os trabalhos e as idéias são melhores aproveitadas quando estão no coletivo (Professor).

A participação nas tomadas de decisões da escola através da Cooperativa é uma forma de aprendizado para o futuro, de valorização da ação coletiva e do MST. Especificamente, desperta nos alunos sua auto-afirmação como sujeitos capazes e imprescindíveis para o Movimento.

Nas respostas dos pais sobre os objetivos da CEPRA, percebe-se por parte de alguns deles falta de informação sobre a mesma. Eles alegam que os filhos “*falavam alguma coisa sobre brigadas*”, mas não sabiam para que servia. Outros, apontaram que ela servia para produzir os alimentos para os estudantes.

Eles comentam o que eles plantam eles mesmos comem, então vale a pena. Porque na hora do almoço eles têm uma carne, uma salada. Então é para eles mesmo. Tem que ser eles mesmo porque se os professores vão trabalhar como é que vão dar aula (Assentada em Chico Mendes).

Outra resposta ressaltou o caráter pragmático da CEPRA. Ela serve...

Para dar responsabilidade e organizar os setores (Assentado em Vitória da Conquista).

Outro grupo de pais compreende que a cooperativa existe para organizar o trabalho na escola e para permitir a vivência do trabalho coletivo.

Acho que a Cooperativa dos Estudantes no primeiro passo é servir pra ir aprender a ir trabalhando essa coletividade, é no sentido político, pra ele começar a pensar e discutir e resolver os problemas internos. Que dá problema dá, ele aprender a resolver, a discutir, por isto é interessante (Assentado de União da Vitória).

Hoje que a gente percebe que foi criado na cabeça de praticamente todos nós, a disputa entre nós mesmos, então o individualismo total tomando conta de tudo. A idéia de trabalhar desde criança na questão de cooperativa é para tentar, ao invés de a criança aprender a resolver seu problema sozinho, porque dificilmente vai conseguir, mas talvez juntos quem sabe vão conseguindo resolver o problema, não 100%, mas podemos ir avançando mais em conjunto, diferente da forma que nós fomos criados (Assentado em Vitória da Conquista).

Foi possível observar que os objetivos da CEPRA para segundo pais, estudantes e professores são bastante amplos e difusos. Alguns, lhe atribuíram objetivos restritos como sendo uma forma de organizar os estudantes para a produção de alimentos para os alunos. Outros, do grupo maior, atribuiu à CEPRA além desses objetivos práticos (ligados à

melhor organização do trabalho para a produção), objetivos políticos como a aprendizagem de valores coletivos, da autogestão, de formação de novos militantes e de futuros trabalhadores cooperados. No entanto, para os dois grupos a cooperação é atribuída ao trabalho, ou seja, organização do trabalho através da Cooperativa para a produção de alimentos e vivências de novos valores, aprendizado para o futuro destes jovens na luta social. Percebe-se, assim, que o trabalho é central na organização dos alunos em cooperativa. Observa-se, no decorrer desse capítulo, que a cooperação está presente nas vida das pessoas, mas que ela se resume, em grande medida, somente ao trabalho, especificamente ao trabalho agrícola.

3.2. 2 O Cotidiano na CEPRA

O planejamento das atividades da CEPRA é realizado com base no “planejamento geral anual” feito no início do ano pelo Conselho Diretor⁹, que é composto pelo Conselho de pais, alunos (coordenadores e relatores das brigadas) e professores. No planejamento determina-se o que será produzido na Escola durante o ano e, também, são escolhidos os professores que trabalharão na escola. O planejamento das questões pedagógicas é feito pelos professores. Com base no que foi determinado pelo Conselho, as brigadas formulam um “planejamento geral das brigadas” e, a partir deste, os “planejamentos mensais das brigadas”. Existem vários fatores que limitam ou que impedem que o que foi planejado seja efetuado como a falta de recursos, o clima, a participação da comunidade e outros.

Tomando como base os “planejamentos gerais das brigadas” e os “planejamentos mensais das brigadas”, percebe-se um claro direcionamento produtivista nas atividades da CEPRA. Os planejamentos atêm-se somente a “quando realizar”, “como realizar” (descrição técnica da tarefa) e, por fim, os “materiais necessários” para execução das atividades. Os objetivos das atividades não constam dos planejamentos e nem as formas de como proporcionar a aprendizagem das novas técnicas agroecológicas, assim como, os aspectos subjetivos da vivência da cooperação no trabalho.

O caráter produtivista nas atividades da Cooperativa dos Estudantes fica patente nos relatórios das brigadas. Foi solicitado que as “brigadas” expusessem suas experiências, *“o que foi realizado, como foi realizado e na medida do possível porque foi*

⁹ Ver acima o organograma da CEPRA.

realizado. E também o que não foi realizado e o porquê” (Professor). Os relatores começaram a expor oralmente as atividades feitas durante o mês.

Brigada da Zootecnia:

Recolhido esterco para o minhocário, limpado o chiqueirão, limpado ao redor da pocilga, foram tratados os peixes e limpado o aviário. Roçado atrás do aviário pra cerca elétrica. Roçado e fechado das galinhas e em redor do aviário. Feito os ninhos de galinha, foi feito compostagem com as minhocas e roçado ao redor do açude e debulhado milho.

Brigada da Agricultura:

Foi roçado na beira da estrada e na roça próximo ao trevo vai ser semeado uma forrageira. Depois amontoamos as pedras do meio da roça para serem colocadas na taipa pra evitar erosão e também para serem colocadas nas fossas. Foi semeado em torno de 80 quilos de nabo forrageiro na área da escola. Quebramos duas áreas de milho e batemos 10 sacos. Debulhamos milho pra semente e quebramos em torno de 6 quilos de milho branco pra semente também. Foi feito a compostagem junto com a fruticultura II e foi guardada a palhada do milho para ser utilizada em nova compostagem e foi limpado quase toda área da mandioca e foi iniciado o canteiro da Farmácia Viva e contribuimos com a limpeza da escola. Daí mais umas atividades diárias [...] cortar lenha e [...] colocamos adubo orgânico no minhocário e também ajudamos a plantar o alho. É isso.

Assim, sucessivamente, as brigadas foram relatando suas atividades desenvolvidas no período. Somente uma brigada mencionou o porque das atividades, como o professor havia solicitado. No entanto, a justificativa da tarefa ficou restrita à dimensão prática, ou seja, à atividade por ela mesma, sem as dimensões científica, cultural e sobretudo política.

Foi recolhido esterco para as minhocas se alimentarem (Brigada da Zootecnia).

Foi limpado o chiqueirão porque se não deixar limpo dá mal cheiro (Idem).

Foi limpado o aviário porque o mato estava tomando conta (Idem).

Outro aspecto evidenciado e que confirma esta diretriz produtivista da CEPRA é a dificuldade encontrada pela “Brigada da Comunicação e Cultura” no desempenho de suas atividades. Ela é denominada pelos alunos da Escola de “brigada do desvio”: “Ah! Nós fizemos só planejamento por brigada e o mural que tínhamos que fazer não deu, porque faltou o material.” A brigada não consegue desenvolver suas atividades, não por falta de capacidade, mas pelo domínio do produtivo sobre os demais na CEPRA. “A única dificuldade que nós tivemos foi dos poucos componentes. Eram só dois.” (Brigada da

comunicação e Cultura). Na escola, a produção agrícola é mais importante. É preciso produzir e dar conta das expectativas da comunidade. Para a brigada de Comunicação e Cultura são designados só quatro alunos, dois saíram da Escola, ficando nesta brigada somente dois componentes.

A excessiva valorização da dimensão produtiva e, por conseguinte, a necessidade de força de trabalho para dar conta desta produção, (também super dimensionada para um trabalho que se quer educativo: mais de cem pés de pêssego, uma parreira de quiwi muito grande etc.), sufoca outras possibilidades de cooperação que não se resumam ao trabalho para produzir bens de consumo.

Por outro lado, faltam condições materiais para a produção de vulto o que frustra as expectativas de todos:

Nós fizemos debate e lembramos que, pela dificuldade que a escola está passando, até pra fazer um serviço com o trator nós não tínhamos óleo, né. Isso dificultou também e também devido a esta dificuldade não deu pra nós comprarmos semente, pra fazer estas coisas e mais plantio (Brigada da Agricultura Geral).

O trator no que nós precisávamos ele estava na oficina. E naquela época não tinha óleo, agora tem né. E o outro problema, que eu acho mais sério, nós não temos ferramenta, ferramentas adequadas pra fazer e as que tem estão meio [...] (Idem).

Tem 10 pessoas pra trabalhar com enxada e tem 3 enxadas. Daí fica ruim (idem).

Aliado à precarização da estrutura por falta de financiamento estatal, está o pouco cuidado com aquilo que é coletivo. Em 1998, havia ferramentas dos mais variados tipos. Aos poucos, elas começaram a escassear. Não era raro encontrá-las abandonadas nas roças. Os alunos não as guardavam no final das atividades. Isto acontecia mesmo tendo alguém responsável pela entrada e saída de ferramentas.¹⁰ A falta de zelo com o que é de todos também foi comentado por pais de alunos que ao visitarem a escola e encontram o chão da sala sujo de barro. Os pais conhecem todos os alunos e suas casas afirmaram que é só na escola que eles entram com o sapato sujo e que em suas casas há um maior cuidado.

Numa das idas a campo, houve uma reunião do Conselho de Pais da Escola. Após esta, foram à lavoura ver como estava a germinação das espécies forrageiras, que servem para formar o “banco de sementes”. No local que foram lançadas estas sementes, havia

¹⁰ Sobre a dificuldade do cuidado dos bens coletivos nos assentamento, ver D’Incao e Roy, 1995.

anteriormente uma plantação de milho. Desagradou muito aos pais verem que o milho havia sido mal colhido e que as espigas estavam estragando na terra.

Por outro lado, falta força de trabalho para dar conta da produção. Há também, a impossibilidade de acompanhamento dessa atividade por parte dos professores. O problema aumenta durante as férias quando não há alunos e professores na escola. As plantações que necessitam de cultivo são abandonadas, o que prejudica a produtividade ou, às vezes, comprometem o trabalho já realizado.

Os alunos trabalham em casa com os pais e alguns, quando há oferta de trabalho nas plantações de alho e maçã, trabalham de diarista. Parece que trabalhar na escola não é desejo dos alunos, sobretudo quando o trabalho não tem um aspecto experimental, ou seja, de aprendizagem. A falta de motivação encontra-se nos relatos das brigadas. O principal problema encontrado é a falta de participação dos colegas nas atividades.

Bom. Da nossa brigada, o que nós achamos, que nós encontramos a grande dificuldade foi, por exemplo, na época do serviço os alunos não podiam ficar aqui na escola e daí quebrava parte do planejamento por que não existia mão-de-obra . Isso foi um problema, que pelo menos a nossa brigada teve (Brigada da Agricultura Geral).

O aluno não vinha trabalhar na escola porque tinha que trabalhar em casa durante o ano letivo. Nas férias, os pais precisam dos filhos em tempo integral, o que não é possível durante o período de aulas.

Um outro problema que a nossa brigada enfrentou foi o negócio das férias. Que no ano passado era pra vir, mas não deu muito certo , porque ficou difícil. Então a nossa brigada ficou prejudicada, na questão do milho. O milho deu um pouco de perda porque não foi limpaado, né (Brigada da Agricultura Geral).

Uma das maiores dificuldades foi a participação na brigada (Brigada da Agricultura Geral).

Dificuldades. Não quero acusar ninguém mas... A nossa dificuldade maior estava nos componentes da Brigada: o relator e o coordenador da brigada. É impossível trabalhar com os dois desta maneira, é difícil. A brigada foi de mal a pior. Só não foi de mal a pior porque tem componentes da brigada que são responsáveis. Mas se dependessem destes dois, infelizmente. E outro, o serviço que foi feito foi feito pelos outros componentes, que cumpriram sua tarefa (Brigada da Fruticultura I).

Acho que foi boa. Problema no grupo não teve. Só sentimos falta de um acompanhamento mais de perto dos técnicos. Às vezes a gente estava trabalhando lá e tinha uma dificuldade, tinha que subir aqui (na escola).

Acho que se fizessem uma divisão de como, um rodízio, os técnicos passarem em todas as brigadas nas aulas práticas ficaria melhor. Outra dificuldade também foi a de que todo mundo se tornou coordenador. O nosso coordenador desistiu da aula porque não tinha como fazer aula prática. Então foi mais este problema. Acho que todo mundo participou, não foi tão ruim assim. (se referindo ao relato anterior). O que deu pra fazer a gente fez (Brigada da Fruticultura II).

Bom, o problema que a gente enfrentou foi que a vaca pisou em cima dos canteiros, a gente plantava e não nascia. E o outro problema era que alguns alunos não colaboraram, uns trabalhavam e outros ficavam brincando. Só isso (Brigada da Horticultura).

Eu acho que faltou só a colaboração dos componentes da brigada (Brigada da Zootecnia).

O trabalho na escola pode, ao invés de unir, separar, o que aliás, segundo Grade (1999), está acontecendo com os assentados.

Também uma dificuldade é que as pessoas ao invés de ficarem mais amigos, se acertando nas brigadas, brigavam mais. Ai, pouco tempo de realização das coisas da brigada e não vencemos fazer uma parte das coisas. Acho que foi só isso (Brigada da Agricultura Geral).

Para os professores, a Cooperativa tem dificuldades de implementação dos planejamentos por falta de recursos e tempo. Às vezes, o clima não favorece o desempenho das atividades planejadas. A falta de tempo levantada pelos professores é decorrência da falta de força de trabalho, que se liga com a falta de recursos para contratar funcionários ou a falta de participação da comunidade no desenvolvimento dos trabalhos da Escola. Nos assentamentos, a falta de tempo parece ser regra geral. Todos têm ocupações e, ao que parece, a escola exige mais trabalho.

Apesar disso, a organização dos alunos em cooperativa tem beneficiado o desenvolvimento da crítica, da auto-crítica, da coragem de expô-las, da percepção dos problemas coletivos e da capacidade de buscar soluções para resolvê-los. Os momentos de planejamento e de apresentação dos relatórios das atividades são muito ricos. Há a participação de todos e respeito aos colegas. Estes momentos, deveriam ser os mais importantes nas atividades da cooperativa. Deveriam ser usados para refletir sobre o trabalho realizado na escola, sobre as relações entre colegas e professores, sobre o trabalho realizado em casa e “no alho”. O tempo de planejamento, de reflexão e de avaliação deveriam ser maiores. Todavia, a necessidade de muita força de trabalho para o trabalho na produção na escola, não permite a re-orientação das atividades.

Gosto da cooperação entre os alunos e não gosto de ter pouco tempo de discussão (Estudante da 7ª série).

As referências, ao pouco tempo de planejamento fazem questionar sobre o que é mais importante: se é a discussão e o planejamento das atividades e o aprendizado político, ou se é a execução do trabalho propriamente dito? Tal questionamento faz sentido quando se leva em consideração a estrutura física da escola, que tem 36 ha de terras, instalações precarizadas pela retirada do financiamento do Estado e falta de funcionários. Os estudantes gastam a maior parte do tempo na conservação do que existe.

Tomando os depoimentos dos alunos por série, a respeito da cooperação nas atividades da CEPRA, eles se resumem nas seguintes opiniões: os estudantes da 8ª série, (nas relações entre os alunos de uma mesma brigada e entre as brigadas), afirmam que existe cooperação e respeito mútuo que se expressa na oportunidade de todos falarem e darem suas opiniões sobre os trabalhos desenvolvidos dentro da sua própria brigada e das outras brigadas. Afirmam, também, que há ajuda entre as brigadas no desenvolvimento das tarefas.

Existe (cooperação), pois quando uma brigada está precisando de ajuda a outra que não está apurada ajuda (Estudante da 8ª série).

Existe empréstimo de mão-de-obra quando é preciso um do outro (Estudantes da 8ª série).

Contudo, os conflitos nas relações no dia-a-dia da Cooperativa também aparecem nos depoimentos, considerando-se a cooperação e a solidariedade.

Às vezes sim, às vezes não. Talvez porque uns querem fazer de um jeito e outros de outro (Estudante da 8ª série).

[...] sempre tem um que quer ser mais do que o outro (Estudante da 8ª série).

Em relação ao convívio entre os membros de uma mesma brigada e de uma brigada para outra, os alunos da 7ª série afirmam que há colaboração, que todos trabalham juntos e que emprestam força de trabalho para as brigadas que estejam com mais trabalho para fazer.

Se uma brigada estiver precisando de ajuda, fala com o coordenador da outra brigada e se esta não tiver muitas atividades empresta mão-de-obra. Outra forma são os mutirões coletivos, onde todos os estudantes realizam juntos determinada atividade (Estudante da 7ª série).

Contudo, apareceram críticas aos colegas que não se interessam pelas atividades desenvolvidas e que ficam brincando.

Precisa que todos os alunos colaborem com o desenvolvimento das atividades (Estudante da 7ª série).

As brigadas levassem mais a sério o trabalho e que haja mais organização (Estudante da 7ª série).

Os alunos da 6ª série afirmam que existe cooperação e coleguismo entre as brigadas. No entanto, fazem críticas ao comportamento de alguns alunos que faltam com respeito aos outros, fazem bagunça e ficam “matando o tempo”.

Queria que tivesse mais participação dos alunos e mudasse para melhor porque os alunos, não todos mas alguns, ficam passeando enquanto outros trabalham (Estudante da 6ª série).

A maioria dos alunos da 5ª série respondeu que existe coleguismo entre os alunos da brigada e, também, entre as brigadas, porém, como nas outras séries, há reclamações das brincadeiras e das brigas entre alguns.

Queria que mudasse a colaboração, alguns participam mais e outros participam menos e também os alunos participar mais da sua brigada (Estudante da 5ª série).

O que não gosto é porque tem alunos que não ajudam, do resto eu gosto (Estudante da 5ª série).

Eu gostaria que mudasse a bagunça e que todos participassem (Estudante da 5ª série).

De forma geral, os alunos das várias séries indicam que existe cooperação, coleguismo nas brigadas e as críticas recaem sobre os colegas que não se interessam pelas atividades da CEPRA.

Os professores mencionam que há cooperação entre os alunos. No entanto, há dificuldades de relacionamentos decorrentes do modo de trabalho individual familiar

aprendido pelos estudantes em suas casas. *“As vezes há cooperação, mas ainda se tem dificuldade de implementar, pois nossos alunos têm uma convivência de forma individual.”*(Professor). Para os professores a cooperação entre os alunos acontece “[...], *quando trabalham juntos, quando pensam como resolver determinado problema, quando criticam um ao outro para que haja crescimento coletivo e como sujeitos capazes de ouvir, refletir e reencaminhar se preciso”* (Professor).

Para os professores a cooperação entre os alunos é maior à medida em que vão aprendendo e a vivenciando na escola. *“[...] Posso verificar que a incidência de conflitos e problemas é maior nas primeiras séries (5ª e 6ª). O que faz pensar que os educandos têm avançado no processo de cooperação”*(Professor). Segundo esta observação, a Cooperativa dos Estudantes está conseguindo proporcionar o aprendizado do trabalho coletivo.

Os pais dão mais importância às técnicas agropecuárias que os alunos aprendem e, em alguns casos, aplicam em casa, do que ao fato de cooperarem no processo de trabalho. Como o trabalho na maioria das casas é individual, os pais vêem o trabalho coletivo na Escola como um aprendizado para o futuro dos estudantes.

O trabalho na Escola é pouco, que a gente acompanha, no meu ver, é bom porque no futuro eles podem até trabalhar no coletivo, não tem nada a perder, só a ganhar com isso (Assentado em Vitória da Conquista).

O trabalho na Escola é super importante, porque ele traz uma outra visão, que o trabalho individual nunca vai chegar a lugar nenhum, o trabalho coletivo sim, é a melhor coisa (Assentada em Conquista da Vitória).

Uma mãe assentada entende que a cooperação entre os alunos acontece pouco, que a cooperação está mais na teoria do que na prática.

Os alunos cooperam em parte entre si, o respeito entre eles está acontecendo muito pouco, às vezes na teoria é falado, mas entre si eles perdem muito o respeito. Isto desde o trabalho nas brigadas, claro que eles estão no estudo e aprendendo, com o tempo até pode ser que eles mudem (Assentada em Vitória da Conquista).

3.3 A Cooperação no Trabalho: A centralidade do trabalho na CEPRA e na vida dos assentados de Fraiburgo.

Percebe-se até aqui que a cooperação na Escola está centrada no processo de trabalho e restringe-se aos alunos. No assentamento, o trabalho é individual e na escola os professores ainda não conseguiram inserir suas atividades na Cooperativa. O próprio nome da Cooperativa evidencia isto, ela é a CEPRA, (a Cooperativa dos Estudantes) e não a cooperativa da Escola. Assim, o aprendizado da cooperação cabe somente aos alunos, na expectativa de que no futuro eles sejam trabalhadores coletivos, já que o presente impede essa possibilidade.

Os alunos que trabalham na escola também trabalham em casa e no “alho”. O trabalho na escola, mesmo que se queira experimental e educativo, tem mais o caráter produtivista. Os pais, por sua vez, trabalham muito para conseguir sobreviver e ainda são solicitados para ajudar na escola. Os professores, sobrecarregados de aulas, se vêem obrigados a realizarem tarefas agrícolas.

Talvez na escola e nos assentamentos, o problema esteja na valorização do trabalho, mesmo que este roube o tempo de organização da luta, do “fazer movimento” e “viver a mística”. Não se pode negar que o trabalho seja o centro das relações humanas e fonte de humanização, formação e reconhecimento dos trabalhadores entre si. Entretanto, nesta sociedade, o trabalho desumaniza e deforma o ser humano, através da exploração. Sendo assim, em vez de afirmá-lo os trabalhadores deveriam negá-lo ou recriá-lo. A recriação do trabalho que de forma isolada poderia ser iniciada nos assentamentos do MST, mas, ao invés disto, está havendo a afirmação do trabalho produtor de mercadorias e a subordinação da vida à produção de excedentes para o capital.

Para os alunos o trabalho na Escola tem por objetivo a produção de alimentos para a merenda escolar e para a alimentação dos animais, o aprendizado de novas técnicas agroecológicas, a possibilidade de juntar a teoria aprendida na sala de aula com a prática. Outro aspecto sobre o objetivo do trabalho que aparece num depoimento refere-se a “aprender a vida no campo”, o que significa criar o gosto pela vida rural, mantendo os jovens no meio rural.

Acima de tudo para aprender novas formas de se trabalhar com a terra e com as pessoas (Estudante da 7ª série).

Como um aprendizado e para mantê-la funcionando (Escola) (Estudante da 7ª série).

O trabalho coletivo na escola para os alunos apesar de tudo, leva a um aprendizado político que implica em saber compartilhar e tomar gosto pelo trabalho coletivo. Eles vêem na cooperação uma forma de luta e de resistência à exploração.

Para tentar mostrar para as pessoas que cinco pessoas fazem mais que duas e que dez fazem mais que cinco, pois quando nós nos unimos nossas forças aumentam (Estudante da 8ª série).

Para que os alunos levem em frente o coletivo (Estudante da 7ª série).

Para aprender a repartir, a cooperar e a lutar por um mundo melhor (Estudante da 7ª série).

Eu acho muito bom porque em coleguismo o serviço é muito mais rápido e quando alguém erra os outros podem corrigir (Estudante da 6ª série).

A unanimidade sobre a importância do trabalho coletivo na Escola destoa da falta de clareza dos objetivos da CEPRA. Para os alunos da 5ª e 6ª séries principalmente, os objetivos da Cooperativa não estão bem claros, mas quando perguntados sobre o trabalho coletivo configura-se uma clareza sobre a importância deste. Clareza que também não existe em relação às diferentes formas de organização de trabalho em casa, na escola e no “alho”¹¹, como será visto a seguir.

Para os alunos, o trabalho de diarista é fonte de exploração. Para eles, esse tipo de trabalho exige esforço e obediência às determinações do patrão. Mesmo assim, eles possibilita um ganho em dinheiro que em casa dificilmente teriam.

Na casa a gente começa quando quer, na escola trabalhamos em planejamento e diarista tem hora certa para começar e para parar (Estudante da 7ª série).

Em casa trabalha para a gente e na escola para a cooperação e diarista você só vende sua força de trabalho (Estudante da 7ª série).

¹¹ “no alho” expressão usada pelos assentados para designar as grandes plantações de alho, ou trabalhar no alho significa trabalhar de diarista na colheita de alho.

Já o trabalho na escola e em casa não é entendido como fonte de exploração, mas eles apontam diferenças entre esses dois. A singularidade de ambos está em que o primeiro, proporciona a aprendizagem e, o outro, a sobrevivência da família. A forma de organização do trabalho (individual em casa e coletivo na escola) não é indicada pelos alunos como fonte de distinção entre os dois espaços. Talvez, pelo fato de considerarem a Escola como uma grande família. Alguns, até apontam que a diferença está na forma de organização do trabalho, mas são poucos.

Em casa e na escola a gente trabalha coletivamente e de diarista além de quase morrer trabalhando por uma miséria ainda trabalha só (Estudante da 8ª série).

Na escola é para aprender, em casa é para sobreviver e diarista é uma maior parte para sobreviver. Sabemos que estamos sendo explorados, adoraria e quero ajudar a mudar este método (Estudante da 7ª série).

Ainda existe um grupo que vê o trabalho na escola apenas como uma forma de produzir alimentos. Um depoimento indica a semelhança do caráter do trabalho da escola e de casa: *“Na Escola e em casa é a mesma coisa, trabalhar”* (Estudante da 6ª série).



Figura 4 - Trabalho na escola

No entanto, todos os alunos têm preferência pelo trabalho na escola, o que fica mais patente é a questão do trabalho ser mais leve e mais divertido. Alguns depoimentos dão a entender que o trabalho na escola é uma espécie de fuga do trabalho de casa.

Na escola porque tem bastante colegas para conversar enquanto a gente trabalha (Estudante da 6ª série).

Na escola porque é mais divertido e aprendemos cada vez mais (Estudante da 8ª série).

Na escola nos sentimos mais soltos, em casa nos sentimos muito seguros, presos [...] (Estudante da 6ª série).

Na escola a gente trabalha com colegas e na casa não. E porque os trabalhos são mais fáceis (Estudante da 7ª série).

Teve uma resposta que nos chamou atenção pelo fato de negar o gosto pelo trabalho, num meio em que ele é exaltado. “*Vou ser sincera não gosto de trabalhar em lugar nenhum, porque não gosto de trabalhar*” (Estudante da 6ª série). Os outros colegas não dizem que não gostam de trabalhar, dizem que preferem trabalhar na escola, que apesar de não se diferenciar efetivamente do trabalho de casa, permite o encontro e as brincadeiras. Pode-se dizer que ao contrário do que a comunidade e, por conseguinte, a sociedade propõe, os estudantes conseguem fazer com que o “trabalho” seja diferente, atrativo. Apesar de não manifestarem diretamente que não gostam de trabalhar, como seu colega da 6ª série, fica evidenciado que transformam o trabalho na escola, ocupam do seu jeito o tempo de trabalhar, tornando-o mais leve e divertido, principalmente pela presença dos colegas.

Na escola porque aqui é mais sossegado, a gente vê os colegas (Estudante da 5ª série).

Eu gosto de trabalhar na escola porque os pais não ficam reinando com a gente quando nós fazemos um serviço errado (Estudante da 5ª série).

Em casa o trabalho é mais pesado e na escola é mais leviano e mais com tempo, e na escola os professores ensinam a plantar (Estudante da 6ª série).

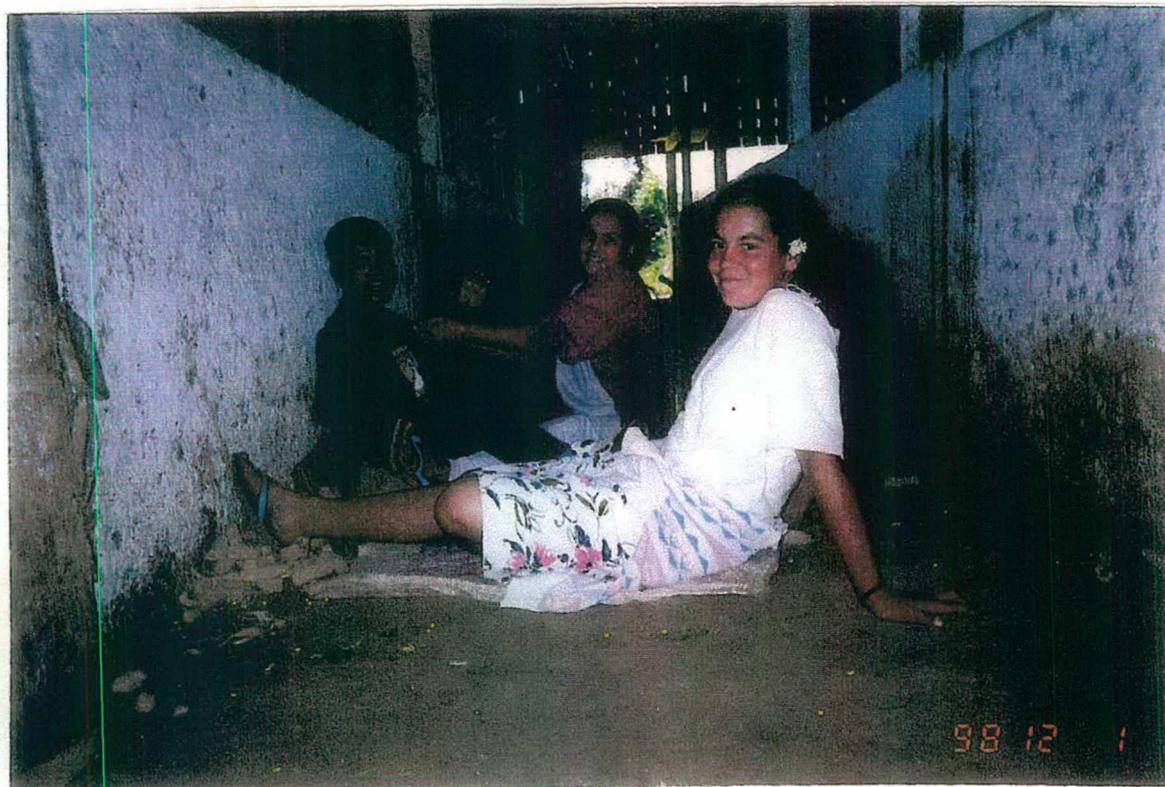


Figura 5 - O trabalho agrícola na escola



Figura 6 - O trabalho na escola

Para os professores, o trabalho na escola tem um caráter educativo: serve para ampliar o conhecimento científico e prático; é aprendizagem de novas técnicas agroecológicas para serem aplicadas nas propriedades dos pais dos alunos e, também, servir de suporte para o aprendizado dos valores coletivos. Um professor citou o trabalho na escola como um meio de valorizar o trabalho na agricultura. Em todos os depoimentos, a manutenção e o sustento da Escola apareceu como um resultado dos demais objetivos do trabalho e não como um fim em si mesmo.

[...] construir uma consciência pela valorização do trabalho e de suas raízes (Professor).

[...] desenvolver e conhecer técnicas agroecológicas e colaborar com o sustento da escola (Professor).

Produção é o resultado do trabalho dos alunos e dos pais. Mas o objetivo não é fazer que os alunos trabalhem para sustentar a escola e sim fazer um campo de experimentos para a sua aprendizagem (Professor).

O trabalho na escola é algo mais concreto para desenvolver a cooperação, onde todos percebem a importância de cada um no grupo (Professor).

Os professores consideram o trabalho de casa diferente do trabalho na escola. No primeiro, as atividades são rotineiras, feitas de forma individual e têm como finalidade a subsistência da família. Além disso, na produção da propriedade familiar, ainda predominam as técnicas tradicionais de cultivo, ou seja, uso de insumos químicos e manuseio danoso da terra.

Já na escola, segundo os professores, o trabalho é realizado de forma coletiva para a aprendizagem da cooperação, utilizando técnicas agroecológicas como adubação verde, plantio direto, uso de insumos naturais. Desta forma, os professores destacam o princípio educativo do trabalho realizado pelos alunos na escola agrícola.

Tendo em vista a diferença entre formas e objetivos do trabalho em casa e na escola, como também para o MST, o trabalho coletivo é superior ao individual e, por isto, a escola deve ser uma fonte de aprendizagem e disseminação das formas coletivas de viver. Na opinião dos professores o trabalho coletivo na escola serve:

Para se criar uma consciência de coletivo (Professor).

Para aprender a trabalhar cooperadamente, porque a maioria das famílias não sabe trabalhar em comunidade (Professor).

Eles trabalhando na Escola cooperadamente eles vão criando uma nova consciência e assim ao chegar em casa estarão passando suas idéias para a sua família (Professor).

Há um conflito entre a visão dos professores e a visão dos pais que querem ver todas as capacidades produtivas e as infra-estruturas da escola serem aproveitadas. A produção na escola visivelmente não vai bem, os depoimentos dos professores também confirmam isto. Os motivos são a falta de pessoal, ou seja, de funcionários, a pouca participação da comunidade nos trabalhos, o que poderia suprir a falta de funcionários e a falta de recursos para custear as atividades agropecuárias. Um professor salientou que a produção é satisfatória, levando em consideração os limites acima citados.

A produção obedece aos limites encontrados: falta de insumos, falta de mão-de-obra. Na minha opinião apesar destas dificuldades, os resultados são qualitativos, haja visto que se produz em pouca quantidade, porém dentro da proposta agroecológica (Professor).

Não vai muito bem, mas isto não é culpa dos professores ou dos alunos, um pouco é pela pouca participação de certas pessoas da comunidade (Professor).

Este último depoimento é significativo porque ele traz à tona o conflito entre professores e pais de alunos e procura isentar os professores pelos problemas na produção. Os pais alegam que mesmo com poucos recursos daria, para no mínimo, produzir a merenda dos alunos. A baixa produtividade deve-se a falta de organização dos trabalhos por parte dos professores.

Nesta parte estão falhando, a produção da alimentação está fraca, não anda né, tem tudo ali, tem as brigadas, eu não sei o que acontece que não funciona. Não tem recurso, mas um pouco é porque deixam de fazer, não precisa de tanto recurso para fazer uma lavoura, faz um quadrinho ali, demonstrativo né, só para a alimentação, e tem os mutirão quando precisar [...] Acho que os alunos ficam muito soltos, uma brigada para cá e outra para lá e dá muita algazarra, não tem ninguém que acompanha eles. Tem aluno que não tem interesse e vai só para badernar (Assentado de Vitória da Conquista).

Pelos depoimentos dos pais, percebe-se que houve períodos de boa produtividade no passado e os assentados dão muita ênfase a este aspecto da escola.

Nos primeiros anos a produção era excelente porque havia um custeio. Quando faltava alimentação para o suíno, conseguia-se verba para comprar esta alimentação. Quando faltavam frango (pintos) conseguia-se verba para comprar estes frangos e a ração para eles, quando precisava de semente para o plantio, adubo e óleo diesel, era conseguido através da FUNABEM. No entanto, eles davam todo este custeio para que a escola, com esta produção, começasse a se auto-sustentar, não 100%, mas também não ficar totalmente dependente do estado, para que ela pelo menos conseguisse sobreviver, naqueles anos conseguia, vendia a produção, suínos, frango, até para o próprio consumo do pessoal aqui, frango foi vendido muito (Assentado de Vitória da conquista).

Segundo os assentados, naquela época, o planejamento da produção na escola era feito pelo "Conselho". Faziam parte do mesmo, oito pessoas da comunidade, dois professores e dois alunos da escola. Os alunos trabalhavam alguns períodos extra-classe na escola. Também naquela época, as crianças de 1ª a 4ª séries passavam um dia na escola agrícola. Os pais lembram que somente uma professora com poucos alunos, conseguiam produzir com sobras todas as hortaliças para o consumo na escola.

Todos os pais contribuíam na escola com um dia de trabalho por mês. Segundo os assentados, havia mutirões em que apareciam até 60 pessoas para trabalhar. Nesta época, ainda não existia a cooperativa dos estudantes. Os problemas da escola eram problemas da comunidade e eram resolvidos em conjunto.

Sempre eram tomadas as decisões em conjunto, eram feitas muitas reuniões e assembléias periódicas, as prestações de contas tudo, o pessoal ia trabalhar com gosto porque sabia o que estava sendo feito e a produção rendia porque estava todo mundo trabalhando. Teve anos ali que foi colhido uns 400 sacos de milho. (Assentado de Vitória da Conquista)

A escola recebeu recursos estaduais até 1995. Depois disto, começaram a aparecer os problemas na parte agrícola: os equipamentos e as instalações foram aos poucos se estragando por falta de manutenção. Não havia mais investimentos para a produção e a escola não conseguiu tornar-se auto-sustentável conforme desejado. Por outro lado, havia naquele período, menor qualificação profissional dos professores em relação aos de hoje.

No início nós tivemos uma produção muito boa, a questão econômica, a aparência, a moral da escola muito alta, mas se nós fossemos analisar em termos do quadro, que davam aula nós tínhamos poucas pessoas especializadas para fazer este trabalho. Então era mais assim pessoa com vontade mas não tinha o preparo para desenvolver um bom trabalho com os estudantes. Se formos comparar com o passado nós tivemos perda na agricultura mas em compensação hoje tivemos ganho nas aulas teóricas. O

que deveria ser feito e que até hoje não se conseguiu era que as duas coisas andassem bem ao mesmo tempo, ai moralizaria os dois lados (Assentado de Vitória da Conquista).

A produção agropecuária começou a diminuir a partir de 1995, quando os recursos vindos do Estado foram cortados. Como a idéia inicial de auto-sustentação não se efetivou, a produção era feita com poucos recursos obtidos por doações e promoções de festas e rifas.

A maior dificuldade para fazer funcionar o ensino agrícola e a produção é financeira. Nós entendemos que os alunos devem desenvolver um trabalho educativo, não para a produção. Nós não vamos meter os alunos aqui para trabalhar de forma nenhuma, eles estão para aprender e não para produzir. Se a escola tem este caráter, a escola não tem funcionário de campo, os técnicos também são professores, eles não podem estar trabalhando na roça. Ai a questão financeira para pagar mão-de-obra, não tem semente, adubo. Mesmo que seja produção agroecológica, tendo menor custo em insumos, mas gasta mais mão de obra, e não podemos pedir que os pais façam tudo isto porque eles precisam trabalhar na roça deles (professor).

Existe uma cobrança muito forte por parte dos assentados em relação à produção agropecuária na escola. A dificuldade na produção agropecuária é um dos fatores de descrédito em relação aos professores e à escola e, por conseguinte, resultou no afastamento dos pais e da comunidade.

A primeira coisa que pelo menos tenho que fazer na minha prática a gente tem que aproveitar o máximo aqueles recursos que a própria natureza ofereceu para a gente, usar o máximo que a gente tem, sem depender do mercado para fazer a produção. E lógico, sempre vai precisar de recursos para se desenvolver uma coisa a mais. Mas hoje a situação que está a escola, os terrenos estão calcariados, a cobertura do solo em várias áreas, pomar instalado. Então hoje a necessidade de recursos para fazer esta produção acontecer não são muito grandes. Agora como buscar, onde buscar eu não sei, porque as portas estão fechadas (Assentado de Vitória).

Em relação à participação da comunidade na escola houve um refluxo. Em 1998, foram feitos alguns mutirões com participação significativa dos pais de alunos. No ano 2000, no final de novembro, a comunidade foi convocada para um mutirão. Apareceram ali, poucas pessoas. Não podemos negar que a comunidade afastou-se da escola ou a escola da comunidade. Segundo depoimento de assentados, a escola poderia voltar a ser o que era se,

A comunidade voltasse a assumir a escola, se as coisas forem feitas com transparência como sempre se diz. Eu acredito que a escola hoje, talvez dando uma melhorada em alguns pontos na questão das disciplinas (ensino) e melhorando a parte agrícola, tem condições de fazer com que dê certo, juntando o pessoal para ajudar a trabalhar e conseguindo alguns profissionais mais experientes (Assentado de Vitória da conquista).

Atualmente, a produção da escola, como revelam depoimentos, está prejudicada por falta de recursos e força de trabalho. Apesar disso, existe um pomar com mais de cem pés de pêsego que possivelmente dará uma boa produção este ano caso não ocorram imprevistos como seca, granizo ou doenças nas plantas. Foi plantada uma roça de milho na forma de plantio direto no último mutirão. Estão sendo produzidas algumas espécies de mudas de árvores no viveiro que foi construído com financiamento da Coopercontestado. Existe um projeto interessante denominado de “banco de sementes”. Ele consiste em uma plantação de vários tipos de plantas que servem de cobertura para o solo (avíca, centeio, trevo branco e outras). As sementes dessas plantas serão distribuídas para os assentados. Existe também criação de peixes, frangos de corte e postura e uma parreira de quiwi e uva desenvolvendo-se.

Outra questão que gera polêmica e que afeta diretamente a produção na escola é a diretriz do Movimento que induz à produzir de forma agroecológica, ou seja, sem uso de adubo químico e agrotóxicos, mas fazendo coberturas de solo e plantio direto sem arar a terra. A Escola pretende difundir essa nova forma de agricultura que é também um dos “valores” do MST. Existe uma tensão entre esse objetivo da escola e a vontade da comunidade que quer ver aquela terra produzindo de qualquer forma.

Já vem se tentando a produção agroecológica há 2 anos ou mais na escola. Agora eu no meu modo de entender, pelo que aprendi nos cursos e na prática da agroecologia (também) com a forma que nós viemos produzindo anteriormente (uso de químicos), se a gente quiser mudar 100% fazer numa virada, você pode quebrar o pescoço. Então existem partes ali com cobertura de solo em que já pode-se fazer este trabalho (agroecológico). Agora existem partes que é um terreno compactado, tá uma terra meio seca, aí tem que se fazer um trabalho de recuperação talvez as próximas safras ainda ser usado o sistema tradicional, usando talvez alguma coisa química. Parte dela já dá para se começar a fazer, agora se quiser fazer toda ela a partir de um momento, não estando toda ela preparada a gente pode terminar de quebrar o pescoço (Assentado de União da Vitória).

Para os pais, as dificuldades em produzir alimentos para os estudantes e excedentes para a auto-sustentação da Escola são decorrências de vários fatores. O depoimento acima resume o que pensam os pais. Não há recursos, mas falta fazer as crianças trabalharem.

Olha eu vou ser franca, eles ficam brabo de eu falar. Aqui em casa eu ponho eles para trabalhar, a gente cobra deles, se tiver brincando eu xingo, porque eles têm que trabalhar certo, porque eles são homens, se um dia eles pegar um trabalho eles sabem. Lá na escola, eles trabalham, um pouco eles brincam, é bom para eles né. Aqui em casa eles não tem tempo de brincar (Assentada em Chico Mendes).

Se houvesse recursos, eles poderiam ter, segundo uma mãe, um “[...] aviário, chiqueirão, uma estufa para plantar verdura, se tivesse uma estufa, poderia trabalhar num espaço menor, poderia até gerar renda para a escola. Na horta ao ar livre, trabalha demais e tira pouco” (Assentada do Coletivo do Contestado). Os pais dos alunos acham importante que os alunos trabalhem na escola para o auto-sustento da mesma, para aprenderem novas técnicas de trabalho e, também, para criarem gosto pelo trabalho, mesmo que o trabalho seja repetitivo e igual ao realizado em casa.

É melhor que ficar devarde (debalde), o trabalho na escola é uma coisa boa para eles, quando eles ficam o dia todo, é melhor que só brincar e jogar bola né, então antes que estejam trabalhando que daí se machucam menos que jogar bola (Assentada no Contestado).

O depoimento remete à reflexão sobre a questão da infância e da adolescência dos filhos de trabalhadores no Brasil. Há a negação do tempo das brincadeiras, de jogar, de se divertir, do direito de se machucar nelas e, não, no trabalho. A ocupação das crianças para o trabalho dá-se de forma mais amena na agricultura familiar, porque entre um trabalho e outro, ou durante o trabalho, as crianças brincam. No entanto, quando as crianças e adolescentes trabalham para “outros”, para o dono da fazenda ou na fábrica urbana, a exploração torna-se mais evidente e intensa. Os estudantes da escola não se sentem explorados no trabalho com a família. Eles dizem: “em casa é para a sobrevivência”. A exploração deles está velada pela falsa independência que a propriedade do lote lhes confere. Na verdade, sua família está produzindo excedentes econômicos para outrem.

A escola poderia ser o espaço diferenciado do tempo do trabalho, algo atraente que fosse além das experiências mais imediatas. No entanto ela o reproduz, apenas o recria coletivamente.

Uma mãe mais presente na escola não concorda com a visão de que qualquer trabalho possa ser educativo.

Eu acho que não, porque deu para ver onde eles quebraram o milho, eles foram porque tinham que ir, acabaram deixando a metade para traz, então ele não está aprendendo ele está desaprendendo, porque ele foi porque tinha que fazer o serviço que era o papel da comunidade ir lá e fazer, então como que é uma escola diferente? Eu acho que não gostam de trabalhar na escola, a maioria não, se é uma experiência nova eles vão com vontade, agora se é para carpir, quebrar milho estas coisas, eles vão porque é preciso ir mas não que tenham vontade. Porque se é uma coisa nova eles ficam curiosos e querem, agora uma coisa que ela já sabe fazer não querem (Assentada em Vitória da Conquista).



Figura 7 - O trabalho na escola

Foto: Dan Baron Cohen

O depoimento identifica o caráter do trabalho na escola. Este não é diferente do trabalho que os estudantes já fazem em casa. Assim, eles se recusam a fazê-lo ou, vêm para as aulas práticas porque é um espaço de convivência e de brincadeiras com os colegas.

Para a maioria dos pais entrevistados, a diferença entre o trabalho na Escola e em casa está no primeiro ser para a aprendizagem e, o outro, para a sobrevivência, mas para eles são iguais. Uma minoria afirmou que a diferença está no fato de o trabalho ser coletivo na Escola e, em casa individual. O trabalho de diarista para eles é “trabalho de escravo”, trabalho explorado.

Diarista não dá pra comparar. Diarista é trabalho escravo, é escravizado. Trabalhar ao mando do patrão não pode nem olhar pro lado. Na casa, ele tem vários tipos de trabalho, mas às vezes ele trabalha muito sozinho. Ele faz aquele trabalhinho, roça pra cá pra lá, mas sozinho. Na escola ele faz trabalho mais coletivo. Ele aprende o conjunto (Assentado em União da Vitória).

Existe porque quando eles vão trabalhar no alho na maçã e serviço fora, ali você recebe pelo rendimento do trabalho, então ali você vai, utiliza toda a energia para fazer o máximo, na casa, você trabalha não tanto quanto o trabalho na empresa, mas também é um trabalho meio forçado porque tem que produzir para a subsistência né. Já nesse caso da escola, eles trabalham, mas um trabalho educativo onde eles vão aprender aquilo que vão fazer, tem que ter explicação, é um trabalho menos forçado (Assentado em Conquista da Vitória).

Apesar de não comentarem que o trabalho da escola se diferencia do de casa por ser coletivo, as respostas de todos os pais, com exceção de um (“eu não gosto do coletivo porque um se aproveita do trabalho dos outros”), afirmam achar fundamental que seus filhos sejam trabalhadores cooperados, como forma de prepará-los para o futuro.

Bom, eu acho que se você pegar uma pessoa de 40 anos, 50, 60 anos que trabalhou a vida inteira sozinho e você mudar ele para um coletivo é muito difícil de mudar, tem que mudar todo um costume, um... Então o que é a idéia do trabalho coletivo na escola, pra ele ir apreendendo desde agora o trabalho coletivo, pra ele gostar deste trabalho coletivo e poder contribuir depois. E eu espero que meus filhos nenhum faça trabalho individual, na medida em que eles forem assentados pela Reforma Agrária eu quero que eles façam o trabalho coletivo. Que eu não tive oportunidade porque eu herdei isso já muito tarde. Então a idéia é que eles vão aprendendo na adolescência, depois na juventude você trabalha uma proposta de uma sociedade diferente. Isso não é só pro trabalho coletivo, há mudança na sociedade (Assentado em União da Vitória).

Mesmo que os pais dos alunos da escola sejam pequenos agricultores e trabalhem de forma individual, exceto a CPA do Contestado que agrupa cinco famílias (adotam algumas formas de cooperação para comercializar seus produtos e comprar insumos, associações de máquinas e implementos), a grande maioria dos entrevistados admite que o trabalho coletivo é melhor, é superior, mas que eles estão acostumados a serem “individuais” e que, muito dificilmente, formarão CPAs. Eles esperam que o trabalho coletivo seja adotado pelos filhos que o aprendem na escola.

As possibilidades de vivenciar a cooperação acontecem só na escola e praticamente só no trabalho. Não existe fora delas uma base material de vida e de prática coletiva, ou, só existe parcialmente. Dessa modo, parece utópico desejar criar novas formas de relações sociais pela educação. A possibilidade de criar uma nova sociedade se dá na luta de classes, o que o MST vem fazendo nos acampamentos. Nos assentamentos a luta revolucionária, é aos poucos, substituída pela luta para a sobrevivência. Assim, os limites da escola estão em formar mais para o trabalho, (coletivo, uma forma que não existe no meio em que vivem, pois praticam o trabalho individual), do que formar para a luta política.

3.4 Avanços e Limites da Cooperação na Escola

A experiência da Cooperativa dos Estudantes na Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio nos assentamentos de reforma agrária do MST, do município de Fraiburgo – SC, é recente e baseada no acúmulo de aprendizados. Ela vem passando por ajustes anualmente para melhor adaptar-se à realidade e resolver os problemas que vão surgindo.

Esta pesquisa está limitada à análise de três anos de existência da CEPRA. Trata-se do estudo de um processo, de algo que está se desenvolvendo com dificuldades e limites. Pelas últimas informações obtidas sobre o ano letivo de 2001, o Estado ainda não havia contratado os professores da área agrícola. Assim, corre-se o risco de excluir esse ramo de ensino da escola. Novamente, os professores e alguns pais da comunidade terão que negociar e pressionar a Secretaria da Educação para que esta mantenha o ensino agrícola, conforme a vontade dos assentados.

Tomando a educação do MST como um processo maior do que a escola e que se dá no dia-a-dia da luta social, pode-se dizer que a Proposta Pedagógica do MST só é possível com a presença efetiva do MST nos assentamentos. Quanto mais efetiva for a

presença deste, mais a educação de MST se realiza. O desafio é fazer com que a escola não seja um momento separado da vida dos Sem Terra.

Na Escola Agrícola, os temas da luta social são tratados em sala de aula. Os professores são escolhidos pela própria comunidade e tentam trabalhar com a Pedagogia do MST. Esta proposta efetiva-se, em parte, pelo coletivo dos alunos. Existem dificuldades em fazer a escola funcionar realmente como um coletivo para superar a cooperação atualmente restrita somente aos alunos. Os professores são unânimes em considerar a Cooperativa e a cooperação entre os alunos como positiva e importante para a formação deles. No entanto, eles próprios têm dificuldades em se organizarem como um coletivo de professores. Na fundação da Cooperativa em 1998, foi criada uma “brigada pedagógica” constituída pelos professores que não se efetivou. O motivo pode ser a dificuldade de se trabalhar com uma nova pedagogia participativa e democrática. Um aluno afirmou que o maior problema da CEPRA era que *“os alunos planejavam e os professores mandavam fazer outra coisa, não respeitavam o planejamento dos alunos”* (Aluno egresso). Este é um problema que pode ser refletido com o Setor de Educação do MST. Existem encontros de professores e alguns cursos, mas estes são poucos para os problemas reais do dia-a-dia da prática educativa nos assentamentos. O excesso de trabalho dos professores e a grande rotatividade deles na escola são fortes fatores da não implantação do coletivo dos professores. Todos eles são sobrecarregados de disciplinas. Os que não trabalham 40 horas na escola, trabalham em outras escolas, ou na roça para poderem complementar o salário insuficiente que recebem como professores.

Assim, a cooperação na escola resume-se, principalmente, à cooperação no processo de trabalho, para dar conta da produção desejada pela comunidade e para a manutenção das estruturas da escola que é muito grande e só é viabilizada com muitos recursos. Por isso, os alunos têm pouco tempo de discussão e reflexão acerca do trabalho desenvolvido. O caráter da cooperação na escola decorre da sobrevalorização e do domínio do trabalho produtor de mercadorias sobre a vida das pessoas. Os pais, devido ao excesso de trabalho em casa, têm pouco tempo para participar da vida comunitária e das atividades da escola que, na maioria das vezes, resume-se em solicitar a força de trabalho dos pais.

Instituiu-se uma cooperativa dos estudantes para que eles aprendessem a cooperar entre si, mas a realidade ao seu redor nega a cooperação. Os pais estão trabalhando nos seus lotes individuais, os professores não estão conseguindo formar um coletivo, as cooperativas dos assentados passam por dificuldades econômicas. Os alunos estão

aprendendo para o futuro, para serem futuros trabalhadores cooperados. Pretende-se que a educação dê conta de criar homens e mulheres novos. No entanto, como criar uma educação diferenciada em um meio que não propicia isso? Neste sentido, parece haver uma idealização das possibilidades da Cooperativa dos Estudantes ou uma super valorização frente aos limites impostos pelo meio, fazendo com que a cooperação se restrinja à esfera da cooperativa a exemplo das cooperativas de muitos assentamentos, como afirma um professor.

Cooperação é toda a forma de ajuda entre as pessoas e cooperativa é a forma de juntar todas as formas de cooperação numa organização (Professor).

Carvalho (1999) comenta que a cooperação entre as pessoas foi substituída pela cooperativa e Grade (1999), complementa que a cooperativa para o mercado é fator de subjugação da mística da rebeldia do acampamento pelas relações mercantis. Para Sizanowski (1998), as possibilidades de autogestão realizam-se pela presença do Movimento Social nas CPAs. Da mesma forma, a possibilidade da CEPRA como instrumento pedagógico também somente é possível pela presença do MST na escola. A cooperativa é centralizada na produção. Esta produção encontra os mesmos limites da cooperativa dos assentados: falta dinheiro para fazer os investimentos.

Em relação às cooperativas agrícolas dos assentados, na maioria delas, prevalece o seu aspecto econômico. Poucos mencionam o caráter político proposto pelo SCA. Eles também reconhecem que não existe uma vinculação entre a COOPERCONTESTADO e a CEPRA, apesar de na prática, haver um repasse de recursos e técnicos agrícolas para as atividades da escola como doação de sementes e construção de um viveiro de mudas de árvores.

Esse é um dos problemas que nós falamos, é uma coisa muito isolada né. A Cooperativa dos Estudantes parece que é... Mas é questão de direção. Questão de integração, não tem feito esta integração maior e esta dificuldade continua (Assentado de União da Vitória).

Acho que uma depende da outra, (CEPRA e COOPERCONTESTADO) devemos discutir mais (Assentado em Vitória da Conquista).

Há uma estreita ligação entre educação (escola) e trabalho, ou seja, a educação potencializa trabalho. “[...] A educação é funcional ao sistema capitalista, não apenas

ideologicamente, mas também economicamente, enquanto qualificadora de mão-de-obra (força de trabalho)” (Saviani, 1994:151). A Escola do MST, deveria educar mais para a vida e menos para o trabalho, porque por enquanto o trabalho subjuga a vida dos homens.

Contudo, alguns alunos extremamente tímidos e desinteressados com o estudo tiveram uma mudança muito grande. Eles tornaram-se lideranças entre os colegas e tomaram um gosto pela participação que extrapolou a esfera da Cooperativa. Alunos que em sala de aula tinham dificuldades de escrita e expressão, conseguiram afirmar-se e despontar como líderes respeitados pelos colegas e voltaram a tomar gosto pela escola e pelo estudo. Uma evidência disto é que quatro alunos da turma que se formaram em 1999, foram selecionados pelo MST para continuarem seus estudos de ensino médio, na Escola do Movimento “Josué de Castro” em Veranópolis-RS. Esta Escola é disputada por filhos de Sem Terra do Brasil inteiro. Portanto, de uma turma de doze formandos serem escolhidos quatro é um bom indicativo para se afirmar que a Escola, em termos de formação de militantes para o Movimento, está cumprindo seu papel.

Considerações Finais

O pressuposto para a organização dos trabalhadores em cooperativas encontra-se no trabalho social engendrado pelo sistema capitalista. O capitalismo ao criar a cooperação no processo de trabalho, cria, ao mesmo tempo, a exploração dos trabalhadores e a possibilidade de sua organização em bases coletivas para a superação desta exploração. As cooperativas, neste contexto e nas suas experiências históricas, também enfrentam tal contradição. Elas surgem com pretensões utópicas de humanizar o capitalismo e, ao mesmo tempo, constituem-se em formas de organização dos trabalhadores.

O trabalho coletivo é superior ao individual porque imprime ao trabalho de cada indivíduo o caráter de trabalho “social médio”. “Ao cooperar com os outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie” (Marx, 1989: 378).

O capital cria o trabalho coletivo, introduz a máquina no processo produtivo possibilitando o aumento da capacidade produtiva em níveis jamais imaginados. Apropria-se das vantagens e, ao mesmo tempo, impede que as possibilidades de uma sociedade igualitária e de abundância material para todos se realize.

O sistema capitalista, por sua dinâmica, vai aos poucos subordinando as formas artesanais de produzir. Quando não destrói essas formas de produzir, molda-as à sua lógica, como aconteceu na agricultura brasileira. Neste ramo da produção, nem sempre o capital se apropria da terra para explorá-la. Só o faz em setores de alta rentabilidade, “onde a renda da terra é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado, (...) o capital não se torna proprietário da terra, mas cria condições para extrair o excedente econômico” (Martins, 1981:175,6). O camponês mantém a propriedade da terra, mas seu trabalho é explorado quando vende seu produto ou compra insumos e produtos de sua necessidade no mercado.

Os assentados do MST ao produzirem sua subsistência são submetidos à exploração capitalista. O movimento propõe o cooperativismo como uma forma de melhorar as condições de produção dos assentados mediante comercialização coletiva dos produtos e da compra coletiva de insumos. A cooperação no processo de trabalho é adotada nos assentamentos em que há a propriedade coletiva dos meios de produção.

O cooperativismo tem sua origem na Europa e é um dos aspectos do movimento operário em sua luta contra a exploração capitalista. O cooperativismo

surgiu como uma proposta de modificar o capitalismo, de chegar a uma sociedade socialista via constituição de cooperativas e pela propagação de suas idéias às classes dominantes que, segundo esperavam seus proponentes, adeririam à sua causa e num ato de bondade não explorariam mais os trabalhadores.

Com o passar do tempo, o cooperativismo foi absorvido pelo sistema, frustrando as expectativas de uma mudança social pela educação e pelo convencimento de todos os membros da sociedade, exploradores e explorados, de que a mudança seria possível sem o embate de classes. No entanto, desde o princípio houve quem criticasse a perspectiva utópica do movimento cooperativista, apontando seus limites e para a transformação social. Inicialmente a crítica partiu de algumas tendências do movimento operários. Em seguida, foi feita pelos materialistas. Para alguns pensadores (Kautsky e Luxemburgo), o cooperativismo como instrumento de transição não possuía validade. Marx e Engels compreendem-no como um instrumento válido e auxiliador na organização dos trabalhadores para a luta de classes, desde que sejam criados pelos próprios operários com independência em relação ao estado e aos patrões e que não tenham objetivos fechados em si mesmo, mas sim para a práxis revolucionária. Os dois últimos autores concebem a organização cooperativa do trabalho como a própria organização do trabalho na sociedade socialista. Lênin adota as cooperativas agrícolas como instrumentos propiciadores de mudanças culturais e econômicas dos camponeses da Rússia, preparando-os para o socialismo.

Ao adotar o cooperativismo como instrumento de organização dos assentados, o MST reporta-se à história do movimento cooperativista mundial. Assim, considera as possibilidades e os limites dessa forma organizativa dentro do capitalismo. Critica as cooperativas tradicionais e propõe um cooperativismo “diferente, alternativo e de oposição”, integrado à luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Desta forma, a cooperativa serve como instrumento de resistência na terra, melhorando o acesso ao mercado e aumentando a produtividade pelo trabalho coletivo. O cooperativismo também é estratégico para manter os Sem Terra organizados no trabalho e na produção e para liberar recursos e militantes para o Movimento Social. Além disto, o MST pretende também que a vivência da cooperação pelos assentados seja uma fonte formadora da consciência coletiva.

Atualmente, o cooperativismo no MST enfrenta problemas econômicos e políticos devidos ao seu caráter, segundo Grade (1999), suas dificuldades provém do caráter capitalista da produção nos assentamentos. Para Carvalho (1999), houve uma

imposição de “fora para dentro” do cooperativismo sobre as outras formas de cooperação dos camponeses; o economicismo prevaleceu sobre a formação político-ideológica e trouxe o corporativismo. A cooperação no MST evidencia-se nos assentamentos de Fraiburgo. A cooperação que antes da posse definitiva da terra tinha um caráter de ajuda mútua, de solidariedade vai aos poucos, com a posse da terra e o isolamento das famílias em seus lotes, se transformando em cooperação para o mercado, em cooperativa de caráter corporativista. Entendemos que o caráter economicista da cooperação no MST é fruto da valorização do trabalho e da busca da eficiência econômica para mostrar à sociedade a viabilidade da Reforma Agrária. Parece que o trabalho produtor de mercadorias tornou-se central na vida dos assentados em função das necessidades econômicas impostas pela sociedade à qual pertencem.

A centralidade do trabalho também é evidenciada na Escola Agrícola de 1º Grau “25 de Maio”, pois ela está inserida nesta mesma sociedade, apesar do diferencial proporcionado por sua ligação ao MST. A cooperação entre os alunos está voltada para o processo de trabalho agrícola. A escola tem dificuldade de integrar todas os sujeitos e suas atividades coletivamente. As disciplinas do núcleo comum não tem relação com as atividades da cooperativa que planeja e executa essencialmente os trabalhos agrícolas. A cooperação nas outras esferas da vida escolar encontra limites devido à necessidade de tempo e de força de trabalho para dar conta das atividades da esfera produtiva.

Os estudantes que também trabalham em casa e, em alguns casos, de “diarista” nas fazendas da região, preferem trabalhar na escola porque é uma forma de evitar o trabalho cansativo e rotineiro de casa. Na escola, encontram formas de tornar o trabalho diferente, divertido já que nem sempre executam as tarefas que lhes foram determinaram. Em contrapartida, os pais e os assentados em geral, querem ver a produção agrícola na escola. O trabalho realizado na escola não é essencialmente diferente do de casa, porque as atividades agrícolas são as mesmas. Porém ele é realizado coletivamente, supõe a cooperação dos alunos entre si. Poucas vezes o trabalho tem caráter de experimentação técnica. A falta de recursos, de técnicos, de pessoal e a necessidade de produzir consomem o tempo que deveria ser destinado à aprendizagem, ao planejamento e à reflexão sobre o trabalho e seu caráter na escola, no assentamento e na sociedade.

O trabalho coletivo é praticado pelos alunos durante dois períodos semanais. Todos os alunos pertencem a uma brigada, que corresponde a um setor de produção da escola. As brigadas, com base num planejamento geral, elencam suas atividades

específicas e, após os planos de trabalho serem aprovados na reunião do Conselho Deliberativo, elas são executadas. A coletividade na escola está centrada na organização dos estudantes, já que para os professores ainda se coloca como um desafio. Nos assentamentos e nas casas dos estudantes o trabalho é organizado de forma individual e familiar. Sendo assim, o trabalho coletivo desenvolvido na escola não encontra bases reais de sustentação, pois limita-se à cooperação no trabalho no interior da CEPRA.

Por outro lado, a cooperativa possibilita a reunião dos estudantes, o aprendizado da autogestão, do diálogo e a capacidade de identificar problemas e buscar soluções coletivamente. A cooperativa tem proporcionado também o desenvolvimento da crítica, da auto-crítica e a coragem de expô-las. Além disso, a CEPRA tem se configurado como um espaço de vivência coletiva formando os alunos para a atuação no Movimento Social.

A Escola agrícola de 1º Grau 25 de Maio foi uma reivindicação imediata dos assentados. No MST, a escola não é o único espaço de educação. A luta social é o sujeito pedagógico maior que envolve e que determina a ação educativa da escola. Neste sentido, a Escola Agrícola por estar situada no assentamento é direcionada pelo movimento social e incorpora seus objetivos e práticas. Os pais, alunos e professores são formados na luta social e não, necessariamente, pelo desenvolvimento da proposta pedagógica do MST para o ensino fundamental. A proposta pedagógica do MST sugere que a escola toda funcione como um coletivo pedagógico, que trabalhe com temas geradores e que busque a participação da comunidade. Tal proposta efetiva-se parcialmente na Escola Agrícola, pois somente os alunos organizam-se em sua cooperativa. Há dificuldades de trabalhar com os temas geradores e a comunidade já não participa da escola com a mesma intensidade do início do assentamento. Ao que parece, os assentamentos de um modo geral estão cada vez mais centrados na busca da sobrevivência, ou seja, na produção da vida material como forma de resistência na terra e que se encontra ameaçada pela centralização do capital e pela exclusão crescente dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, encontra-se no interior de um movimento social, que propõe a ação coletiva como forma não só de resistência na terra, mas, fundamentalmente, de construção de novas bases de produção da vida fundadas na cooperação e na solidariedade. Percebe-se, assim, as dificuldades e os limites de gestão do novo no interior das velhas relações capitalistas.

As reflexões a respeito dos assentamento podem ser transportadas para o interior da escola que experimenta as mesmas contradições, principalmente, quando propõe a organizar-se em forma de cooperativa, tendo o trabalho como central.

Neste sentido, coloca-se como desafio a reflexão sobre o caráter do trabalho na Escola Agrícola, qual seja, pensá-lo como meio de experimentação e de aprendizagem de novas formas de produção de técnicas agrícolas, ou, essencialmente, para a produção da subsistência da escola.

Há uma preocupação por parte dos assentados em tornar as terras da escola produtivas, razão mais do que justa para quem sofreu e sofre privação do acesso à terra pela existência do latifúndio improdutivo. Entretanto, há dificuldades materiais que impossibilitam tal intento, a escola é vinculada à Secretaria Estadual de Educação e não conta com os recursos materiais e humanos necessários para o seu funcionamento. Além disso, não podem ser os alunos responsáveis pela produção, que vêm na escola talvez a única possibilidade de se afastar do trabalho e, fundamentalmente, de acesso ao conhecimento e à outras formas de vida e de aprendizagens. Considera-se a escola como o elo de ligação entre as experiências locais mais específicas e as experiências gerais que a humanidade já produziu.

A área agrícola da escola não aproveitada pelas experiências dos alunos poderia servir, por exemplo, como um laboratório de trabalho coletivo para os pais. Há disponíveis implementos agrícolas e uma pequena “agroindústria” na qual poderiam ser beneficiados alguns produtos como legumes e frutas. Os alunos teriam oportunidade de organizar-se em outras formas, não necessariamente em cooperativa, para promover a comunicação, o lazer, a cultura, a “mística”, enfim a coesão dos assentados. Desta forma, estar-se-ia criando bases de vida coletiva reais, não somente a cooperação na escola e para o futuro. Talvez este seja o desafio do Movimento Sem Terra - pela sua capacidade de mobilização e organização e seus ideais de transformação social - o de construir formas de cooperação centradas na solidariedade e na vida das pessoas, e que extrapole a esfera produtiva.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo – Os sentidos do trabalho. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BENJAMIN, César et al. – A opção brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BOTTOMORE, Tom - Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BOGARDUS, E. - Princípios de cooperação. Lisboa: Lidador, 1964.
- BOGO, Ademar – Lições da luta pela terra. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- CALDART, Roseli – Educação em movimento. Formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____ Pedagogia do Movimento Sem Terra. Escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CARVALHO, Horácio M. – As contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST (período 1989-1999). In: A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999). Caderno de Cooperação Agrícola, n 8, CONCRAB, 1999.
- COOPERATIVA DOS ESTUDANTES PELA REFORMA AGRÁRIA (CEPRA) – Estatuto social, 1998 (mimeo).
- CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LDTA – CONCRAB - Sistema cooperativista dos assentados. São Paulo. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5, 1998.
- _____ - O cooperativismo no pensamento marxista. São Paulo. Caderno das Experiências Históricas da Cooperação n. 2, 2000.
- DELGADO, Guilherme da C. - Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985. Campinas: Ed Ícone, 1985.
- DIETERICH, Heinz – Novo guia para pesquisa científica. Blumenau: Editora da FURB, 1999.
- FERNANDES, Bernardo M. - A formação e a territorialização do MST no Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. Relatório de Qualificação de Doutorado (Geografia).
- _____ - A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

- FIGUEIRA, Fani G. - Separando o joio (Cooperativas de trigo – capitalização da agricultura. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. Dissertação de Mestrado (História).
- FIOD, Edna G. M. - Politecnicia: a educação do molusco que vira homem. In: Educação para o (des) emprego. Ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento. AUED, Bernardete W. (org.) Petrópolis: Vozes, 1999. P 83-108.
- FLEURY, Maria Tereza L - Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo: Global, 1983.
- FRIGOTTO, Gaudêncio - Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1996.
- GORGEN, F. S. A. e STÉDILE, J.P - Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GRADE, Marlene - O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: fabricando uma nova sociedade. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. Dissertação de Mestrado. (Economia).
- GRAMSCI, Antonio - Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- INCRA - Estatuto da Terra. Lei n. 4.504, de 30 novembro de 1964.
- KOLLING, Edgar et al. - Conferência Nacional por uma educação básica do campo. Luziania - Goiás. CNBB, MST, UNICEF, UNESCO e UnB. 1998.
- LÊNIN, V. I - Sobre o cooperativismo. In: BRTELLI, Antonio Roberto (org.). Lênin: Estado Ditadura e poder soviético. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988. P 337-347.
- LUXEMBURGO, Rosa - Os sindicatos, as cooperativas e a democracia política. In: Reforma ou Revolução? São Paulo: Global, 1986. P. 87-97.
- MACHIORO, H. L - A cooperativa como instrumento de mudanças: O caso Cotrijuc. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1990. Dissertação de Mestrado. (Sociologia Política).
- MARTINS, José de S. - Os camponeses e a política no Brasil, Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____ - Expropriação e violência. A questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MARX, Karl - O Capital, Livro 1, Vol. 1, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

- _____ - O Capital, Livro 1, Vol. 2, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- _____ - O Capital, Livro 3, Vol. 5, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- MARX, Karl et al.- Cooperativismo e socialismo. Coimbra: Centelha, 1973.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich- Obras escolhidas, Vol. 2, São Paulo: Alfa Ômega, 1988.
- _____ - A ideologia Alemã. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Ocupar, Resistir e Produzir. Também na Educação. São Paulo (Boletim da Educação n. 1), 1992.
- _____ - Como fazer a Escola que Queremos. São Paulo (Caderno da Educação n. 1), 1992b.
- _____ - O que Queremos com as Escolas dos Assentamentos. São Paulo (Caderno de Formação n. 18), 1993.
- _____ - A Cooperação Agrícola nos Assentamentos. São Paulo (Caderno de Formação n. 20), 1993.
- _____ - Escola trabalho e cooperação. São Paulo (Boletim da Educação n.4), 1994.
- _____ - Como Fazer a Escola que Queremos: o planejamento. São Paulo (Caderno de Educação, n.6), 1995.
- _____ - Princípios da educação do MST. São Paulo (Caderno de Educação n. 8), 1996.
- _____ - Como fazemos a escola de educação fundamental. São Paulo (Caderno de Educação n. 9), 1999.
- NOGUEIRA, Maria A. – Educação, saber, produção em Marx e Engels. São Paulo: Cortez, 1993.
- NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania em Gramsci. In: Educação e cidadania: quem educa o cidadão. BUFFA, E. et al. São Paulo: Cortez, 1993 (Coleção Questões da Nossa Época). P. 81-94.
- PAMPLONA, M. V. Cultura, Política e Cidadania na produção gramsciana de 1914 a 1918. Cadernos Cedes, São Paulo, n.3, 1989. P 2-30.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira - Terra à vista... e ao longe. Florianópolis: UFSC, 1996.
- PETITFILS, Jean-Christian – Os Socialismo utópicos. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

- PASSOS, Joana Célia dos. - A escola do movimento e o movimento pela escola: um estudo sobre a escola do assentamento "Conquista 5 de maio" - Calmon - Santa Catarina. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. Dissertação de Mestrado (Educação).
- PINHO, D. B. - Dicionário de cooperativismo (doutrina, fatos gerais e legislação cooperativa brasileira). São Paulo: E. Dotto Garcia Ltda, 1960.
- PINTO, Luis Carlos Guedes - Grupos de interesse e crédito rural no Brasil. In: Revista de Economia Rural, 19 (n. esp.), Brasília, 1981. P 65-83.
- QUIVY, Raymond - Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 1992.
- REVISTA CAROS AMIGOS - ano IV, n. 39, jun 2000. P 30-37.
- RIOS, Gilvando S. L - O que é cooperativismo. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos, n. 189).
- RUSCHEL, Vanderci B. - Grupos financeiros e participação no setor agropecuário. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso. (Depto de Ciências Sociais).
- SAVIANI, Demerval - O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: Tecnologias, trabalho e educação. Um debate multidisciplinar. FERRETTI, Celso J. et al. Petrópolis: Vozes, 1994. P 151-168.
- SCHNEIDER, João E. - O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. LOUREIRO, Maria Rita (org). São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981 (Col. Teoria e Prática Sociais). P. 11-40.
- SILVA, Daniel - Pedagogia da cooperação: uma proposta metodológica para a educação básica do campo. Brasília: Universidade de Brasília/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2000. (Especialização em administração de cooperativas).
- SILVA, José Gomes da - A reforma agrária na virada do milênio. Campinas: ABRA, 1996.
- SILVA, José Graziano da - O novo rural brasileiro. mimeo
-
- _____ - A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1983. (Coleção Agricultura e Sociedade).
-
- _____ - Uma agenda de pesquisa ainda para esse final de século.
- Encontro da ANPOCS. Caxambu, 1997. mimeo

- SIZANOSKI, Raquel - O novo dentro do velho: cooperativas de produção agropecuária do MST (Possibilidades e limites na construção de outro coletivo social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. Dissertação de Mestrado (Sociologia Política).
- STÉDILE, João P. - A questão Agrária no Brasil. São Paulo: Atual, 1997. (Espaço e Debate).
- THOMPSON, E.P. - A formação da classe operária inglesa, Vol. II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Col. Oficinas da História, Vol 8).
- _____ - A formação da classe operária inglesa, Vol. III, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Col. Oficinas da História, Vol 8).
- VENDRAMINI Célia R. "Ocupar, resistir e produzir": um estudo da proposta pedagógica do Movimento dos Sem Terra. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1992. Dissertação de Mestrado. (Educação)
- _____ Consciência de classe e a experiência sócio-educativa dos trabalhadores rurais sem terra. São Carlos : Universidade Federal de São Carlos. 1997. Tese de doutorado. (Educação).
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel - O lugar dos rural no Brasil moderno. Encontro da ANPOCS. Caxambu, 1997. mimeo

Anexos

A. Questionário aplicado aos alunos

1. Existe diferença entre a Escola Agrícola e as outras escolas estaduais? Quais?
2. Para que existe a cooperativa dos estudantes?
3. Você é ouvido e respeitado nas atividades nas suas brigadas? Porque?
4. Existe cooperação entre os alunos nas suas brigadas? De que forma?
5. Existe cooperação entre as brigadas? De que forma?
6. O que você mais gosta e menos gosta na Cepra?
7. Como e para que serve o trabalho na escola?
8. Por que aprender a trabalhar coletivamente na escola?
9. Existe diferença entre o trabalho em casa, na escola e no alho?
10. Onde você gosta mais de trabalhar, na escola, no alho ou em casa? Por que?
11. A escola faz parte do Movimento Sem Terra? Por que?
12. O que esta bom e o que precisa mudar na cooperativa dos estudantes?

B. Questionário aplicado aos professores

1. Existe diferença entre a Escola Agrícola e as outras escolas estaduais?
2. Qual é o objetivo da cooperativa dos estudantes?
3. Qual é o objetivo do trabalho na escola?
4. Como é e para que serve a produção na escola?
5. A produção na escola vai bem? Por que?
6. Qual a diferença entre cooperação e cooperativa?
7. Você percebe cooperação entre os alunos nas brigadas?
8. O que os alunos aprendem com a cooperativa dos estudantes?
9. Quais as principais dificuldades e avanços da cooperativa dos estudantes?
10. O trabalho em casa é igual ou diferente do trabalho na escola?
11. Para que aprender a trabalhar cooperadamente se o trabalho em casa é individual?
12. A escola é do MST Porque?
13. Em que medida se conseguem implantar as propostas do MST na escola?
14. Como se faz a integração entre o ensino das disciplinas com as atividades das práticas da CEPRA?
15. A escola faz parte do movimento como e porque?
16. Como é a relação com o estado (Secret. Est. Educ.) em termos de recursos e autonomia pedagógica?
17. Como se dá a relação comunidade escola?
18. É fácil ou difícil conseguir que os pais participem das atividades da escola?
19. Quantos % de pais participam das atividades da escola?
20. Que tipo de atividades são desenvolvidas com a comunidade?

C. Roteiro de entrevista com os alunos

- 1) O que você mais gosta de fazer na sua escola?
- 2) Você acha importante ter uma cooperativa na escola? Por que?
- 3) Como é o trabalho na escola? Para que você acha que existe o trabalho na escola?
- 4) Você trabalha em casa com os seus pais

- 5) Você trabalha em algum outro lugar: nas fazendas de alho ou maçã?
- 6) O trabalho na escola é igual ou diferente do trabalho em casa?
- 7) Por que você trabalha: em casa; nas fazendas e na escola?
- 8) Onde você mais gosta de trabalhar? Porque?
- 9) O que você mais gosta de fazer na cooperativa?
- 10) Seu pai é associado da cooperativa?
- 11) Por que você acha que o MST organiza cooperativas nos assentamentos?
- 12) O que você acha do MST e da Reforma Agrária?
- 13) Você já participou de ocupação, manifestação, campanha política? Quais e quando? Porque?
- 14) Você gosta mais de trabalhar em grupos grandes, com mais pessoas ou sozinho, com sua família? Porque?

D) Roteiro de entrevista com os pais de alunos.

- 1) Importância da escola?
- 2) Diferença entre esta escola e as demais?
- 3) A escola é do MST?
- 4) Objetivos da CEPRA?
- 5) Objetivos das Cooperativas dos assentados
- 6) Objetivo do trabalho na Escola
- 7) Diferenças entre o trabalho em casa, na escola e de diarista?
- 8) O que os alunos aprendem na escola?
- 9) Como é o trabalho na escola?
- 10) Para que aprender a trabalhar coletivamente se o trabalho em casa é individual?
- 11) Qual é o objetivo da produção na escola?
- 12) Como vai a produção na Escola?
- 13) O Sr. acha importante seus filhos trabalharem na escola, porque?
- 14) Que tipo de trabalho seus filhos fazem na escola?
- 15) Vocês são bem pagos pelo seu trabalho?

Tabela dos Informantes

12/03/01

Série	Brigada	Moradia	Situação
0		Contestado	Assentada
0		CPA do Contestado	Assentada
0		CPA do Contestado	Assentada
0		Vitória da Conquista	Assentado
0		Vitória da Conquista	Assentada
0		União da Vitória	Assentada
0		União da Vitória	Assentado
0		Chico Mendes	Assentada
0		Chico Mendes	Assentada
0		Chico Mendes	Assentada
0		Chico Mendes	Assentados
0		União da Vitória	Assentados
0		Vitória da Conquista	Assentado
0		Escola	Moradora do assentamento
0		CPA do Contestado	Assentado
0		Vitória da Conquista	Assentados
0		Contestado	Assentados
0		Contestado	Assentada
1	Professor	Escola	De fora para estudar na escola
1	Professora	Escola	De fora
1	Professor	Escola	De fora
1	Professor	Vitória da Conquista	Filho de Assentado
1	Professor	Vitória da Conquista	Filho de Assentado
1	Professora	Escola	Filha de Assentado
1	Professor	União da Vitória	Assentado
1	Professora	União da Vitória	Assentado
1	Professor	União da Vitória	Assentado
2	Ex-aluno	Vitória da Conquista	Filho de Assentado
2	Ex-aluno	União da Vitória	Filho de Assentado
5	Zoot.	CPA do Contestado	Filho de assentado
5	Jard.Embel.	Chico Mendes	Filho de assentado
5	Jard.Embel.	Rio Mansinho	Vizinho de Assent.
5	Silvi.	União da Vitória	Filho de assentado
5	Horti.	Chico Mendes	Filho de assentado
5	Silvi.	União da Vitória	Filho de assentado
5	Silvi.	Chico Mendes	Filho de assentado
5	Zoot.	Vitória da Conquista	Filho de assentado
5	Jard.Embel.	Chico Mendes	Filho de assentado
5	Jard.Embel.	União da Vitória	Filho de assentado
5	Jard.Embel.	CPA do Contestado	De fora para estudar na escola
5	Horti.	Chico Mendes	Filho de assentado
5	Zoot.	CPA do Contestado	Filho de assentado
5	Silvi.	CPA do Contestado	Filho de assentado
6	Zoot.	Vitória da Conquista	Filho de assentado
6	Jard.Embel.	União da Vitória	Filho de assentado
6	Zoot.	União da Vitória	Filho de assentado
6	Horti.	Rio Mansinho	Filho de assentado
6	Horti.	Chico Mendes	Filho de assentado
6	Zoot.	Chico Mendes	Filho de assentado
6	Horti.	União da Vitória	Filho de assentado

Série	Brigada	Moradia	Situação
6	Jard.Embel.	Chico Mendes	Filho de assentado
6	Zoot.	União da Vitória	filho de moradora do assentamento
6	Jard.Embel.	União da Vitória	Filho de assentado
6	Silvi.	União da Vitória	Filho de assentado
6	Zoot.	União da Vitória	Filho de assentado
6	Horti.	Chico Mendes	Filho de assentado
6	Silvi.	CPA do Contestado	Filho de assentado
6	Horti.	União da Vitória	Filho de assentado
6	Silvi.	União da Vitória	Filho de moradora do assentamento
6	Jard.Embel.	Chico Mendes	De fora para estudar na escola
6	Jard.Embel.	Vitória da Conquista	Filho de assentado
6	Silvi.	?	Filho de assentado
7	Agric.	Rio Mansinho	Filho de assentado
7	Agric.	Contestado	Filho de assentado
7	Fruti II	União da Vitória	Filho de assentado
7	Fruti II	Contestado	Filho de assentado
7	Com.Cult.	Vitória da Conquista	De fora para estudar na escola
7	Agric.	Chico Mendes	Filho de assentado
7	Agric.	União da Vitória	Filho de assentado
7	Fruti II	?	Filho de assentado
7	Com.Cult.	Chico Mendes	De fora para estudar na escola
7	Com.Cult.	Chico Mendes	Filho de assentado
7		Contestado	Filha de Assentado
7		Contestado	Filha de Assentado
8	Fruti II	União da Vitória	De fora p/ estudar na escola
8	Agric.	União da Vitória	De fora p/ estudar na escola.
8	Fruti I	Chico Mendes	Filho de assentado
8	Fruti I	União da Vitória	Filho de assentado
8	Agric.	Vitória da Conquista	De fora para estudar na escola.
8	Fruti II	União da Vitória	Filho de assentado
8	Fruti I	Contestado	Filho de assentado
8	Fruti I	Chico Mendes	Filho de assentado

**Estatuto Social da Cooperativa dos
Estudantes pela Reforma Agrária – CEPRA, aprovado em Assembléia Geral
Extraordinária, realizada em 25 de Novembro de 1998.**

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO E
ANO SOCIAL**

Art. 1 – A Cooperativa dos Estudantes pela Reforma Agrária – CEPRA, constituída no dia 25/11/1998, rege-se pelos valores e princípios do Cooperativismo, Companheirismo e pelas disposições legais, pelas diretrizes de autogestão e por este Estatuto, tendo:

- a) sede administrativa em Fraiburgo, SC, na Escola Agrícola de Primeiro Grau “25 de Maio”;
- b) área de ação para fins de admissão de cooperados, abrangendo alunos, professores e funcionários da Escola Agrícola de Primeiro Grau “25 de Maio”;
- c) prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 1º de janeiro à 31 de dezembro de cada ano.

**CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS**

Art. 2 – A CEPRA tem por objetivo:

- a) formar pessoas militantes para o futuro do MST;
- b) proporcionar experiências de organização cooperativa, bem como lutar pela Reforma Agrária enquanto uma luta de transformação da sociedade brasileira;
- c) proporcionar vivências que possibilitem aprender-fazendo;
- d) servir de espaços para o exercício dos objetivos e princípios filosóficos e pedagógicos de educação do MST;
- e) servir como instrumento de organização coletiva que sirva de meio para se relacionar com a comunidade e vice-versa;
- f) proporcionar vivências que possibilitem tomadas de decisões coletivas e o respeito mútuo;
- g) desenvolver a capacidade de administração rural segundo as linhas do MST: produzir cooperativamente, industrializar, consumir, comercializar de forma solidária;
- h) ampliar o espaço de participação dos educandos na escola, desenvolvendo a consciência crítica e criativa dos mesmos;
- i) possibilitar a contribuição no gerenciamento das atividades produtivas e educacionais da escola;
- j) produzir educativamente alimentos para serem consumidos na escola e vender o excedente sem atravessadores.

CAPÍTULO III
DOS COOPERADOS
ADMISSÃO, DEVERES, DIREITOS E RESPONSABILIDADES

Art. 3 – Poderão associar-se a cooperativa os educandos regularmente matriculados, os educadores e demais trabalhadores ligados a Escola Agrícola & 1 – O número de cooperados não terá limites.

Art. 4 – Para associar-se, basta estar vinculado oficialmente a Escola Agrícola.

Art. 5 – Cumprindo o que dispõe o art. 4, o cooperado adquire todos os direitos e assume todos os deveres decorrentes do Estatuto da Escola e deste Estatuto.

Art. 6 – São direitos do cooperado:

- a) participar das assembléias discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;
- b) propor ao Conselho Deliberativo, Conselho Diretor, Comissão de Finanças ou às Assembléias Gerais medidas de interesse da CEPRA;
- c) solicitar informações sobre seus direitos e deveres;
- d) solicitar informações sobre as atividades da Cooperativa;
- e) solicitar reuniões.

Art. 7 – São deveres do cooperado:

- a) cumprir com as disposições desse Estatuto, bem como respeitar as resoluções tomadas pelo Conselho Deliberativo e pelas Assembléias Gerais;
- b) satisfazer pontualmente seus compromissos com a Cooperativa, dentre os quais participar ativamente das atividades da CEPRA e das brigadas;
- c) realizar com empenho as ações de planejamento e execução tanto da parte produtiva como das ações políticas;
- d) auxiliar aos demais cooperados, efetuando uma prática de aprendizagem solidária;
- e) respeitar os momentos de reunião;
- f) conhecer, interessar-se, e comprometer-se com as atribuições da Cooperativa das brigadas e dos demais cooperados, assim como empenhar-se na luta pela Reforma Agrária, atuando como ativista dos processos políticos-sociais relacionados a essa Cooperativa e do MST;
- g) levar ao conhecimento do Conselho Deliberativo a existência de qualquer irregularidade que atende contra este Estatuto;
- h) zelar pelo patrimônio material, político, ético e moral da Cooperativa.

CAPÍTULO IV
DAS INSTÂNCIAS DA COOPERATIVA

A CEPRA tem como instâncias: ASSEMBLÉIA GERAL, BRIGADAS, CONSELHO DELIBERATIVO, CONSELHO DIRETOR e COMISSÃO DE FINANÇAS.

a) DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 8 – A Assembléia Geral dos cooperados, ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da CEPRA, cabendo-lhe tomar decisões que sejam de interesse da Entidade. Suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 9 – A Assembléia Geral será habitualmente dirigida pelos membros do Conselho Deliberativo. Sua convocação se dará pelos mesmos ou por qualquer cooperado, desde que por algum interesse geral, convocada com antecedência de dois dias. Os membros do Conselho Deliberativo acatam ou negam os pedidos conforme viabilidade do calendário escolar.

Parágrafo Único – Todos cooperados tem direito a voz e voto na Assembléia Geral, somente perdera esse direito quem infringir o art. 7 deste Estatuto.

Art. 10 – Em qualquer das hipóteses do artigo anterior, as Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de dois dias, com horário definido para três convocações, sendo de uma hora de intervalo entre elas.

Parágrafo Único – Não havendo, conforme artigo deste estatuto, para instalação de Assembléia Geral, convocada nos termos do artigo anterior, será feita nova convocação, com antecedência mínima de dois dias.

Art. 11 – Dos editais de convocação deverão constar:

- a) O nome da Cooperativa, seguidas da expressão: Convocação de Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso.
- b) O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local da sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será em alguma sala de aula da Escola.
- c) A Ordem do dia dos trabalhos.
- d) Data e assinatura do responsável pela convocação.

Art. 12 – É da competência das Assembléias Gerais a destituição dos membros de qualquer das outras instâncias da CEPRA.

Art. 13 – O quorum para instalação da Assembléia Geral, é dois terços em primeira convocação, metade mais um em segunda convocação, e mínimo de dez cooperados em terceira convocação.

Art. 14 - A direção dos trabalhos na Assembléia Geral, se dará por um dos membros do Conselho Diretor, com o (a) presidente e a (o) secretária (o) sendo definido em seu início.

Art. 15 – As deliberações da Assembléia Geral somente poderão versar sobre assuntos constantes no edital de convocação e os que com eles tiverem mediata relação.

Parág. 1º - Os assuntos que não constarem do edital somente poderão ser discutidos após esgotada a ordem do dia, sendo que sua votação, será obrigatoriamente assunto de outra Assembléia.

Parág.2º - Para votação de qualquer assunto na Assembléia deve-se averiguar os votos a favor, depois os votos contra e por fim as abstenções. Caso o número de abstenções seja superior a 50% dos presentes, o assunto deve ser melhor esclarecido antes de submetido a nova votação.

Art. 16 – O que ocorrer na Assembléia deve ser registrado em livro próprio, e assinado ao seu término por no mínimo dez cooperados presentes escolhidos pela Assembléia, bem como por quem dirigiu e registrou os trabalhos.

Art. 17 – As deliberações na Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples de votos dos cooperados presentes com direito de votar, tendo cada cooperado direito a um voto. Em regra a votação será a descoberto, mas a Assembléia pode optar por voto secreto.

b) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 18 – A Assembléia Geral Ordinária se realizará semana sim, semana não, aproximadamente entre de 15 em 15 dias. Sendo que a última de cada semestre letivo será prestado contas de ordem pedagógica, produtiva e financeira.

Parágrafo Único – A Assembléia será dividida por brigadas, a fim de que os cooperados possam planejar as atividades pedagógicas-produtivas da quinzena, ou do semestre, bem como planejar encaminhamentos para desafios políticos.

c) ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 19 – Esta pode ocorrer quando necessária, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da CEPRA, desde que constando no edital de convocação.

CAPÍTULO V DO CONSELHO DIRETOR

Art. 20 – Esta instância é formada pela Direção da Escola Agrícola, um coordenador de cada brigada e mais um representante do Conselho da Escola.

Art. 21 – Seu papel é de encaminhar quando lhe for atribuído e cobrar as decisões tomadas em outras instâncias. Supervisiona as decisões de planejamento das brigadas e suas viabilidades políticas-educacionais.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 22 – Formada pelos coordenadores e relatores escolhidos em suas respectivas brigadas, pelo diretor (a) e pelos técnicos agropecuários.

Art. 23 – Seu papel é aprovar o planejamento feito em cada brigada articulando com o planejamento geral da Escola, definir sobre o empréstimo de mão de obra, troca de brigadas por parte dos cooperados, bem como avaliar a participação dos cooperados.

CAPÍTULO VII DA COMISSÃO DAS FINANÇAS

Art. 24 – É formada por um representante de cada brigada (menos relatores e coordenadores) mais um educador da Escola, definido em Assembléia Geral.

Art. 25 – Seu papel é de buscar maneiras de arrecadar e administrar recursos da CEPRA, estabelecer remuneração pelos serviços prestados, bem como definir o preço de alguns produtos a serem comercializados.

CAPÍTULO VIII DAS BRIGADAS

Art. 26 – Tem por papel facilitar a apropriação por parte dos educandos e educadores de saberes relativos a produção agropecuária, a apropriação e a busca de técnica de cultivo, ao trabalho produtivo, ao planejamento e execução de tarefas, ao envolvimento político e cidadão, ao ato de assumir responsabilidades, a valores humanistas e socialistas. Podendo atuar para tais fins dentro da Escola e junto a comunidade dos Assentamentos que participam da mesma.

Art. 27 – Contribuiu com a organização dos cooperados, uma vez que é instalada utilizando uma divisão de trabalho que facilita a produção e os demais papéis constantes no artigo anterior.

Art. 28 – A CEPRA possui seis brigadas: Horticultura, Fruticultura, Zootecnia, Jardinagem e Embelezamento, Agricultura Geral e Pedagógica.

Parág. 1º - A quantidade de membros de cada brigada estará vinculada a demanda produtiva e será orientada pelos técnicos agropecuários, sendo que cada um terá no mínimo treze pessoas.

Parág. 2º - A permuta de brigadas ocorrerá semestralmente, conforme interesse do cooperado, desde que seja por troca combinada entre duas partes. Esta se efetivará após aprovação do Conselho Deliberativo.

Parág. 3º - A Brigada de Fruticultura e de Jardinagem e Embelezamento serão as responsáveis diretas pelo Viveiro de Mudanças.

Parág. 4º - A Brigada Pedagógica, formada pelo quadro de educadores da Escola Agrícola 25 de Maio, e por um educando de cada série (desde que não seja coordenador ou relator de outras brigadas, bem como exerça outro cargo nas demais instâncias), tem por papel

principal ligar interesses da CEPRA com a função social da Escola e do MST e estimular a comunicação interna e externa.

Art. 29 -- Toda a produção realizada pela CEPRA visa em primeiro lugar o aspecto educacional, relacionado ao trabalho-educação, atendendo em seu resultado a demanda alimentar da Escola Agrícola.

Parág. 1º - O excedente poderá ser vendido de maneira solidária ou ainda doado, conforme a aprovação da Assembléia Geral. Os recursos ficam destinados a CEPRA, cabendo as instâncias decidirem sobre sua aplicação.

Art. 30 -- Os coordenadores e relatores de Brigadas, cujo papel é organizar as reuniões, indo representá-la no Conselho Deliberado, tem seu cargo assumido semestralmente. Após o término de mandato, nova escolha deve ser realizada pelos membros da respectiva brigada.

Parág. 1º - Em não havendo candidatos, o mesmo coordenador e relator deverão assumir.

Parág. 2º - Cabe ao relator a sistematização de qualquer reunião feita pela sua brigada.

Parág. 3º - Coordenadores e Relatores trabalham igual aos demais membros da brigada.

CAPÍTULO IX DOS LIVROS E DA CONTABILIDADE

Art. 31 -- A CEPRA deverá, além de outros, possuir os seguintes livros:

- 1 -- Presença de cooperados nas Assembléias Gerais;
- 2 -- Atas das Assembléias;
- 3 -- Atas do Conselho Deliberativo;
- 4 -- Atas da Comissão de Finanças;
- 5 -- Diário de Atividades produtivas das Brigadas.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 -- Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os objetivos e princípios filosóficos-pedagógicos de educação do MST, bem como com o Regimento interno da Escola Agrícola, por sua vez vinculada ao Sistema Estadual e Federal de Educação.

**ESCOLA AGRICOLA DE 1º GRAU 25 DE MAIO
ASSENTAMENTO VITÓRIA DA CONQUISTA
FRAIBURGO SC**

LINHAS GERAIS DO PLANEJAMENTO MENSAL DAS BRIGADAS

**BRIGADA: FRUTICULTURA II - VIDEIRA
KIVI**

- Providenciar lenha para a cozinha
- Proteção contra geadas - (urgente)
- Aplicação de bórax
- Adubação verde
- Preparo e adubação das covas para videira e kivi
- Aquisição de mudas de videira e kivi no contestado

**BRIGADA: FRUTICULTURA I - PÊSSEGO
- AMEXA
- CITROS**

- Aplicação de fosfato natural e bórax nos pomares
- Poda do pessegueiro e ameixeira
- Limpeza dos citros
- Arqueamento dos pessegueiros

BRIGADA: HORTICULTURA

- Plantio de: - salsa, beterraba, cebola tempero, cebola cabeça, cenoura, couve flor, etc
- Colocação de cobertura (cobrir com plástico ou palha) das mudas mais sensíveis contra geadas
- Colher o milho onde foi plantado a ervilhaca
- Roçar a capoeira próximo a horta

BRIGADA: JARDINAGEM E EMBELEZAMENTO

- Plantio de mudar flores
- Marcar área de lazer
- Adubação das flores
- Plantio de gramas e flores
- Coleta e separação dos lixos

Organizar arrecadação de sementes de árvores nativas
Plantio de capim elefante para quebra vento da silvicultura

BRIGADA: ZOOTECNIA

Continuar organização e limpeza (roçada) do aviário e pocilga
Recolher esterco para minhoca e compostagem
Organizar cerca elétrica para bovinos e suínos

BRIGADA: JARDINAGEM E EMBELEZAMENTO

Liberação de um companheiro (a) para ajudar na cozinha
Organização da área de lazer
Adubação do monumento para futuro plantio de grama
Construção de canteiros para flores em locais a ser definido
Organizar baias para estocagem e separação de lixo
Coleta e separação de lixo
Pintura de árvores com cal
Providenciar mudas de flores

BRIGADA: AGRICULTURA GERAL

Retirar pedra de onde foi roçado com o trator e construir taipa na lateral do campo (amontoar para ser recolhida com a plataforma)
Fazer campanha para arrecadação de sementes de ervilhaca e nabo forrageiro
Roçar onde não foi possível roçar com o trator (beiras de estradas, valas e as árvores que não foi cortado com a roçadeira do trator)
Limpar mandioca com a roçadeira

BRIGADA: COMUNICAÇÃO E CULTURA

Organização de um local para trabalho da brigada
Ornamentação das salas de aula
Organização do mural
Fazer um cronograma de místicas com base no calendário histórico dos trabalhadores
Coordenação das místicas quinzenais
Organização do campo de espiribol
Conclusão do informativo já iniciado e início do próximo

COMISSÃO DE FINANÇAS

Providenciar:

- 2 sacos de cal hidratado
- 30kg de bórax
- Sementes de flores e hortaliças
- Semente de grama
- Combustível para roçadeira

FRAIBURGO 24 DE MARÇO DE 2000

- Fazer um canteiro para produção de mudas no viveiro
- Adquirir mudas de flores nas comunidades (ex hortênsia)
- Contribuir na organização da sala de agropecuária

BRIGADA DE AGRICULTURA GERAL

- Continuar limpando as mandiocas
- Quebrar milho, com urgência nos pomares
- Compra de ervilhaca, azevém, para fazer cobertura do solo
- Fazer campanha de mudas de batata salsa e plantio das mesmas
- Preparação do local e plantio das plantas de cobertura do solo

BRIGADA DE ZOOTECNIA

- Continuar a limpeza ao redor e dentro do aviário e pocilga
- Organizar a cerca elétrica para os bovinos e eqüinos
- Adquirir os 30 pintainhos para postura e 150 para abate
- Adquirir ração para os suínos e pintainhos
- Limpeza ao redor dos açudes
- Vedar a saída de água do açude nº 3
- Manutenção e limpeza das colmeia – urgente

BRIGADA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA

- Organizar o mural com material alternativo
- Fazer entrevista para o jornal sobre o tema – a festa de aniversário dos 15 anos do MST
- Elaboração de cartazes
- Planejamento das místicas por brigadas

BRIGADA DE SILVICULTURA

- Continuar o enchimento dos saquinhos
- Organizar uma gincana para arrecadação de sementes de árvores nativas
- Continuar fazendo mudas de hortaliças
- Plantio de sementes de árvores
- Providenciar terra + humos para encher saquinhos
- Colocação de fios e estacas para sustentação do sombrite
- Fazer mais canteiros para por saquinhos e sementeira

FRAIBURGO 31 DE MAIO 2000

ESCOLA AGRÍCOLA DE 1º GRAU 25 DE MAIO
ASSENTAMENTO VITÓRIA DA CONQUISTA
FRAIBURGO SC

INSUMOS E MATELAIS NECESSARIOS PARA O DESENVOLVIMENTOS DAS
ATIVIDADES TÉCNICAS NAS BRIGADAS DA CEPRA

PERIODO = ABRIL A JUNHO

- 150 frangos de corte
- 30 frangos de postura
- 2 sacos de ração postura
- 4 sacos de ração corte
- 1 saco de núcleo para suínos engorda
- 5 sacos de farelo de soja
- sementes
 - Para cobertura do solo
 - 90 kg avica
 - 40 kg de aveia
 - 10 kg de grama missioneira ou pensacola
 - 20 kg nabo forrageiro
 - hortaliças
 - 250 g rabanete
 - 500 g beterraba
 - 250 g cenoura
 - 25 g de espinafre
 - 20 g alface
 - 20 g rúcula
 - 30 g chicória
 - 5 g repolho
- 30 kg de bórax sólido
- 50 litros de calda sulfocálcica
- 10 kg de sulfato de cobre
- 5 kg de enxofre
- 2 sacos de cal virgem
- 25 kg de açúcar mascavo
- 1 kit super magro
- Combustível e lubrificante para o trator
- Lona filme para estufa tipo tunel
- Cabos para ferramentas diversas
- Discutir a possibilidade de retirar o micro trator tobatta da oficina pois é de grande utilidade para as atividades das brigadas. (Após cinco anos perderemos o direito de retirar a máquina)

Obs: Os itens acima relacionados estão abertos para acréscimos ou retiradas.

Equipe técnica: Daniel e Matheus

FRAIBURGO ABRIL DE 2000